



Mariana Caetano Ramos Moreira

Rio, cidade aberta: a (re)produção do espaço urbano global subdesenvolvido via megaeventos

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. José María Gómez

Rio de Janeiro
Setembro de 2014



Mariana Caetano Ramos Moreira

Rio, cidade aberta: a (re)produção do espaço urbano global subdesenvolvido via megaeventos

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. José María Gómez

Orientador e Presidente

Instituto de Relações Internacionais – IRI/PUC-Rio

Profa. Marta Fernandez Moreno

Instituto de Relações Internacionais – IRI/PUC-Rio

Prof. Carlos Bernardo Vainer

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Mariana Caetano Ramos Moreira

Graduou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) em 2011. Aprofundou-se no campo da Economia Política Internacional, sobretudo nos seguintes temas: desenvolvimento socioeconômico e urbano, cidades globais, globalização e neoliberalismo.

Ficha Catalográfica

Moreira, Mariana Caetano Ramos

Rio, cidade aberta: a (re)produção do espaço urbano global subdesenvolvido via megaeventos / Mariana Caetano Ramos Moreira ; orientador: José María Gómez. – 2014.

141 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2014.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Globalização neoliberal. 3. Cidades globais. 4. Espoliação urbana. 5. Megaeventos. 6. Rio de Janeiro. I. Gómez, José María. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Gostaria de começar agradecendo ao meu orientador, Gómez, grande referência intelectual nos anos de mestrado, por ter me inspirado com sua fala ainda apaixonada e vibrante, dizendo para usar nossa voz e nos fazer ouvir, e me encorajado a encarar esta desafiadora empreitada. Também não poderia deixar de registrar minha admiração e gratidão pela professora Ana Garcia que, com seu entusiasmo crítico, me mostrou que lutar pelos nossos ideais exige zelo, consistência, entrega e comprometimento. Agradeço à Capes pelos recursos financeiros oferecidos.

Um agradecimento especial vai para os amigos do peito, que foram capazes de compreender as minhas circunstâncias, intransigências e ausências durante o momento dissertativo. Finalmente, devo, acima de tudo, este trabalho à minha mãe, absolutamente determinante e absolutamente generosa ao me ensinar os caminhos da superação, da contemplação e da felicidade.

Resumo

Moreira, Mariana Caetano Ramos; Gómez, José Maria. **Rio, cidade aberta: a (re)produção do espaço urbano global subdesenvolvido via megaeventos**. Rio de Janeiro, 2014. 141 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As transformações desencadeadas pelo conjunto de processos que se convencionou chamar de globalização repercutiram profundamente em diversas escalas e, na contramão do discurso dos fluxos e da morte do lugar, encontramos cada vez mais concentrados nos espaços urbanos, que vêm sendo caracterizados como os grandes centros dinâmicos da nova economia. Assim, partindo da hipótese de que o modelo prescritivo neoliberal institucionalizado pelo Consenso de Washington foi projetado na cidade sob a forma do planejamento estratégico, o presente trabalho procurará enquadrar o Rio de Janeiro não apenas como a síntese dos processos hegemônicos de mercadorização das relações e espaços, e de espetacularização e espoliação urbana compartilhados pela maioria das cidades contemporâneas – que encontram nos megaeventos grandes catalisadores – mas também como exemplo das contradições inerentes ao contexto histórico-geográfico de um Brasil marcado pela desigualdade e pelo subdesenvolvimento.

Palavras-chave

Globalização neoliberal; cidades globais; espoliação urbana; megaeventos; Rio de Janeiro.

Abstract

Moreira, Mariana Caetano Ramos; Gómez, José Maria (Advisor). **Rio, open city: the (re)production of urban global underdeveloped space via mega events**. Rio de Janeiro, 2014. 141 p. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The transformations triggered by the set of processes that are conventionally called globalization deeply resonated in various scales. Despite the talk of flows and the alleged death of the place, we find ourselves increasingly concentrated in urban areas, considered the great dynamic centers of the new economy. Assuming that the prescriptive neoliberal model institutionalized by the Washington Consensus was transposed to the city in the form of strategic planning, this dissertation seeks to frame Rio de Janeiro not only as the synthesis of the hegemonic processes of commodification of relations and spaces, and urban spectacularization and spoliation shared by most of the contemporary cities – and catalyzed by the mega events – but also as an example of the contradictions inherent to the historical and geographical context of Brazil as an unequal and underdeveloped country.

Keywords

Neoliberal globalization; global cities; urban spoliation; mega events; Rio de Janeiro.

Sumário

1. Introdução	9
2. A globalização como mudança histórica no capitalismo	18
2.1 A morte do lugar?	18
2.2 A morte do Estado?	24
2.3 O neoliberalismo e a sua breve história	28
3. A neoliberalização e a produção do espaço	44
3.1 A cidade global	56
3.2 A cidade dual	73
3.3 Megaintervenções urbanas via megaeventos esportivos	87
4. Rio de Janeiro, a grande síntese	97
4.1 O “leviatã neoliberal”	107
5. Considerações finais	124
6. Referências bibliográficas	133

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas

Italo Calvino, *Cidades Invisíveis*

1. Introdução

Grande parte das análises acerca dos anos setenta e oitenta do século passado sustenta que as mudanças ocorridas no período teriam conformado um ponto de inflexão de caráter revolucionário na história, inaugurando uma suposta nova fase do capitalismo. Muitas das caracterizações que resultaram do esforço analítico de então procuraram ir além do guarda-chuva teórico que fez do conceito de globalização a um só tempo tudo e nada, tais como pós-modernidade (Bauman, 1998), sociedade em rede (Castells, 1996), financeirização (Chesnais 2002; Palley 2007; Epstein 2001; Duménil, Lévy 2011; Stockhammer 2007), império (Hardt, Negri, 2010), novo imperialismo (Harvey 2004; Patnaik 2010; Borón 2006), império do capital (Wood 2003), globalização neoliberal (Rupert, 2000), império informal (Panitch, Gindin, 2004), entre outras. Mesmo entre os simpatizantes da continuidade, como os teóricos do sistema mundo – no sentido de que, desde o seu nascimento, o capitalismo foi um projeto global, uma vez que a produção esteve sempre voltada para o mercado mundial –, existe o reconhecimento de uma ruptura que, dessa vez, viria anunciar o fim do capitalismo como sistema histórico (Wallerstein, 2001; Smith, 2009)¹.

Ainda há, no entanto, grandes pontos de controvérsia em relação às linhas definidoras do mundo contemporâneo que poderiam ser traduzidas nas seguintes perguntas: a globalização é fato ou discurso? O que exatamente foi globalizado? Quais são as forças propulsoras e implicações deste processo? Trata-se de uma nova fase do capitalismo ou do ‘outono de sua existência’? Quem são os novos atores e quem perde e quem ganha? Como é organizada a nova ordem global e quais são os novos centros de comando? Qual é o papel dos Estados neste novo cenário? A partir destas questões centrais, formularam-se os mais variados posicionamentos teóricos, configurando o que foi batizado de sociologia da globalização (Robinson, 2009).

¹ Ao fim e ao cabo, há de existir um acordo, já sugerido por Lefebvre (1999:16): “como existiriam discontinuidades absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de relações novas?”

O estudo do global é em geral associado a formações explicitamente globais, a instituições e processos que pertencem de forma auto evidente a esta grande escala, como é o caso, por exemplo, dos mercados financeiros e das organizações mundiais (OMC, FMI, OIT, ONU, etc.); no entanto, vem se chamando atenção para elementos bastante territorializados que fazem parte ativa da globalização no sentido de estarem estreitamente conectados a redes e processos globais (Sassen, 2003). Logo, a junção de diversos movimentos como o da expansão global de grandes corporações e o avanço nas tecnologias de telecomunicação e informação teria ‘produzido’² novas escalas como a global e revisitado escalas outras como a local. Nesse contexto, a ‘cidade global’ apresentou-se não só como ponte, mas como uma poderosa ferramenta analítica para se reavaliar o papel das cidades como lugares estratégicos no mundo ‘globalizado’ (Ferreira, 2003).

Em síntese, a mudança do foco para as grandes cidades passou a ser explicada a partir da i) consolidação, nos anos 80, da globalização das atividades econômicas e do conseqüente aumento da escala e complexidade das transações, demandando das corporações multinacionais funções de comando centralizadas; ii) uma vez estas funções instaladas nas grandes cidades, teria surgido a necessidade de suprir a demanda destas empresas por serviços especializados de alto padrão, como consultorias financeiras, de contabilidade, escritórios de advocacia, entre outros tantos necessários para se administrar uma multinacional (Sassen, 2005).

Pode-se falar ainda em um terceiro elemento, trazido classicamente por David Harvey, que se relaciona com estes dois apontamentos anteriores: num contexto de dominância financeira, em que o capital fictício produzido ininterruptamente circula em busca de uma alocação produtiva, as cidades aparecem como um eficiente escoadouro, conforme evidenciam os mega projetos de revitalização urbana, e o aquecimento do setor imobiliário nos grandes centros. Essencialmente, a globalização, mais do que nunca, parecia carecer de lugares

² Por trás desta formulação um tanto reducionista está um vasto debate acerca da realidade ontológica das escalas, polarizado, de um lado, pela reivindicação de sua natureza dinâmica, transitória, resultante de processos sócio-espaciais, constantemente ‘produzidas e reorganizadas na luta política’ (Swyngedouw *apud* Lima Jr., 2003), e de outro, pela reificação da escala como um instrumento analítico previamente definido, como territórios geográficos providos de capacidade de ação, característica tipicamente de grupos e indivíduos, que lhe é atribuída notadamente por Castells e Borja (1996), como veremos mais à frente (Lima Junior, 2003:174-75).

centrais onde seus agentes – investidores nacionais e internacionais, grandes organizações globais – pudessem tomar as decisões necessárias para coordenar o funcionamento da economia (Sassen, 2005).

Dado seu eminente e renovado papel econômico, as cidades foram ganhando cada vez mais centralidade acadêmica, representada principalmente pelo já mencionado marco metodológico da cidade global como categoria de análise da nova ordem espacial global proposto por Saskia Sassen (1991). A perspectiva de que a nova economia global se articularia territorialmente numa rede de cidades é reforçada por Manuel Castells e Jordi Borja (1997), que, partindo da ideia de que, numa sociedade de fluxos, “se você não pode controlar o mundo, reduza-o ao tamanho de sua comunidade” (Castells, 2002:552), apontam ainda para a urgência de uma nova gestão urbana como a *única*³ maneira de colocar os novos atores estratégicos da globalização – as cidades – em posição de afrontar a competição global em nome do bem-estar dos seus cidadãos (Castells; Borja, 1997). Assim, o lançamento de *Local y Global* (1997), em inglês e espanhol, como texto de referência da Conferência Habitat II da ONU institucionalizava a era dos planos estratégicos na administração de cidades como “uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção, [...] à flexibilidade, à globalização e à complexidade da nova economia” (Castells, 1990:14). Desde então,

(...) a imagem da cidade global vem sendo reforçada nos meios acadêmicos, governamentais e na mídia, como uma nova configuração urbana supostamente capaz de dar às cidades as condições necessárias à sua inserção competitiva no ‘novo mundo globalizado’ (Ferreira, 2003:1).

Isso significaria essencialmente desenvolver-se e especializar-se no chamado setor “terciário avançado” para atender às novas demandas criadas pela flexibilização e desregulação da economia e pelo decorrente aumento dos fluxos de capital; em outras palavras, para atender aos desafios da globalização. Para isso, as cidades deveriam apresentar os seguintes atributos:

(...) abrigar um número significativo de sedes de grandes empresas transnacionais, ter bolsas de valores de importância internacional, uma economia majoritariamente de serviços, oferecer centros de convenções, modernos

³ Ao estilo “there is no alternative” de Thatcher.

aeroportos, rede hoteleira de primeira linha, e por isso tudo recebem significativo fluxo de capital financeiro, de homens de negócios e de mercadorias. (Ferreira, 2003:2).

Assim, os planos estratégicos emergiram como a matriz propositiva capaz de colocar em prática as exigências teóricas da cidade contemporânea, uma verdadeira receita para globalizar cidades que tinha como propaganda o sucesso da sua aplicação na Barcelona olímpica de 1992, sob a consultoria dos seus idealizadores catalães (Ferreira, 2003). Em 1995, o Rio de Janeiro se consolidava como a primeira cidade do Hemisfério Sul a implementar o Plano Estratégico (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – PECRJ), sob a mesma auspiciosa consultoria e a mesma decadência mobilizadora outrora diagnosticada em Barcelona⁴.

É evidente que cidades como o Rio de Janeiro se abriram ao mundo, às novas tecnologias, às influências dos mercados internacionais, à nova dinâmica econômica – especialmente se vislumbrarmos a forte participação de capitais internacionais em setores como o imobiliário; porém, não é difícil observar que, em grande parte dessas candidatas periféricas e semiperiféricas à categoria de cidade-global, predomina uma outra imagem, nada global, nada glamorosa, tecnológica, ou acessível desta mesma cidade: são todas profundamente marcadas pela pobreza, pela desigualdade e pela “não-superação dos conflitos herdados da sua formação historicamente excludente” (Ferreira, 2003).

Ainda assim, o exemplo da implementação do plano estratégico de Barcelona como uma “resposta à consciência da crise [...] facilitada pela capacidade de conseguir utilizar um grande evento internacional” (Castells; Borja, 1996:156), percebida como bem sucedida, foi a grande referência para a introdução deste modelo ao redor do mundo⁵ e no Rio de Janeiro. Duas décadas

⁴ O contexto em que a cidade se encontrava, quando da elaboração do plano, segundo Carlos Lessa, Diretor-executivo do PECRJ, era o de perda da centralidade por conta da transferência da capital (fazendo de Brasília a capital política e SP a econômica), de modo que, nos anos 90, o Rio, como Barcelona, ‘estava em decadência’ (Lima Jr, 2003:181).

⁵ Como Barcelona, outras tantas: “Lisboa — cidade que acariciava viciosamente o círculo da sua melancolia e da sua marginalidade — deu impulso a um importante processo de transformação urbana e dinamização econômica ao ter sido capital cultural européia no ano de 1994 e mediante a preparação da Exposição Universal de 1998. Glasgow também fez uso da sua nominação de capital cultural para modernizar sua infra-estrutura urbana e criar uma atraente oferta tanto no que se refere a congressos e encontros internacionais como a turistas e visitantes — especialmente seduzidos pelo seu festival cultural de verão. Mais recentemente, Manchester deu início ao mesmo tipo de empreendimento, candidatando-se a sede dos Jogos Olímpicos, Fórum Global etc” (Castells; Borja, 1996:156)

depois, a mesma concepção de cidade vem sendo resgatada com todo vigor na campanha a respeito das oportunidades de desenvolvimento e visibilidade internacional que adviriam *naturalmente* da realização dos Megaeventos esportivos internacionais que o Rio de Janeiro sediará nos próximos anos, especialmente tratando-se de uma cidade que sofre com enormes gargalos em infraestrutura urbana e desigualdade. Numa conjuntura marcada pelo empresariamento urbano⁶, os megaeventos vêm sendo encarados – pela grande mídia, pelo governo, pelas agências internacionais e pelas empresas envolvidas – como uma chance inestimável de se reinventar e reposicionar economicamente as cidades, e por tabela o país, no circuito capitalista global⁷, com consideráveis ganhos sociais associados ao processo. É exaltando estes potenciais e demonstrando familiaridade com o vocabulário associado ao novo marco teórico representado pela *cidade global* que o atual prefeito da cidade, Eduardo Paes, abria o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2009-2012:

A expectativa de ser a capital da Copa 2014 e a conquista dos Jogos Olímpicos de 2016 estabelecem um momento oportuno para transformar sonhos em ideias, projetos, realizações [...]. É hora de recuperar a maravilhosa ideia de cidade que queremos e podemos ser: o Rio mais integrado e competitivo⁸.

Isso posto, não só o Rio de Janeiro parece merecer especial atenção, dada a sua nova condição de sede e a maneira controvertida pela qual os processos de intervenção urbana têm sido realizados – como denuncia a inquietação sócio-política que vem tomando a cidade – como o *local* parece estar em ampla evidência, segundo atesta tanto a produção teórica quanto a discursiva e propagandística (Lima Jr, 2003)⁹. Ademais, a dimensão espacial consiste num dos

⁶ Esse conceito será trabalhado mais à frente. Por ora, pode ser caracterizado, resumidamente, pela “adoção de técnicas empresariais, competição entre cidades e atração de novos capitais e consumidores através da espetacularização do território” (Omena, 2012:2).

⁷ Como ilustra o discurso padrão corporativista: “Os megaeventos esportivos sediados pelo Brasil trarão muitas oportunidades para empresas já estabelecidas e também para negócios ainda a serem criados. É importante estar atento e competitivo para aproveitar o momento, quando ele aparecer” (lema do programa Sebrae 2014, disponível em: <http://arquivopdf.sebrae.com.br/atender/momento/quero-melhorar-minha-empresa/acesse/sebrae-2014>, acesso em 2 de dezembro de 2013).

⁸ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2752545>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

⁹ Vide a popularização de termos como ‘smart city’ e a proliferação de congressos, encontros e fóruns internacionais para discutir questões especificamente das cidades, alinhados às propagandas de grandes empresas, como por exemplo a da IBM, “Let’s build a smarter planet, city by city”, que pode ser encontrada em:

caminhos de análise para se compreender as diversas formas de manifestação da natureza de uma sociedade – sociais, culturais, institucionais –, assim como as evidências de transformação estrutural¹⁰, em que incidem, ainda, variações históricas específicas a cada lugar (Castells, 2002). Assim, levando em conta o novo papel designado às cidades, a adoção do espaço urbano como foco dispõe da grande vantagem de exibir os impactos materializados da globalização, de maneira que a cidade não só funciona como um laboratório, *locus* de experimentação, onde doutrinas e teorias ganham expressão física, como parece aconselhável voltar-se para a cidade, posto que “tendencialmente tudo será urbano” (Castells, 1997:11; Sassen, 2005)¹¹. No caso do Brasil, se em 1940, apenas 31% da população vivia nas cidades, na virada do século esse número passou dos 80% (Maricato, 2005). Em termos globais, o relatório da ONU sobre as “Perspectivas da Urbanização Mundial”¹² lançado em julho de 2014 já anuncia que, se 54% da população global já vive em áreas urbanas, em 2050 esse número alcançará os dois terços devido principalmente ao crescimento das megalópoles em países em desenvolvimento, como a Índia, a China e diversos países da América Latina e da África, o que torna ainda mais premente a atenção aos processos urbanos no contexto do subdesenvolvimento.

Deste modo, os objetivos do presente trabalho serão analisar de que forma as mudanças que vem ocorrendo a partir da década de 1970 na (re)estruturação da ordem mundial e na forma do capitalismo impactam a produção do espaço urbano, particularmente aquele que é socialmente desfavorecido, a partir da organização do debate teórico acerca do lugar das cidades na nova ordem mundial. Também pretende-se localizar historicamente o processo de tradução do ideário neoliberal para a cidade na forma do planejamento estratégico, entendendo em que medida o discurso da ‘cidade global’, que parece oferecer às cidades um caminho bem-sucedido na nova dinâmica capitalista, reproduz o mesmo dualismo presente tanto

http://www.ibm.com/smarterplanet/us/en/smarter_cities/article/shanghai_keynote.html. Acesso em 15 de agosto de 2013.

¹⁰ “Cities are the physical embodiment of social and economic change. The changing nature of cities can tell us much about the changing nature of society” (Short, 1996:75).

¹¹ Se já não é, como sugere a hipótese de Lefebvre: “society has been completely urbanized” (Lefebvre 1999:15). Lefebvre explica, no entanto, que “a hipótese antecipa, [...] prolonga a tendência fundamental do presente, a urbanização completa, [explica que] através e no seio da “sociedade burocrática de consumo dirigido” a sociedade urbana está em gestação” (1999:18).

¹² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/ate-2050-dois-tercos-da-populacao-mundial-viverao-em-cidades-afirma-onu-13208935#ixzz3Budqmmqm>. Acesso em 2 de agosto de 2014.

nas teorias da modernização que marcaram as décadas de 1950 e 1960, quanto na apologia aos ajustes estruturais nascida com a abertura econômica de diversas economias na década de 1990¹³. A transposição do argumento hegemônico neoliberal para a cidade será analisada, então, desde a ótica dialética dos espaços subdesenvolvidos e, em toda a sua contradição, a partir da hipótese de que o aporte conceitual da ‘cidade global’ nasce e volta-se para a circunstância histórica dos países desenvolvidos de modo que, ao ser retirado de seu contexto original, quando da exportação/apropriação por áreas periféricas e semi, reproduz, sim, uma cena um tanto quanto familiar aos países subdesenvolvidos, tendendo a aprofundar as suas heranças históricas de desigualdade e a repetir a lógica de inclusão subalterna. Há que se considerar, como fizeram outrora os dependentistas, se esse modelo, por mais que possa encontrar alguma aplicabilidade no contexto das grandes cidades desenvolvidas, serve para grandes metrópoles subdesenvolvidas que, além de serem desprovidas de qualquer herança da rede de proteção social dos tempos (que nunca existiram) de *welfare state*, passam ainda por acelerado processo de urbanização rumo à megacidade (Ferreira, 2003). Por fim, sustentaremos a hipótese de que, neste contexto, as megaintervenções associadas aos megaeventos constituem um conjunto de iniciativas que incentivam a mercadorização e a elitização do espaço da cidade, devendo-se entender os megaeventos não só como um campo fundamental de valorização do capital, uma via de reafirmação e aceleração da inscrição da cidade no circuito mundial de reprodução e valorização financeira e patrimonial (Bienenstein, 2001), como uma poderosa máquina de criação de consensos¹⁴. De todo modo, pode-se dizer que os Megaeventos esportivos hoje nos dão a dimensão

¹³ Conforme argumenta Ferreira (2003): “Se toda cidade pode se tornar uma cidade-global, quais os instrumentos efetivos para fazê-lo? Temos aqui a introdução de um elemento novo, pois enquanto as teorias [da cidade-global] se propunham sobretudo a diagnosticar os “atributos” da cidade (...), surge agora a necessidade de uma matriz teórica propositiva, que possa efetivamente dar a “receita” necessária para essa desejada transformação. Assim, da mesma forma que surge, com o processo de expansão da “globalização” econômica, um verdadeiro receituário para orientar os países periféricos a seu novo papel no “ajuste” da economia-mundo capitalista, cujo modelo mais conhecido foi o do Consenso de Washington, há certa lógica no fato de surgirem também cartilhas orientadoras das políticas de “gestão urbana” a serem adotadas para “inserir” a cidade ao mundo globalizado” (Ferreira, 2003:156)

¹⁴ “Os grandes eventos internacionais, como as Olimpíadas ou as Exposições Universais são cobiçadíssimos pelo potencial que representam de dinamização urbana nos novos padrões de competitividade, e pela certa facilidade em serem aceitos como “positivos” pela opinião pública. Quem não iria querer uma olimpíada em sua cidade?” (Ferreira, 2003:164). Porém, já se faz necessário ponderar as limitações desta máquina de consensos, haja vista, por exemplo, as massivas manifestações populares de resistência observadas nas cidades-sede. Voltaremos a isso adiante.

e constituem o símbolo do poder do capital na sua forma simbólica, financeira, patrimonial, especulativa, globalizada, escancarando e potencializando a lógica empresarial que comanda os processos urbanos, sugerindo que a circunstância do Rio de Janeiro deve ser inserida num quadro maior.

Nesse esforço, o primeiro capítulo terá como objetivo entender quais seriam os novos contornos da sociedade capitalista contemporânea, cujos reflexos encontrarão expressão física no espaço urbano, devendo-se tratar de transformações na configuração das cidades como relacionadas a transformações ocorridas em dimensões sociais outras (Sousa, 2008). Desta forma, a exposição do presumido “rebatimento, para a cidade, do modelo de abertura e extroversão econômica propugnado pelo receituário neoliberal para o conjunto da economia nacional” (Vainer, 2000a:80), será precedida por uma apreciação das mudanças produzidas nas últimas décadas do século XX à luz, sobretudo, da contribuição de David Harvey, referência maior que atravessa o trabalho, desde suas contribuições ao plano geral do capitalismo, com conceitos como o de acumulação por espoliação, ordenamento espaço-temporal, e neoliberalismo, como aquelas específicas do escopo urbanístico, como o empresariamento urbano. Entende-se que conhecendo, a partir da perspectiva crítica marxista de um dos grandes geógrafos do século XX, a maneira pela qual a contemporaneidade se construiu e as consequências da consolidação de um novo padrão determinante das formas de relação do capitalismo, se estará potencializando a reflexão acerca dos processos relativos ao meio urbano subdesenvolvido, especificamente do Rio de Janeiro, a que se quer chegar em seguida (Sousa, 2008).

Em seguida, o capítulo dois se incumbirá de fazer o levantamento das teorias e da crítica influenciadas e produzidas a partir de grandes referências nas relações sócio-espaciais contemporâneas e suas interpretações dos processos e dinâmicas globais que passam pela cidade: a primeira é a abordagem conceitual-metodológica de Saskia Sassen em cima da *Cidade Global*, e a segunda é o manifesto urbano de Castells e Borja, representado principalmente pela emblemática publicação de *Local e Global*. São leituras compatíveis, no sentido de compartilharem um conjunto de premissas a respeito do mundo ‘globalizado’ que, embora possuam naturezas distintas – se Sassen oferece uma investigação de natureza teórica e exploratória, o texto de Castells e Borja revela um caráter um tanto apologético e uma forte carga político-ideológica –, foram apropriadas e

equiparadas de tal maneira que acabaram por ocupar funções discursivas similares¹⁵. Ambas as leituras serviram de base para o fortalecimento, a legitimação e a materialização do paradigma empresarial da produtividade-competitividade no espaço das cidades nessa nova fase do capitalismo.

Finalmente, o terceiro capítulo contemplará a espacialização dos fenômenos da globalização e da nova urbanização através da perspectiva das intervenções e transformações urbanas em curso no Rio de Janeiro. Se a financeirização como política neoliberal globalizante e globalizada possui repercussão em distintas escalas sócio-geográficas, interessando aqui principalmente aquelas manifestas pela nova forma de gestão estratégica urbana (Bienenstein, 2001), os megaeventos, em especial os esportivos, podem ser considerados uma conexão patente entre os fenômenos sob análise, manifestada da forma mais concreta possível, agora na semiperiferia carioca: promove uma movimentação colossal de recursos e pessoas, assim como a atuação de diversos níveis da institucionalidade e da governamentalidade nacional e internacional a serviço da acumulação de capital, traz o espetáculo e o marketing urbano em sua natureza, aprofunda os processos de flexibilização, desregulação, especulação e privatização e são viabilizados e executados a partir de planos estratégicos.

¹⁵ Conforme sugere o trecho da reportagem da revista Exame, de abril de 1998, citada em Ferreira (2003:27): “Se perderam a força de suas chaminés, as metrópoles do Primeiro Mundo passaram a ser o que o sociólogo espanhol Manuel Castells chama de 'pontos nodais' da economia global. São centros de poder político, sedes de corporações transnacionais e de grandes empresas de comunicações, além de circuitos para a difusão de cultura É ali que estão os bancos, os advogados, os consultores, os técnicos em informática, os designers, os teatros, os bons hospitais e os melhores restaurantes. Enfim, tudo aquilo que permite às cidades atender bem à sua população e prover o bom funcionamento das grandes empresas ali instaladas. Essa é a visão contida nos livros *The Global City* e *Cities in a World Economy*, de Saskia Sassen, professora da Universidade de Columbia e uma das maiores autoridades em planejamento urbano do mundo”.

2. A globalização como mudança histórica no capitalismo

Neste primeiro capítulo, três temas vêm à tona, a globalização, o Estado e o neoliberalismo, o referencial teórico maior do presente trabalho, todos estreitamente conectados com a questão urbana, como se demonstrará no decorrer do texto dissertativo.

2.1 A morte do lugar?

A sociologia da globalização nasceu, há aproximadamente três décadas, da iniciativa de pensadores e acadêmicos de teorizar o fenômeno da globalização, um empreendimento teórico sintomático do que aparentava ser uma transição paradigmática do internacional para o global, que hoje consiste num guarda-chuva para uma série de sub-campos disciplinares e “uma metáfora para descrever praticamente tudo que aconteceu em quase todas as partes do mundo no final do século XX” (Soja, 2008:277).

A abordagem talvez mais genérica e generalizada da globalização é aquela que a identifica como a propagação das conexões transplanetárias através de reduções das barreiras ao contato, significando que todos tornar-se-iam mais capazes - física, legal e culturalmente - de se envolver com o outro, com dois grandes aspectos constituintes: a conectividade transplanetária, um predicado secular da história da humanidade que hoje goza de uma densidade sem precedentes, e a supraterritorialidade, que teria feito da ‘coleção de unidades geográficas’ que era o mundo westfaliano, uma unidade espacial em si mesmo (Scholte, 2005). Passa, portanto, por uma “compreensão do mundo e da intensificação da consciência do mundo como um todo”, que tem como consequência o aprofundamento “das relações sociais que ligam lugares distantes ao redor do mundo, de modo que os acontecimentos locais são definidos por eventos” que ocorrem em partes distantes do globo (Soja, 2008).

Ainda numa formulação mais geral, amplamente admitida, as principais forças motrizes por trás da globalização seriam (cf. Soja, 2008:281-2): i) a

industrialização do Terceiro Mundo e outras regiões ii) a criação de novas formas de produção global em rede; iii) a aceleração do movimento de pessoas, bens, serviços, comércio e informações entre as regiões iv) a reorganização e o crescimento dos sistemas e mercados internacionais; v) o surgimento das corporações transnacionais como instrumentos de racionalização e coordenação do investimento, produção e acumulação de capital global; vi) os efeitos das telecomunicações e da revolução da informação; vii) o surgimento de instituições capazes de promover a integração financeira global e consolidar os três principais circuitos do capital (comercial, financeiro, industrial) a nível mundial; viii) o surgimento dos países da costa do Pacífico como um bloco de poder capaz de competir com a Aliança do Atlântico Norte; iv) a concentração de poder político e econômico em uma nova hierarquia de cidades globais que atuam como centros de comando no controle de operações financeiras da economia global.

Cada um desses pontos constitui um objeto de estudo dentro deste novo e vasto campo que se construiu em torno da globalização, como evidencia a cada vez mais extensa literatura a respeito (Soja, 2008). Uma clássica tentativa de caracterizar a ordem econômica emergente a partir do foco nas cidades veio com a obra seminal de Saskia Sassen, *A Cidade Global* (1991), que lhe rendeu um imediato reconhecimento e inúmeros outros trabalhos em cima do tema, redundando numa agenda de pesquisa bastante produtiva, cuja visão geral encontra-se em seu outro trabalho também digno de nota, *Sociologia da Globalização* (2010). Vale lembrar que a *global city* de Sassen, forjada, ainda na sua forma embrionária, em 1984, foi inspirada na *Informational City* de 1979, de Manuel Castells – publicação que agrega ao foco na cidade os caminhos revolucionários e os impactos no padrão de sociabilidade das novas tecnologias da informação, processamento e comunicação, mais extensamente desenvolvidos na audaciosa trilogia *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (1996; 1997; 2000). De todo modo, o pensamento desses que são considerados autoridades no tema da globalização e do urbanismo, “os pais teóricos da cidade global” (Ferreira, 2003:21), será resgatado em maior profundidade no segundo capítulo, que se debruçará sobre a questão do urbano. De todo modo, o ponto é que, guardadas as suas diferenças, ambos trabalham em cima de um modelo de cidade-global que “se estrutura em torno da idéia de que cabe às cidades se preparar para as novas forças da economia global”, de que “possam servir como

suporte físico aos fluxos econômicos, à atuação das empresas”, se especializar, ser competitivas, devem se *adaptar* (Ferreira, 2003:155); um modelo que ganha contornos de receituário, elaborado a partir de um mesmo diagnóstico, frente a um mesmo ‘problema’: a inevitabilidade da globalização¹⁶.

Pode-se dizer que, em alguma medida, o posicionamento destes autores, pela sua privilegiada localização acadêmica, que lhes confere destaque e repercussão, acabou legitimando e facilitando a difusão de uma determinada leitura da globalização, transformando-a em “um fenômeno essencialmente ideológico, apoiado em algum substrato de realidade ... que lhe confere certa plausibilidade” (Batista Jr. *apud* Ferreira, 2003:154). De acordo com esta cosmovisão, estaria, pois, em curso um processo unívoco, irrefreável, positivo, evolucionário e neutro que culminaria com o encurtamento dos espaços e o consequente aumento da integração política, econômica e cultural entre países e indivíduos, e com o aprofundamento da interdependência e da cooperação, na direção da aldeia global de McLuhan, tudo possibilitado por uma ação conjunta de dois agentes imparciais, o mercado e a tecnologia¹⁷, que potencializaria a capacidade de alocar os recursos escassos *eficientemente* (Agnew, 2005).

Um texto bastante representativo desta compreensão superficial do fenômeno é o de Thomas Friedman, com o sugestivo título de *The World is Flat* (2005), indicando a iminência de um mundo livre de barreiras, a partir da integração político-geográfica do ‘segundo mundo’, nivelado somente pela competição. O motor por trás destas mudanças seria a tecnologia, que se imporia de maneira neutra e democrática, espalhando seus efeitos benéficos ao redor do globo. De fato, a tecnologia teria possibilitado alguns processos constituintes da globalização, como o alargamento da cadeia produtiva capitalista e a terceirização da produção (*outsourcing* e *offshoring*) e é a partir desta base material que atores individualizados – pessoas e empresas – teriam passado a poder usufruir desta nova plataforma, competindo e colaborando. E, dirigindo-se àqueles que olham com desconfiança para as ‘forças da globalização’, Friedman garante que, uma

¹⁶ “A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo exigem o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração” (Castells *apud* Vainer, 2000a:76).

¹⁷ Que, nesta compreensão, ganham conotações sempre benéficas, não havendo espaço, por exemplo, para se pensar a transferência tecnológica como um dispositivo de implementação de ordens culturais e sociais (Morandé 1984; García de la Huerta 1992 *apud* Escobar, 1995:36).

vez feitos os devidos ajustes [via mercado, sempre], e superadas as dificuldades iniciais, eventualmente, o capital será redistribuído de modo que todos sejam beneficiados, advertindo ainda que o indivíduo que souber se mostrar produtivo e capacitado diante das exigências globalizantes estará em condições de reivindicar “maiores fatias do bolo” (Friedman, 2005:277).

Diante desta posição, Michael Sandel, cientista político com quem Friedman (2005) dialoga diretamente no texto, nos convoca a lembrar que o processo de *flattening* narrado pelo autor – aquele em que atuam as forças responsáveis pelo ‘nivelamento’ do mundo – já havia sido previsto por Marx e Engels no Manifesto Comunista de 1848 como a *marcha inexorável da tecnologia e do capital na direção da remoção de todas as barreiras e restrições ao comércio mundial, à construção de um único sistema de produção e consumo*¹⁸, em outras palavras, a globalização.

Um dos desdobramentos desta leitura dominante, que encara a globalização unicamente pelo viés dos fluxos, do indivíduo, da economia, da técnica e do desbordamento, é a neutralidade política (Abascal et al., 2008; Scholte, 2005), conforme constatou Milton Santos:

Há dois elementos fundamentais a se levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. Há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas. E, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história (Santos, 2001:23)

Segundo o autor, se cada sistema técnico representaria uma época e, pela primeira vez na história, estaríamos diante de uma unicidade técnica, a globalização constitui um novo e poderoso sistema de técnicas, que, no entanto, impescindem de intermediação política para serem efetivamente aplicadas. E embora não exista propriamente uma unidade de comando global, haveria hoje o que Milton Santos chamou de *motor único*, a mais-valia, velha conhecida de Marx, universalizada com a globalização da produção, que segue sendo extraída do trabalhador pelo capitalista, agora em proporções agigantadas e renovadas. Em outras palavras, se a busca incessante pelo lucro não só perdura como se

¹⁸ Tradução livre.

intensifica, há disputa, e se há disputa, há luta de classes¹⁹ – a despeito de sua convenientemente proclamada obsolescência –, de modo que “a noção de economia-mundo capitalista [no sentido wallersteiniano] abre espaço para uma interpretação mais ampla da luta de classes”, considerando-a não apenas “em escala mundial, mas ampliando-a para além de conflitos entre capitalistas e trabalhadores dentro d[o] Estado nacional’ (Arienti; Filomeno, 2007:112).

O fato é que é imperativo trazer o elemento geopolítico para o discurso técnico do crescimento e das estatísticas, propagado e naturalizado pelos *experts* e economistas, a fim de questionar esta visão hegemônica (e ‘econômica’) da ordem global que vem sendo ativamente promovida desde a década de 1970, a partir da compreensão de que a globalização como processo não “simplesmente aconteceu”, de que as novas configurações foram *permitidas e incentivadas*²⁰, num contexto marcado pela pós-polarização ideológica da Guerra Fria, em que o modelo de sociedade capitalista ocidental foi declarado superior moral, cultural, social, política e economicamente (Agnew, 2005). Esta vitória concedeu força e espaço para a produção de um grande consenso

(...) que não só confere à globalização as suas características dominantes, como também legitima estas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas. Daí que, da mesma forma que aconteceu com os conceitos, tais como modernização e desenvolvimento, o conceito de globalização tenha um componente descritivo e um componente prescritivo (Santos, 2001:2).

A ‘globalização como fábula’, conforme Milton Santos, costuma evocar a fantasia da quebra das divisões e hierarquias que historicamente marcaram a sociedade ocidental e sua relação com os outros – cristãos e bárbaros, ocidente-orientes, norte-sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos, primeiro, segundo e terceiro mundo, pobres e ricos –, daí sua aura neutra, progressista e quase revolucionária,

¹⁹ A luta de classes não só existiria como teria sido agravada, como argumenta Wallerstein: “se a mais-valia tem sido distribuída entre porcentagens muito maiores da população, a chamada classe média, (...) talvez 85% das pessoas que vivem dentro da economia-mundo capitalista estão em condições piores que as das populações trabalhadoras do mundo há mil anos atrás” (Wallerstein, 2001:105).

²⁰ Como fez Polanyi em *A Grande Transformação*, olhando para o liberalismo clássico, era preciso “desmistificar o caráter natural e eterno que o liberalismo econômico atribui ao mercado, demonstrando então que a constituição de um sistema de mercado, supostamente auto-regulável, exigiu um intervencionismo estatal contínuo, controlado e organizado de forma centralizada, o que significa dizer que foi imposto pelo Estado. Destarte, não havia nada natural em relação à constituição dos mercados livres, pois eles foram constituídos com a ajuda das tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio mercado livre foi imposto pelo Estado” (Carcanholo, 2011:13)

numa espécie de conciliação com um passado de conflitos (Coronil, 2005:50). Estaríamos, assim, “diante da presença de uma ideologização maciça, de um exercício de fabulações como condição essencial para a realização do mundo atual” (Santos, 2001:19), que é “norteado por um sistema ideológico que tanto justifica o processo de globalização como o único caminho histórico, quanto o concebe como crise, impondo ao mesmo tempo diagnóstico e tratamento” (2001:36). Assim, “se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa” (2001:18), é preciso desconstruir esta grande narrativa²¹.

Logo, a globalização deve ser entendida, conforme sugere Boaventura de Sousa Santos, como processos diferenciados, como um fenômeno de múltiplas facetas que, “enquanto feixes de relações sociais, envolvem vencedores e vencidos [de modo que] o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios” (Santos, 2002:21), e por isso pode e deve ser contestado a fim de se compreender as transformações da economia e sociedade mundial contemporâneas na sua totalidade (Agnew, 2005:119). Afinal, a globalização constitui “um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro” (Sousa Santos, 2002:2).

Nesse esforço, diversos autores posicionaram-se no sentido de mostrar que toda e qualquer tendência histórica significativa, especialmente uma que envolva a reorganização do espaço, como é o caso das referidas conexões transplanetárias e supraterritoriais da globalização, necessariamente envolve política e necessariamente empodera alguns atores e enfraquece outros (Scholte, 2005). Rupert (2000) e Agnew (2005), por exemplo, concordam que, ao contrário do imaginário evolucionista e do determinismo tecnológico que o discurso hegemônico invoca para explicá-la, a globalização não tem sido nem espontânea

²¹ Assim como o liberalismo clássico, apoiado na tese ricardiana das vantagens comparativas, foi a doutrina político-econômica do período de hegemonia inglesa, o nacional-desenvolvimentismo, aliado às teorias da modernização e ao Estado keynesiano, institucionalizado por Bretton Woods, vigorou no pós-guerra, durante a hegemonia norte-americana, quando era preciso vencer a disputa ideológica contra o comunismo, de modo que este é um período considerado como sendo de ‘concessões do capital’, como denomina Harvey. Ambos foram momentos marcados pela metanarrativa, em que os centros exportavam diagnósticos e prescrições em torno do que era considerava ser o objetivo adequado a cada uma das circunstâncias históricas da época. A era da globalização, absolutamente, não rompe com este padrão: segue-se produzindo e exportando conteúdo normativo, agora institucionalizado pelo Consenso de Washington, o qual continua favorecendo e empoderando um determinado grupo de atores.

nem inevitável, tratando-se de um projeto político de uma constelação identificável de forças sociais dominantes, na medida em que as tendências globalizantes do capitalismo foram concretizando-se dentro de um contexto histórico particular, encabeçadas por um bloco histórico transnacional formado por frações particulares da classe capitalista, governantes, burocratas internacionais, jornalistas e líderes sindicais do *mainstream* (Rupert, 2000). Gill (2000) também se centra na classe que teria comandado aquilo que vê como uma contra-revolução do capital em escala mundial, caracterizada pelo aprofundamento dos processos de mercantilização e alienação através da intensificação da disciplina do capital nas relações sociais, o que chamou de *neoliberalismo disciplinar*. Ainda nessa linha, Neil Smith (2009) identifica estes mesmos pilares centrais no edifício do neoliberalismo: a exaltação da economia de mercado livre como a única forma legítima de interação social; o retrocesso do projeto keynesiano de provisão de bem-estar e apoio à reprodução social; a glorificação da propriedade privada, do lucro, e do capital financeiro. Na sua perspectiva, globalização e neoliberalismo passaram a ser formulados como dois lados da mesma moeda por uma literatura mais crítica da década de 1970; entretanto, se o neoliberalismo for concebido como uma ampla estratégia política, social e econômica, a globalização deve ser entendida como um componente econômico-geográfico do projeto neoliberal, uma nova variante do capitalismo, que veio reestruturar as fronteiras do clássico sistema interestatal. Ainda assim, isso não sugeriria um fim do Estado-nação; apenas uma reestruturação das relações político-econômicas.

2.2

A morte do Estado?

Essa discussão do papel do Estado numa era amplamente percebida como sem fronteiras merece, ainda que brevemente, ser melhor qualificada e é bem ilustrada pelo posicionamento de alguns autores. Hardt e Negri, em *Império* (2010), alegaram, de maneira eloquente e envolvente, estarmos diante de um mundo que vive sob o domínio de uma nova forma de soberania, de um poder difuso e anônimo – que, pela primeira vez, não representaria um Estado específico, posto que suas fronteiras estão abertas e em contínua expansão – ,

contra o qual conclamaram, com entusiasmo, as forças produtivas e combativas da imanente multidão. Esta posição foi recebida pela comunidade acadêmica com alguma polêmica e muitas críticas, como demonstram as palavras de Atílio Borón:

Los acontecimientos que se sucedieron en la arena internacional a partir de la publicación original en lengua inglesa de la mencionada obra, y de manera muy especial la Guerra de Irak, han refutado de manera inapelable, con la contundencia de los hechos históricos, la temeraria teorización propuesta por aquéllos en su libro, [que] se reveló incapaz de interpretar adecuadamente la historia, el imperialismo y su estructura actual (Borón, 2004:2)

Na contramão de Hardt e Negri, Panitch e Gindin (2004) sustentam que, de fato, o império existe, é expansionista, mas opera *através* dos Estados, das potências capitalistas agindo de forma coordenada, sob o comando de um Estado em particular, os Estados Unidos. Trata-se de um império *informal* não por diluir fronteiras, mas pelo amplo leque de instrumentos de dominação utilizados para o exercício do poder, proporcionados pela globalização econômico-cultural. Ou seja, “os estados-nação não est[ão] desaparecendo, mas somando responsabilidades”, atuando como responsáveis por “criar as condições internas necessárias para sustentar a acumulação internacional, como a estabilidade dos preços, as limitações à militância operária, o tratamento nacional aos investimentos estrangeiros e a saída irrestrita de capitais” (2004:43).

Acerca do argumento a favor da ausência de um centro que organizaria a estrutura internacional de dominação e do deslocamento da clássica soberania inter-estatal para um lugar imaterial, supranacional, imperial, desterritorializado, presente na linha de análise que proliferou na virada do século da qual Hardt e Negri são símbolos – conforme a crítica de Borón (2004) –, Harvey (2004), em *O Novo Imperialismo*, atribui expressamente territorialidade e política à nova forma do poder na era global, inclusive usando – por motivos óbvios – o mesmo fato histórico de Borón (2004) para corroborar sua tese: a guerra do Iraque. O período correspondente à globalização, de 1970 a 2000, seria o da hegemonia neoliberal, que teria vindo à tona para responder a uma série de problemas desencadeados pelo estágio anterior da construção do imperialismo capitalista – o da construção da hegemonia americana –, tais como os exorbitantes custos do combate ao comunismo e da guerra do Vietnã, que teriam levado a uma “crise fiscal do Estado desenvolvimentista no interior dos Estados Unidos e toda a arquitetura financeira

internacional do sistema de Bretton Woods entrou em colapso, uma das estruturas internacionais fixas base do superimperialismo dos EUA” (Harvey, 2004, p.57-58). Deste cenário emergiria,

Um novo tipo de sistema, em que os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Assim, o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana, numa série de manobras desesperadas dos Estados Unidos no sentido de manter sua hegemonia nos assuntos econômicos mundiais. A financeirização lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros e financistas, associado à emergência de corporações capitalistas transnacionais que, ainda que pudessem ter sua base em uma nação-Estado, se disseminaram pelo mapa do mundo de maneiras impensáveis em fases anteriores do imperialismo. Diferentemente de hoje, os trustes e cartéis que Lênin e Hilferding descreveram estavam todos ligados muito estreitamente a nações-Estados particulares (Harvey, 2004:58).

Susan Strange (1996), por sua vez, no seu texto clássico *The Retreat of the State*, defende a tese de que a iniciativa privada, forças essencialmente impessoais, exerce hoje um poder sobre a sociedade e a economia maior que os Estados, embora o controle estatal, no que concerne à vida privada de seus cidadãos, esteja crescendo no sentido foucaultiano. Para isso teriam contribuído os avanços tecnológicos que potencializam a ação individual e corporativa, assim como a competição por mercados no lugar de territórios. O nacionalismo metodológico também é criticado por Sassen, por exemplo em *Denationalization or Globalization* (2003), dadas as múltiplas manifestações das novas dinâmicas transfronteiriças. Porém, distancia-se de Strange quando defende que uma das principais características da atual fase de globalização é a ativa participação dos Estados nacionais na formação de sistemas globais. Se para isso houve, em alguma medida, uma renúncia da autoridade do Estado como construída historicamente, Sassen considera esse um sinal de formação de novas geografias de poder, que vêm exigindo, por parte dos governos, uma série de medidas legislativas, regulamentos, decretos e decisões judiciais, que permitem a atuação de empresas estrangeiras em seus territórios, com um resultado um tanto irônico e ambíguo, já que acabam por “desestabilizar o poder do Estado em diversos aspectos”.

Ellen Wood é ainda mais enfática que Sassen contra o argumento de que, na era da globalização, o poder do capital escaparia ao controle do Estado, tornando-o irrelevante enquanto autoridade territorial, afirmando que “o Estado é

mais essencial do que nunca para o capital, ainda que, ou especialmente, na sua forma global” (Wood, 2003:5), para garantir, com o monopólio da força, as condições de acumulação, a propriedade privada, a ordem social, a estabilidade e a previsibilidade necessárias ao cumprimento dos contratos e as transações financeiras²². Mais do que isso, o ‘império do capital’ precisaria de um sistema inter-estatal bem delineado. A retirada do Estado sentida na globalização teria sido apenas das funções de bem-estar, de assistência social que exercia no período desenvolvimentista anterior.

Por fim, uma última leitura que enfatiza a natureza marcadamente política da globalização do capitalismo é a do grupo dos adeptos da vertente do *poder global* dentro da Economia Política Internacional, representada por José Luís Fiori. Especificamente em *O Mito do Colapso do Poder Americano*, Fiori (2008) declara que a hegemonia das idéias e políticas neoliberais e o projeto de poder americano estiveram ostensivamente presentes na narrativa do fim das fronteiras, da vitória dos mercados e da globalização, a despeito da consonância de autores como Kindleberger, Wallerstein e Arrighi em torno do “declínio americano” e dos sintomas de “crise terminal” que pareciam marcar os anos setenta, num contraste gritante com a ida Era de Ouro do pós-guerra.

Feita uma rápida recapitulação e sistematização tanto da literatura dominante quanto da crítica que abordam os temas da globalização e da atual cara do capitalismo, ficou claro que é amplamente aceito que grandes transformações marcaram permanentemente a década de setenta como um ponto de inflexão de caráter revolucionário na história, o que teria levado diversos pensadores a investigar a origem e a natureza destas mudanças, e a força propulsora por detrás de uma nova configuração que parece possuir contornos bastante delineáveis, a que identificaremos por neoliberalismo (Harvey, 2005). Fundamentalmente, o que se procurou demonstrar é que este construto político, econômico e ideológico – o

²² Em outras palavras, o capitalismo nasce e consolida-se na antítese da economia de mercado, uma idéia já enunciada por Braudel – na verdade, anunciada por tantos outros antes dele, como os teóricos marxistas do imperialismo clássico. Fica claro, em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, que o grande salto na história do capitalismo não está relacionado à decadência do feudalismo, mas à fusão entre Estado e Capital, uma vez que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”, sendo “a zona do antimercado, onde circulam os grandes predadores e onde vigora a lei da selva (...) o verdadeiro lar do capitalismo” (Braudel *apud* Arrighi, 2009:10). Na verdade, essa noção também está ativamente presente em Weber, para quem “foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento” (Weber *apud* Arrighi, 2009:12).

alter ego do que se convencionou chamar de globalização – constitui, na verdade, a resposta, através da reconstrução econômica, ideológica e política, à uma crise estrutural do capitalismo (Carcanholo, 2011). A financeirização veio então dar conta da questão econômica, a mercadolatria, o individualismo, a meritocracia, a liberdade, e a cultura do consumo e do espetáculo são alguns dos ingredientes que passaram a compor o pacote da ideologia – todos conceitos e temas caros à escola liberal significativamente presentes no discurso da globalização –, e, finalmente, no que concerne à política, temos o esvaziamento do público e da política de uma forma geral, sem necessariamente implicar o desaparecimento do Estado, “as neoliberalism is, in effect, a form of “high politics” that expressly denies its political character” (Peck; Tickell, 2002:400).

2.3

O neoliberalismo e a sua breve história

A esta altura, é importante explorar, a partir da contribuição de David Harvey (2005), *Breve História do Neoliberalismo*, as origens e os agentes por trás da formação, consolidação teórico-institucional do neoliberalismo e hegemonização do pensamento neoliberal como prática do Estado, desvendando as raízes político-ideológicas de uma doutrina que, como veremos nos próximos capítulos, influenciou substancialmente o destino das cidades no capitalismo contemporâneo (Smith, 2009).

Na sua apreciação do fenômeno, quatro figuras históricas aparecem como protagonistas por terem, encabeçado, liderado e difundido a chamada virada neoliberal, resgatando das sombras, cada um no seu contexto histórico-geográfico, esta doutrina que se consolidaria como o princípio orientador hegemônico do pensamento e da gestão política e econômica: o neoliberalismo. Eram eles Deng Xiaoping que, em 1978, desencadearia a liberalização da até então fechada economia chinesa, para tornar-se logo um centro econômico altamente dinâmico e competitivo; Paul Volcker, o homem à frente do banco central americano que comandou a fatídica mudança na política monetária dos Estados Unidos na virada da década de setenta para oitenta; Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica eleita em 1979 com a promessa de conter o poder sindical e de pôr fim à estagflação que fazia o país sucumbir; Ronald Reagan, eleito presidente dos

Estados Unidos em 1980 acreditando poder revitalizar a economia dos EUA, a partir do efeito-Volcker, inaugurando um período marcado por políticas em frentes similares às de Thatcher no que concerne ao trabalho, à desregulação, e às finanças. E, ao lado destas três figuras, o general Pinochet, que, pioneiro, levou a experiência neoliberal à América Latina.

Contudo, qualquer forma de pensamento dominante, especialmente uma tão bem-sucedidamente naturalizada e enraizada no senso comum, deve estar necessariamente apoiada num forte aparato conceitual-ideológico. De acordo com a digressão de Harvey, o arcabouço teórico neoliberal teria começado a ser cultivado em 1947, a partir da criação da *Mont Pelerin Society*, uma sociedade liderada pelo filósofo político austríaco Friedrich von Hayek²³, ao lado de um grupo exclusivo de entusiastas – entre os quais o economista Milton Friedman, que depois viria a ser conselheiro de Pinochet e Reagan. Para fazer frente às teorias intervencionistas que dominavam a cena, como a keynesiana, base do Estado de bem-estar, a doutrina neoliberal buscou apoio em valores civilizatórios e ideais inquestionáveis, tão sedutores quanto a liberdade individual, ameaçados²⁴, alegavam os seus fundadores, não só pelos totalitarismos do século XX mas por todas as formas de intervenção do Estado que teriam se intrometido na decisão do indivíduo²⁵.

²³ Que dividiu sua carreira acadêmica, não por acaso, entre a LSE e a Universidade de Chicago, o que nos dá uma boa idéia dos berços do neoliberalismo.

²⁴ Segundo Hayek (2010): “The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the earth’s surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own”. A este respeito: “the group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which freedom may be effectively preserved” (Harvey, 2005:19).

²⁵ Isso porque, de acordo com os princípios da teoria liberal, dado que “a busca do lucro e o interesse próprio são inclinações fundamentais da natureza humana, o resultado da somatória individual seria a coordenação harmônica das ações humanas e, conseqüentemente, do próprio sistema. Isto significa admitir a existência de leis econômicas que funcionem de forma automática e autônoma, sempre encaminhando o sistema para uma *ordem social harmônica*. [Assim] o mundo seria mais racional, eficiente, produtivo e justo se nele imperasse a livre iniciativa, ou seja, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas pelas regulamentações emanadas do Estado” (Carcanholo, 2011:12)

A palavra *neoliberalismo* representaria uma síntese da idéia de **liberalismo** européia, comprometida com os ideais de liberdade pessoal, com os princípios do livre mercado da vertente que ficou conhecida dentro da economia como **neo-clássica**, por tratar-se de uma revisitação dos clássicos da economia política, Smith, Ricardo e Marx, representada principalmente por Marshall, Jevons e Walras. Um exemplo de reapropriação conceitual da matriz smithiana-ricardiana feita por esses autores é, conforme Harvey, o resgate do argumento de que a mão invisível do mercado é o melhor dispositivo para alocar os recursos escassos na sociedade e mobilizar os instintos humanos, como a gula, avareza, e o desejo de riqueza e poder em benefício de todos (Harvey, 2005:20).

Assim, o neoliberalismo seria uma teoria de práticas político-econômicas que propunha que o bem estar individual pode ser melhor alcançado pela libertação dos instintos e habilidades empresariais, que atribui ao Estado o papel de criar e preservar um quadro institucional adequado, caracterizado pelo culto à propriedade privada, ao livre mercado e livre comércio. Neste sentido, o Estado deve aparelhar-se de estruturas administrativas, legais e militares para garantir, pela força se necessário, o bom funcionamento dos mercados, bem como para abri-los em novas áreas. Fora isso, as intervenções do Estado devem ser minimizadas, uma vez que o Estado não possui informações suficientes para captar devidamente os sinais de mercado. Também, as iniciativas estatais seriam, nesta perspectiva, condicionadas por grupos de interesse particulares poderosos que as aviesariam em seu próprio benefício. Logo, entendendo que o mercado é uma instituição neutra e com maior eficiência administrativa, o Estado deve promover a desregulamentação e a sua própria retirada de diversas áreas.

O papel do Estado neoliberal limitar-se-ia, assim, ao favorecimento da inviolabilidade dos contratos, de sólidos direitos individuais de propriedade privada, do Estado de Direito, do livre funcionamento das instituições de mercado, do direito individual à liberdade de ação, expressão e escolha, arranjos institucionais considerados essenciais para garantir as liberdades individuais, extensivos, naturalmente, às empresas e corporações, cuja liberdade e iniciativa são consideradas como um bem fundamental, a chave para a inovação e a criação de riqueza.

Deste modo, os neoliberais seriam partidários da privatização, devendo o máximo de setores possível ser entregues à esfera privada e aos efeitos benéficos

da concorrência – entre os indivíduos, empresas, entidades territoriais (cidades, regiões, nações, grupos regionais) –, considerada uma virtude fundamental. Por isso, os atores neoliberais (qualquer que seja ele) devem sempre buscar melhorar sua posição competitiva como uma entidade em relação às outras no mercado global. Desta forma, com o tripé privatização-desregulação-concorrência, eliminar-se-ia a burocracia e aumentar-se-ia a eficiência e produtividade geral na sociedade. A livre mobilidade de capitais entre setores, regiões e países também é considerada crucial, continua Harvey, devendo todas as barreiras (como tarifas, regimes de tributação punitiva, controles e planejamento ambiental, ou outros impedimentos locais) para a livre circulação ser removidas. Os Estados devem, portanto, promover a redução de barreiras ao movimento de capital através das suas fronteiras para a troca global, de modo que os capitais aloquem-se livremente segundo critérios de eficiência, produtividade e lucratividade, o que estimularia uma concorrência saudável, e consequentemente o controle dos preços e da inflação. Para que isso possa ser levado a cabo, uma governança internacional que garanta a liberdade de comércio, do tipo dos acordos incorporados pela Organização Mundial do Comércio, é fundamental para o avanço do projeto neoliberal no palco global.

Feito esse breve resgate da teoria neoliberal, Harvey (2005) vai então examinar as forças por trás da virada neoliberal no capitalismo global. O movimento teria começado a ganhar espaço e reconhecimento nos EUA e Grã-Bretanha: na academia em 1974 e 1976 com o Prêmio Nobel de Economia de Hayek e Friedman, respectivamente, e na política, em 1979, com Thatcher e, logo em seguida, com Reagan. Ambos estavam comprometidos em reformar a economia e revolucionar as políticas fiscais e sociais, confrontando o poder sindical, atacando todas as barreiras à flexibilidade competitiva, desmantelando as obrigações do Estado do Bem Estar²⁶, privatizando as empresas públicas, incentivando a iniciativa empresarial através, por exemplo, da redução dos impostos corporativos e criando um clima de negócios favorável ao investimento estrangeiro.

²⁶ Como dizia Thatcher: não ‘existia tal coisa como a sociedade, apenas homens, mulheres e suas famílias’, de modo que todas as formas de solidariedade social deveriam ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade pessoal (Harvey, 2005).

Porém, antes do neoliberalismo se fazer hegemônico, foi longa a batalha no campo das idéias contra o marxismo, o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano, como Harvey lembra já ter previsto Hayek em meados do século passado. Faz, pois, volta à conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, um momento de conciliação entre capital e trabalho em que a combinação entre Estado, mercado e instituições democráticas parecia o caminho para se garantir a paz, a inclusão, o bem-estar, e a estabilidade, depois da crise de 29 e de duas grandes guerras. A nova ordem mundial foi institucionalmente traduzida para o plano internacional através da construção de grandes marcos como Bretton Woods, as Nações Unidas, o Banco Mundial, e o FMI, sob a liderança do poder norte-americano, limitado apenas pelos constrangimentos geográficos colocados pela Guerra Fria. Nos diferentes planos nacionais, essencialmente, havia a responsabilidade de garantir o cumprimento das metas do pleno emprego, do crescimento econômico e do bem-estar, o que ganhou o nome de “embedded liberalism”, significando que as forças de mercado estavam subjugadas à uma rede de proteção social. Nesse quadro político-institucional, cabia ao Estado desenvolvimentista comandar os setores-chave utilizando-se de políticas fiscais e monetárias “keynesianas” – intervenções contra-cíclicas amparadas pela premissa de que os ciclos econômicos não são auto-reguláveis. Assim, durante as décadas que se seguiram ao fim da guerra, o mundo teria vivido sob o paradigma “desenvolvimentista”²⁷.

Entretanto, eventualmente, o sistema welfarista teria começado a dar sinais de esgotamento, a partir principalmente do abandono, pelos Estados Unidos, de um dos pilares dos acordos de Bretton Woods, o padrão ouro-dólar, seguido de dois choques do petróleo, e de ondas inflacionárias e crises fiscais que foram tomando conta do cenário internacional. A alternativa socialista ganhava força em meio ao descontentamento político-econômico generalizado, somado à explosão de movimentos sociais.

Parecia, na leitura de Harvey, estar posta a ameaça à posição das elites econômicas e classes dominantes, na medida em que, além da vulnerabilidade

²⁷ Na leitura de Harvey (2005), enquanto esta experiência, para os países avançados, teria significado taxas relativamente altas de crescimento combinadas com políticas de redistribuição, controle da mobilidade do capital (com algum grau de repressão financeira), aumento das despesas públicas, e forte atuação de sindicatos e partidos políticos, sua tentativa de exportação para o terceiro mundo teria falhado. Esta conclusão será essencial para compor o quadro no qual o ideal de cidade-global se desenvolve neste ambiente terceiro-mundista.

política propriamente dita, a perda de poder econômico já era real: a parcela da renda dos 1% mais ricos nos EUA caíra de 16 para menos de 8%, permanecendo neste patamar por quase três décadas. Porém, foi somente no quadro de crise de 1970 que estas classes decidiram mobilizar-se. Logo, o neoliberalismo teria sido, desde o início, um projeto de restauração do poder de classe, que logo surtiu um efeito concreto: após a implementação das políticas neoliberais no final de 1970, a mesma parcela da renda nacional dos 1% mais ricos nos EUA já tinha subido para 15%, quase os valores pré-guerra.

Aqui parece caber uma discussão sobre o conceito de classe, afinal, está se tomando o neoliberalismo como veículo global para a restauração do poder de classe. Pois bem, a partir desta afirmação entende-se que haveria interesses e beneficiários identificáveis num processo que é global, associados a uma suposta determinada configuração social, à qual se costuma referir por classe capitalista. Embora ‘classe’ signifique coisas diferentes em lugares diferentes²⁸, Harvey aponta tendências gerais a partir da financeirização, isto é, da mudança do centro gravitacional da economia da produção para as atividades financeiras. A financeirização²⁹ seria o braço econômico da doutrina neoliberal; em linguagem direta, neoliberalismo significa a financeirização de tudo, razão pela qual Harvey constata que as instituições financeiras e a integridade do sistema financeiro como um todo teriam passado a ganhar apoio quase incondicional da coletividade das

²⁸ Segundo Harvey (2005), Thatcher, por exemplo, teve de enfrentar a tradição aristocrática que dominava as forças armadas, em favor da elite financeira da City de Londres e segmentos da indústria, dos empresários e novos ricos, enquanto que nos EUA, o *locus* do poder econômico havia passado por uma mudança, com a crescente importância dos financistas e CEOs de grandes corporações, e com o aparecimento de novos setores (como a computação, internet e mídia).

²⁹ Uma vez consensualmente terminada a era fordista, os anos de 1970 vem sendo descritos pela flexibilidade, e pelo papel determinante reservado à informação e à tecnologia de comunicação. Isto posto, o argumento sustentado pela chamada Escola da Regulação, uma vertente heterodoxa do pensamento econômico de origem francesa, é o de que o atual regime de acumulação, ou a dinâmica macroeconômica, que se desenvolve dentro de um determinado quadro institucional, ou modo de regulação, é dominado pelas finanças, ou *finance-dominated*, a fim de reforçar a influência do interesse financeiro no funcionamento da economia, ou no padrão de acumulação, uma tendência que ficou conhecida na literatura como financeirização: “the notion of financialization covers a wide range of phenomena: the deregulation of the financial sector and the proliferation of new financial instruments, the liberalization of international capital flows and increasing instability on exchange rate markets, a shift to market-based financial systems, the emergence of institutional investors as major player on financial markets and the boom (and bust) on asset markets, shareholder value orientation and changes in corporate governance (of non-financial business), increased access to credit by previously ‘underbanked’ groups or changes in the level of (real) interest rates” (Stockammer, 2007:2).

entidades nacionais e internacionais³⁰. Esse retorno com força total à forma fictícia do dinheiro³¹ tem um impacto significativo nas classes e na forma como se relacionam entre si, começando pela fusão entre a propriedade e a gestão das empresas capitalistas, que faz com que CEOs (gestores) sejam pagos em ações da empresa (títulos de propriedade). Vale dizer que as empresas podem compensar eventuais perdas na produção com ganhos em operações financeiras.

A questão que se coloca, e tem sido muito debatida, é se esta nova configuração de classe deve ser considerada transnacional ou se ainda pode ser entendida como algo baseado exclusivamente dentro dos parâmetros do Estado-nação. Para Harvey, nunca fez sentido falar de uma disputa entre as classes capitalistas norte-americana e a britânica, alemã ou coreana. No entanto, na sua leitura teria havido, sem dúvida, um aprofundamento das conexões transnacionais durante a fase da globalização neoliberal, o que não significa que os capitalistas de cada país não recorram ao aparato estatal em busca de determinadas vantagens e proteções. Logo, se por um lado a “classe capitalista”, composta por grupos corporativos, financeiros, e comerciais, não necessariamente conspira e atua como uma classe, Harvey admite existir um certo acordo de interesses, que reconheceria vantagens e prejuízos em determinadas convenções ou processos, articulado e celebrado em encontros de organizações como o Fórum Econômico Mundial.

O fato é que, com influência desproporcional sobre os meios de comunicação, os processos políticos e a produção acadêmica, essa “classe” deteria os recursos necessários para fazer-nos acreditar que o atual regime neoliberal de liberdades não só é o único caminho, como é o melhor caminho, enquanto que, realisticamente, trinta anos de ‘liberdades neoliberais’ não só teriam restaurado o poder de determinados grupos capitalistas, como também teriam produzido enormes concentrações de poder corporativo, de riqueza e de desigualdade social. Harvey fecha essa a princípio improvável equação trazendo para a discussão a questão da ideologia, peça chave na produção do consentimento, uma vez que a neoliberalização requeria a construção de uma cultura popular baseada no

³⁰ Segundo Harvey (2005), “se o slogan da década de 1960 dizia que o que era bom para a General Motors era bom para os EUA, na década de 1990, é o que é bom para Wall Street é o que importa”.

³¹ É interessante que essa mesma guinada para a financeirização é vista pelos teóricos do sistema-mundo de linha braudeliana (como Wallerstein e Arrighi) como a crise sinalizadora do sistema capitalista, a etapa anterior à mudança hegemônica, ao mesmo tempo que os partidários do “Mito do Colapso do Poder Americano” entendem-na apenas como uma mudança de estratégia.

mercado de consumo diferenciado e nas liberdades do indivíduo, especialmente o consumidor (2005:42).

Muitos foram os canais elencados por Harvey através dos quais ter-se-ia gerado o consenso popular para legitimar a virada neoliberal. Num primeiro momento, influências ideológicas poderosas advogando em nome da “liberdade” teriam circulado pelas empresas, pelos meios de comunicação e ecoado nas inúmeras instituições que compõem a sociedade civil – universidades, escolas, igrejas e associações profissionais – conseguindo criar um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como garantia exclusiva da liberdade. Num segundo momento, tratou-se de consolidar estes movimentos através da captura de partidos políticos para, então, finalmente, chegar-se ao aparelho do Estado, quando poderes de persuasão, cooptação, suborno e ameaça passariam a estar disponíveis a serviço da manutenção do clima de consentimento – uma verdadeira estratégia gramsciana da construção de bloco hegemônico. Um marco importante dessa união de interesses lembrado por Harvey é o estabelecimento, em 1976, do direito de uma empresa destinar verbas ilimitadas a partidos políticos e comitês de ação política³².

Em suma, um projeto deliberado em torno da restauração do poder econômico de uma pequena elite provavelmente não teria ido muito longe, enquanto que a apologia das nobres liberdades individuais, o frenesi entorno do consumo e da tecnologia, a expansão do crédito, os espetáculos e megaeventos, vem galgando a sobrevivência do modelo neoliberal, a velha fórmula romana do ‘pão e circo’. Afinal, num mundo que tem 2,2 bilhões de pobres, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 do PNUD da ONU³³, “como fazer para que os pobres trabalhem quando a ilusão é desenganada e a força se desagrega?”, é a pergunta mais do que nunca válida que outrora fez Guy Débord (2012:11). Ainda o neoliberalismo é encarado como uma via necessária e 'natural', a única alternativa de organizar as relações sociais, não obstante suas mais

³² Aliás, um direito que hoje está em pauta no Brasil: se por um lado, aqueles que são a favor da proibição das doações de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais alegam que esta medida acabaria com o desequilíbrio de poder entre os partidos e com as relações promíscuas entre empresas e políticos, por outro, há quem defenda que alegar a inconstitucionalidade do financiamento privado das campanhas não dará fim na “indevida interferência econômica nos pleitos eleitorais”, apenas contribuirá para uma maior falta de transparência das campanhas, como ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, que votou contra.

³³Disponível em: <http://www.onu.org.br/mundo-tem-22-bilhoes-de-pessoas-pobres-ou-quase-pobres-alerta-relatorio-do-pnud/>. Acesso em 28 de março de 2014.

variadas apropriações e os processos diferenciados de produção de consenso que as precederam. Se na Argentina o neoliberalismo foi instituído de forma simples, rápida e brutal, através de um golpe militar apoiado pelas classes superiores tradicionais (assim como pelo governo dos EUA), nos berços da democracia o consenso teve de ser construído utilizando-se de antigas práticas de socialização cultural, enraizadas em tradições regionais ou nacionais, como a religião e o medo de comunistas, imigrantes, estrangeiros para mascarar realidades (Harvey, 2005:39).

Dos casos escolhidos por Harvey para ilustrar a imbricada rede de interesses envolvidos na virada neoliberal nos EUA e a correspondente atuação da classe capitalista, este merece destaque. Trata-se de um memorando confidencial enviado por Lewis Powell para a Câmara de Comércio dos EUA em agosto de 1971, em que argumentou que as críticas e oposição ao sistema de livre iniciativa dos EUA tinham ido longe demais e que tinha passado “o momento dos homens de negócios usarem sua sabedoria, engenhosidade e recursos contra aqueles que queriam destruí-los”, de modo que a Câmara Nacional do Comércio deveria investir nas principais instituições – universidades, escolas, meios de comunicação, editoras, os tribunais – a fim de mudar a forma como as pessoas pensavam “a corporação, a lei, a cultura e o indivíduo”. Nesse esforço, a *Business Roundtable*, uma organização de CEOs “comprometida com a busca agressiva de poder político para as corporações”, foi fundada em 1972 e, posteriormente, tornou-se peça central na ação coletiva pró-business. As corporações envolvidas representavam “cerca de metade do PIB dos Estados Unidos” e passaram a gastar cerca de US\$ 900 milhões por ano em assuntos políticos. No mais, think-tanks foram formados com o apoio das empresas e estudos técnicos e empíricos foram produzidos, assim como discussões político-filosóficas em apoio às políticas neoliberais. Assim, de acordo com os conselhos de Powell, o *business* deveria 'assiduamente cultivar' relações com o estado e, quando necessário, usá-lo “de forma agressiva”, como relata Harvey.

Dito isso, Harvey considera que falta à maioria das análises convencionais acerca do grau de neoliberalização observado em diferentes contextos uma investigação das forças de classe em operação, devendo ser levadas em conta as expressivas intervenções das elites empresariais e dos interesses financeiros na produção de idéias e ideologias, através do investimento em think-tanks, na

formação de tecnocratas, e no controle monopolístico da mídia, o que indicaria a possibilidade de que as idéias neoliberais convirjam com agenda da classe dominante local, ou seja, de que existe uma ideologia neoliberal hegemônica. Logo, poder-se-ia dizer, conforme Harvey, que o neoliberalismo tem como característica um componente geral, dominante, qual seja o crescente poder, autonomia e coesão de empresas e corporações e de sua capacidade de pressionar o Estado a seu favor, e um particular, cambiante, a interação complexa de dinâmicas internas e forças externas, de maneira que, quando forças externas orquestram os ajustes neoliberalizantes sem um mínimo de apoio interno, a tentativa estaria condenada ao fracasso. Por outro lado, quando há apoio interno, as ‘instituições externas’ como o FMI só tem o trabalho de consolidar a agenda de determinada classe.

A despeito da disposição particular a cada local das forças internas e externas, das diferentes experiências político-históricas e, conseqüentemente, das várias apropriações das instituições do neoliberalismo, o fato é que, na década de 1990, teria se produzido uma nova ortodoxia, simbolizada e articulada pelo “Consenso de Washington”, para fazer frente à crise de acumulação que pairava sobre o mundo – uma combinação de desemprego e inflação acelerada. Qualquer que fossem as práticas, o denominador comum do discurso do neoliberalismo era a atribuição de caráter prioritário à competição entre territórios (estados, regiões ou cidades), de modo que, hoje, Estados ou mesmo cidades bem sucedidas teriam virado modelos a serem seguidos; a vanguarda da acumulação de capital estaria com aquele que oferece o melhor ‘clima de negócios’.

Aos poucos, ex-soviéticos, social-democracias, os Estados de bem-estar, a África do Sul pós-apartheid, a China, todos teriam adotado, voluntária ou involuntariamente, alguma versão ou elemento da teoria neoliberal. Embora tenha havido um grau de adaptação a diferentes contextos, conforme iam ocorrendo mudanças no jogo político, na eficácia dos instrumentos de influência, as variações se davam numa combinação entre a introdução de uma maior flexibilidade nos mercados de trabalho e a privatização, a desregulamentação das operações financeiras, e o monetarismo como política econômica. Nesse sentido pode-se, de fato, falar de uma globalização – uma globalização do neoliberalismo, ou de uma globalização neoliberal. Rapidamente, os neoliberais já ocupariam posições influentes nas universidades, na mídia, nos conselhos administrativos das

empresas e instituições financeiras, nos bancos centrais, assim como nas instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Desta forma, Harvey proclama, o neoliberalismo teria enfim se tornado hegemônico tanto no discurso quanto na prática das mais representativas entidades nacionais e internacionais³⁴.

O neoliberalismo como a solução necessária para todos os males – da inflação à fome e à pobreza – logo conquistou o senso comum, tamanha era a centralidade dada às idéias econômicas, especialmente pela grande imprensa, alinhada aos interesses comerciais e financeiros. À frente acadêmica cabia trabalhar na racionalização legitimadora, papel desempenhado com destreza pelos novos centros da teoria neoliberal, escolas de negócios surgidas em universidades de prestígio como Stanford e Harvard, financiadas por grandes corporações e fundações. De acordo com Harvey, em 1990, a febre neoliberal já havia tomado a maioria dos departamentos de economia das principais universidades de pesquisa, de onde saíam futuros membros das equipes econômicas de governos de outros países – como foi o caso da reestruturação econômica do Chile e do México –, bem como instituições tais quais o FMI, o Banco Mundial e as Nações Unidas.

Numa análise *a la* Tucídides da guerra do Peloponeso, diferenciando causas verdadeiras de declaradas, Harvey acredita que, se o neoliberalismo visasse, como é declarado, à reorganização do capitalismo e, conseqüentemente, à recuperação da capacidade de acumulação do capital global, isto é, do crescimento econômico, em nome do bem-estar geral, as últimas três décadas de taxas de crescimento pouco significativas e a crise econômica de 2007 que ainda se arrasta evidenciam seu fracasso. Entretanto, seu sucesso reside no que considera ser seu real objetivo, qual seja um projeto político para restaurar o poder das elites econômicas, de forma que o utopismo teórico que racionaliza as práticas neoliberais consistiria apenas num sistema de justificação e legitimação de interesses de classe, que Harvey abrevia como sendo o de desenredar o capital das amarras sócio-políticas do Estado de Bem-Estar. Proprietários de propriedades

³⁴ Contou com um arsenal de inovações tecnológico-informacionais que possibilitassem a acumulação, o armazenamento, a transferência, e a análise de bases de dados para orientar as decisões no mercado global. Por isso a Era da Globalização é também a Era da Informação (Harvey, 2005). Milton Santos já falava da “tirania do dinheiro e a tirania da informação” (Santos, 2001:37).

privadas, empresas, corporações multinacionais e o capital financeiro estariam agora muito bem representados pelos “Estados neoliberais”. Com a nova diretriz monetarista, a preocupação com o pleno emprego, tão marcante no período desenvolvimentista, teria sido abandonada em favor de uma política destinada a acabar com a inflação a qualquer custo social. O maior exemplo disto na história talvez tenha sido a brusca variação da taxa real de juros norte-americana, que passou de um patamar negativo para os 20%, desencadeando com isso recessão, desemprego, desindustrialização, quebra de sindicatos, concentração de riqueza, insolvência e crise da dívida em diversos países, redundando na era dos ajustes estruturais. Assim, os impactos predatórios da globalização neoliberal, que já engordam a história e os textos acadêmicos começaram a ser sentidos e questionados³⁵.

Harvey, levanta, então, contradições que escancaram a tensão latente entre a teoria e a prática neoliberal. A maior delas estaria na falsa oposição entre Estado e Mercado como duas formas concorrentes de se organizar a sociedade – da qual decorre a premissa do Estado mínimo –, levando em consideração a intrincada relação entre os interesses econômicos e políticos que vem se argumentando ao longo do texto. Uma outra grande contradição facilmente comprovável é a representação neoliberal do mercado pela concorrência, que tornou-se um antro de monopólios e cartéis³⁶.

Seguindo nas contradições, a ideia de liberdade, argumenta Harvey, teria movido, por exemplo, a guerra contra o Iraque (que ganhou o nome de operação “Iraqi Freedom”), quando parecia não haver razão para se envolver numa guerra, conforme denunciava a resistência social interna e da comunidade internacional. Uma liberdade, no entanto, que carregava consigo condições tão específicas quanto a necessidade de “privatização total das empresas públicas, plenos direitos de propriedade sobre empresas iraquianas por parte das empresas estrangeiras, total remessa de lucros, a abertura dos bancos do Iraque ao controle estrangeiro, tratamento nacional para empresas estrangeiras e a eliminação de quase todas as

³⁵ Para um ‘balanço da globalização’, ver Stiglitz (2002).

³⁶ De acordo com Friedman, o grande tema da bíblia do neoliberalismo, *Capitalism and Freedom*, era “the role of competitive capitalism, the organization of the bulk of economic activity through private enterprise operating in a free market as a system of economic freedom and a necessary condition for political freedom” (Friedman, 1982:12).

barreiras comerciais”³⁷. Ordens que se fizeram valer para áreas tão diversas quanto o serviço público, os meios de comunicação, a produção de manufaturas, serviços, transportes, finanças, salvando-se apenas o petróleo, em função do conteúdo geopolítico envolvido, como especula Harvey. No entanto, em meio a tantas liberalizações, estava a exigência de que se regulasse o mercado de trabalho, através da proibição de greves em setores-chave e da sindicalização. Tudo em nome da criação de riqueza e do bem-estar da vulnerável população iraquiana.

Trinta anos antes do caso do Iraque, outro exemplo emblemático de contradição entre teoria e prática neoliberal trazido por Harvey, de imposição da liberdade pela força, no golpe de Estado contra o governo chileno de Allende, democraticamente eleito, apoiado pelos EUA. A equipe econômica recrutada para comandar a reconstrução da economia chilena, os “chicago boys”, como sugere o nome, eram crias da Escola de Chicago, treinados pelo economista neoliberal Milton Friedman, um dos pupilos de Hayek. Chile e Iraque, Harvey conclui, seriam casos de abertura de mercado com a finalidade de facilitar as condições de acumulação do capital, como previsto pela teoria.

Vale trazer o resgate que Harvey faz de Polanyi que formulou contra-argumentos aos princípios que dali a pouco seriam deliberadamente advogados pelos seguidores de Hayek, chamando atenção para o significado contraditório da liberdade em uma sociedade complexa. Haveria, observara ele, dois tipos de liberdade, um bom e um mau. Entre estes últimos, estariam “a liberdade de explorar o outro, a liberdade de obter ganhos desordenados sem o retorno em serviços à comunidade, a liberdade de impedir que invenções tecnológicas sejam usadas para benefício público, ou a liberdade de lucrar com calamidades públicas secretamente induzidas e arquitetadas”. Entretanto, Polanyi teria notado que “a mesma economia de mercado em que essas liberdades prosperam também produzia liberdades que prezamos muito, como a liberdade de consciência, de expressão, de associação”. Polanyi, com incrível atualidade, notava que “nenhuma sociedade construída sobre outras bases [que não a livre iniciativa e a propriedade privada] mereceria ser chamada de livre”. E, para garantir, então, *esta* forma de liberdade, Polanyi conclui que a única maneira desta visão utópica liberal ser

³⁷ Deliberadas a 19 de Setembro de 2003 por Paul Bremer, à frente da autoridade provisória pós-invasão.

sustentada é pela força, violência, e autoritarismo, um diagnóstico que parece um tanto adequado à condição contemporânea, ao se levar em conta, por exemplo, a afirmação em que Bush determina que “na posição de maior poder da terra, [os EUA] teriam a obrigação de ajudar a propagar a liberdade” como se fez no Iraque.

Se as reestruturações do aparelho de Estado do Iraque e do Chile, conduzidas pelos Estados Unidos, sugerem que o poder hegemônico norte-americano possa estar por trás da rápida proliferação global do neoliberalismo, Harvey lembra que o caminho neoliberal foi adotado voluntariamente em outras dezenas de contextos políticos, como foi o caso da Inglaterra e da China, levando-o a crer que se está lidando com um processo de múltiplas determinações. Se o berço anglo-saxão do neoliberalismo claramente exerceu influência na sua propagação global³⁸, há que se considerar sempre o papel das forças internas e das elites, como vimos acima. Ou seja, o desenvolvimento geográfico desigual das instituições e práticas neoliberais sugeriria que o Estado neoliberal seria uma forma política instável e contraditória que, por este motivo, se depara com problemas políticos crescentes que, no fim das contas, resumem-se à questão da governança.

Levando-se em consideração a contradição latente entre um individualismo sedutor e alienante, o anseio por uma vida coletiva significativa, e a suposta liberdade de escolha numa ordem mundial regida pelo marco democrático, não seriam bem-vindos, num regime neoliberal, instituições coletivas fortes (como os sindicatos), em oposição às associações voluntárias fracas (como organizações de caridade), partidos políticos que advoguem por um Estado desenvolvimentista ou pelo desempoderamento do mercado, ou Estados que optam por não aderir à agenda neoliberal. Entretanto, haveria sempre os riscos associados à possibilidade de desvios de conduta tanto no âmbito individual como no internacional, de modo que seria preciso colocar limites à governança democrática, assim como fortalecer os canais de governança internacional. Uma maneira de fazê-lo seria deixar as grandes decisões nas mãos de instituições não democráticas e irresponsabilizáveis como a o Banco Central, o FMI, ou a FIFA – já antecipando uma das problemáticas do terceiro capítulo. Também a

³⁸ Especialmente dada a nova conjuntura geopolítica, uma vez que já não havia o comunismo a condenar e a desafiar os EUA e o modelo capitalista, livrando-os da preocupação com os efeitos negativos das reestruturações neoliberais como o desemprego em massa e a instabilidade sócio-política (Harvey, 2005).

concorrência internacional e a globalização serviriam de instrumento para padronizar o comportamento dos atores e controlar eventuais contestações.

O grande paradoxo residiria, portanto, na ativa atuação estatal no sentido de garantir e observar os arranjos institucionais favoráveis ao capital e às finanças, ao mesmo tempo que os governos devem sistematicamente sujeitar suas políticas públicas a critérios de credibilidade, consistência e confiança, o que Gill (2000) chamou dos três C's do neoliberalismo disciplinador. Assim, sob o imperativo de encontrar novas formas de equilibrar as tomadas de decisão do Estado, a dinâmica de acumulação de capital e os interesses da classe em processo de restauração, precisaram ocorrer, no entendimento de Harvey, mudanças significativas na natureza da governança. As parcerias público-privadas se adequariam muito bem neste novo cenário em que a influência de empresas e corporações se faz presente na elaboração de legislações, na determinação de políticas públicas, na definição de marcos regulatórios. Portanto, Harvey destaca como sendo ao mesmo tempo uma das grandes marcas e a maior ironia do neoliberalismo a mudança de governo (poder do Estado) para governança (uma configuração mais ampla do Estado e elementos-chave da sociedade civil), o que parece precisamente caracterizar a situação que mais temiam os pais fundadores do neoliberalismo, aquela em que grupos de interesse particular pudessem se apropriar do aparelho do Estado.

E se no momento da virada neoliberal, há três décadas, foi preciso, pelo menos nos dois grandes berços anglo-saxões do neoliberalismo, fazer a revolução como mandava a teoria, pelas vias democráticas, Harvey chama atenção para o processo em curso de realização da profecia outrora feita por Polanyi. Ao que tudo indica, a face coercitiva do neoliberalismo estaria começando a se manifestar, que teria vindo colocar ordem no caos em que as sociedades capitalistas democráticas se encontrariam. Afinal, a anarquia do mercado, da concorrência e do individualismo desenfreado inevitavelmente produziriam uma situação ingovernável. Harvey nota como práticas deliberadamente contraditórias ao ideal da liberdade antes vigentes apenas nos países periféricos ou em Estados abertamente autoritários como a China estariam hoje cada vez mais presentes, fazendo do “estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) (...) uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (Agamben *apud* Vainer, 2011:7).

Feito um balanço da teoria e das práticas do neoliberalismo, à guisa de conclusão, Harvey elenca os componentes fundamentais na restauração do poder de classe: i) a virada deliberada para a financeirização; ii) o aumento da mobilidade geográfica do capital; iii) a redução das barreiras à circulação de capitais e mercadorias; iv) o poder do complexo Wall Street-FMI-Tesouro. Como resultado destes quatro pontos, o intenso fluxo de capitais teria colocado pressão sobre os Estados para que focassem na qualidade do seu ambiente de negócios, na receptividade do capital como condição fundamental para o seu sucesso competitivo na arena global, pressão essa referendada e exercida por instituições como o FMI e o Banco Mundial³⁹.

Não obstante todas as discontinuidades do percurso neoliberal, são universais as tendências para concentrar riqueza e poder, para aumentar a desigualdade social, para expor os menos beneficiados às consequências perversas da austeridade e à crescente marginalização, sobretudo a tendência para tratar tais desventuras como um mero revés do neoliberalismo. Esse seria, para Harvey, o grande mérito da teoria neoliberal, o de criar uma máscara benevolente e sedutora, apoiada em valores tão incontestáveis quanto liberdade, a escolha e os direitos, para esconder uma realidade desoladora.

³⁹ Como fica claro, por exemplo, no World Development Report, produzido pelo Banco Mundial em 2005: “the report argues that the investment climate plays a central role in growth and poverty reduction. [It] shows why improving the investment climates of their societies should be a top priority for governments, and looks at how the necessary improvements can be made” (WDR, 2005:1)

3. A neoliberalização e a produção do espaço

Uma vez trabalhada a fundo a parte abstrata, generalizante e ‘extralocal’ do neoliberalismo no capítulo anterior, vamos agora nos aproximar, gradativamente ao longo dos dois próximos capítulos, da aplicação da teoria neoliberal no espaço, de sua materialização no território urbano, vamos, enfim, conceber o neoliberalismo em termos espaciais e geográficos, entendendo como formas “locais” do neoliberalismo se articulam à sua face ideológica universal (Peck; Tickell, 2002). Há, no entanto, certa dificuldade presente na pesquisa empírica sobre a neoliberalização das cidades, em função do que se denominou “neoliberalismo realmente existente”, que remete à profunda divergência entre a ideologia ortodoxa neoliberal – como ficou claro na exposição de Harvey do primeiro capítulo – e as complexas, contestadas e desiguais espacializações das práticas neoliberalizantes (Peck; Tickell, 2002). O espaço não deve ser pensado como uma plataforma na qual incidem as políticas neoliberais, mas como, a um só tempo, fundação, arena e mecanismo de articulação das mesmas (Brenner; Theodore, 2005).

Com esta ressalva em mente, sigamos adiante, acercando-nos do papel da urbanização no capitalismo contemporâneo. Se, por um lado, a urbanização tem desempenhado um papel fundamental na absorção de excedentes de capital produzidos maciçamente pelo capitalismo financeiro, por outro, o processo urbano passou por transformação de escala e tornou-se global, uma transformação que tem dependido da construção de novas instituições e mecanismos financeiros para organizar o crédito necessário para sustentá-la (Harvey, 2012:12). Ao recapitularmos o perfil das crises capitalistas que têm ocorrido nas últimas décadas⁴⁰ – leste e sudeste da Ásia em 1997-98, Rússia em 1998, Argentina em 2001, a crise dos *subprime* de 2008 –, logo se nota que todas tiveram uma forte participação dos mercados imobiliários, profundamente enraizados na dinâmica da nova economia capitalista financeirizada isto é, a urbanização também não

⁴⁰ Na verdade, em sua reconstrução, o autor começa com a crise de sobreacumulação de 1848, com a chegada de Luis Bonaparte ao poder na Paris do Segundo Império, e com a solução via urbanização encontrada pelos modernos projetos de Haussmann (Harvey, 2012:7).

escapou à financeirização, o que resultou no surgimento de um urbanismo tão especulativo quanto a nova economia.

A propósito, Harvey acredita ter sido a guinada para a nova urbanização – a qual veremos mais à frente, denominada empresariamento urbano – o facilitador de duas outras guinadas correlatas, quais sejam, a transição para tendências pós-modernas, que teriam levado a cidade do planejamento modernista ao que Harvey chamou de fragmentos urbanos, e para a acumulação flexível pós-fordista (Harvey, 1996, p.58-59). Especificamente, a gestão das crises fiscais das cidades de Nova York e Londres teria aberto caminho, na década de 1980, para as práticas neoliberais, tanto nos Estados Unidos e na Inglaterra, com Reagan e Thatcher, quanto internacionalmente, via políticas do FMI, a partir das quais teria ficado estabelecido tacitamente que a integridade das instituições financeiras e os lucros dos acionistas seriam privilegiados em detrimento do bem-estar dos cidadãos (Harvey, 2005).

Vamos, então, às trincheiras das lutas urbanas na década de 1970, recorrendo para isso, uma vez mais, à “Breve História do Neoliberalismo”. No caso de Nova York, a base econômica da cidade vinha sendo enfraquecida em decorrência da reestruturação global da planta produtiva capitalista, provocando a desindustrialização e a suburbanização nas grandes cidades industriais. O centro estava empobrecido, a provisão de serviços sociais, precária, e o desemprego crescia; o cenário era bastante fértil para estimular a agitação social da camada da população mais afetada pelo processo, definindo o que veio a ser conhecido como “a crise urbana”. Na falta da ajuda federal em função de dificuldades fiscais vividas pelo país, as instituições financeiras foram acionadas. Porém, em 1975, um poderoso grupo de bancos embarreirou o rolamento da dívida e deixou a cidade na condição de falência técnica, forçando um acordo para reestruturar a gestão orçamentária da cidade que, na leitura de Harvey, correspondeu a um golpe contra o governo de Nova York, tão eficaz como o golpe militar do Chile. As condições do resgate deveriam ser “tão punitivas, a experiência geral tão dolorosa, que nenhuma cidade jamais tentaria o mesmo caminho de novo”. A infra-estrutura física da cidade (o sistema de metrô, por exemplo) deteriorou-se significativamente por falta de investimento e manutenção, contribuindo para que a vida em Nova York se tornasse hostil e a atmosfera cívica, “selvagem” (Harvey, 2005).

Com exceção, naturalmente, dos bancos de investimento, que tiraram proveito da oportunidade para reestruturar a cidade de acordo com os seus interesses e às custas da qualidade de vida dos nova-iorquinos, leia-se, um projeto de construção de um “clima de negócios favorável”, a serviço do qual o Estado deveria trabalhar, colocando recursos públicos, adaptando a infra-estrutura (particularmente no que tange as telecomunicações), distribuindo subsídios e incentivos fiscais para as empresas capitalistas, tudo em nome do *bem-estar corporativo*. Paralelamente, houve uma mobilização em torno do aprimoramento da imagem da cidade como um centro para todos os tipos de correntes cosmopolitas, um epicentro da exploração da cultura urbana burguesa, da experimentação cultural e intelectual pós-moderna e um destino turístico (inventando o famoso logotipo “I Love New York”). A nova Nova York girava em torno das atividades financeiras e de serviços complementares como os jurídicos e os de comunicação, assim como do consumismo, fazendo protagonistas da gentrificação e da “restauração” de áreas urbanas. O governo da cidade era cada vez menos uma entidade democrática de gestão social e cada vez mais uma entidade empreendedora, uma governança operando via parcerias público-privadas, cujas decisões eram tomadas a portas fechadas, orientada para a competição inter-urbana por investimentos (Harvey, 2005).

Na Grã-Bretanha, da mesma forma, a cidade teria sido um elemento determinante na construção do consenso neoliberal na sua trajetória ascendente até o Estado, na medida em que o poder das finanças que pulsava em Londres vinha fazendo resistência às políticas welfaristas do *embedded liberalism*, fortemente enraizado na Inglaterra. Novamente a neoliberalização apresentou-se como a resposta à crise econômica que maltratava o país, em meados da década de 70. Entre aderir às condições neoliberalizantes atreladas aos empréstimos do FMI – restrições orçamentárias e austeridade fiscal – ou declarar falência e sacrificar a integridade da moeda, teriam ganhado os interesses financeiros da City de Londres, num processo que se completaria com a chegada de Thatcher ao governo, levando a cabo o desmantelamento do Estado de bem-estar⁴¹. Assim, pode-se

⁴¹ “Na verdade, não se tratava de abandonar toda intervenção pública e sim de fazer com que ela dependesse das exigências dos atores privados. O governo britânico promoveu, então, uma orientação do planejamento urbano como meio de acompanhamento do desenvolvimento urbano ‘espontâneo’, encarregada de criar condições que permitissem a intervenção dos atores privados

dizer este momento histórico foi determinante para se alicerçarem as bases para a consolidação do que viriam a ser exemplos bem-sucedidos de clássicos modelos de cidades globais.

Retomando a análise da relação entre capitalismo e urbanização, Soja (2008) considera que, por causa do grau de expansão geográfica do capital, a produção capitalista, de caráter essencialmente urbano, alcançou uma escala sem precedente, reestruturação que teria contribuído para produzir uma extraordinária expansão da escala e do escopo da metrópole moderna, motivo pelo qual começou-se a desenvolver um conjunto de literatura especificamente sobre os efeitos da globalização no espaço urbano, sobre os padrões desiguais de desenvolvimento urbano e a especificidade espacial do urbanismo contemporâneo. Os imperativos globais neoliberalizantes estariam exercendo cada vez mais influência sobre a formação e as práticas da comunidade urbana, sobre o planejamento de políticas urbanas, sobre os processos de desenvolvimento urbano e regional, sobre a constituição do imaginário urbano e a forma de pensar e construir a imagem da cidade, esvaziando o que Soja (2008) chamou de autonomia conceitual do urbano. dando lugar ao *pensamento único das cidades*⁴², isto é, “algo como uma matriz conceitual comum na origem das novas estratégias urbanas” (Arantes, 2000:67).

Assim, a teoria neoliberal foi elaborada em uma abstração dirigida ao Estado-nação, aos governos nacionais e, por que não, à sociedade capitalista como um todo, aparentando ser apenas um movimento intelectual utópico promovendo teoricamente as benesses do livre mercado e do individualismo para, mais adiante, ganhar suas primeiras aplicações no âmbito da municipalidade, como confirmam os casos de Nova York e Londres, em meio aos conturbados anos 70 e 80 e a uma série de mudanças político-institucionais.

Alguns fatores teriam contribuído para estas mudança (cf. Lima Jr., 2003:65-67): um ambiente de concorrência intensificada tanto interna (inter-municipal por repasses federais) quanto externa (com a entrada de novos atores econômicos no mercado) teria favorecido a representação da cidade como um

onde eles ainda o desejassem e de atuar onde a lógica privada não pudesse resolver sozinha um problema de organização de infra-estrutura” (Ascher *apud* Vainer, 2011:5)

⁴² Em referência ao *Pensée Unique* cunhado por Ignacio Ramonet, diretor do Le Monde Diplomatique, para designar a “supremacia do neoliberalismo enquanto ideologia dominante na última década do século XX”, no sentido do “fechamento do universo do discurso” de usado anteriormente por Marcuse (Fonte: Wikipédia).

sujeito autônomo com autoridade sobre seu espaço – a cidade-(Estado)-empresa – que, por sua vez, beneficiou-se da identificação do setor privado com o público já legitimada pela sociedade industrial dos anos 50 sob o paradigma da estratégia⁴³; em suma, pode-se dizer que “a abordagem estratégica resolvia o problema teórico de uma administração que, esposando o ideário liberal, encontrava-se à frente do governo americano” (Lima Jr., 2003:70). Os efeitos da chegada de Reagan e da direita conservadora ao poder sobre a aplicação do conceito de estratégia à administração pública foram prontamente sentidos já no *National Urban Policy Report* de 1982, comparável a um manual de planejamento estratégico de empresas (2003:71).

Uma vez testado no âmbito da cidade, o neoliberalismo transformou-se numa política agressiva de dois Estados fortes, sob os governos de Reagan e Thatcher, para em seguida passar por um profundo aperfeiçoamento político-institucional e ganhar um invólucro oficial-tecnocrático a partir do marco do Consenso de Washington. Hoje pode ser considerado uma forma dominante de racionalização ideológica, “uma espécie de enquadramento ou um ‘software ideológico’ para a globalização competitiva” usados de referência na elaboração e aplicação de programas de reestruturação de políticas governamentais em múltiplas escalas (Peck; Tickell, 2002:380 – tradução livre), conforme esclarece o trecho:

Para identificar a natureza e origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos, o primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neoliberal teve profunda influência sobre as políticas urbanas. Enquanto o Consenso de Washington e o ajuste estrutural, tanto nos países centrais como periféricos, reconfiguravam as economias nacionais, um reajuste e um novo consenso urbanos se impunham. No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (market friendly) e orientado pelo e para o mercado (market oriented) (Vainer, 2011:3)⁴⁴

⁴³ A Estratégia, na verdade, fazia a migração do seu campo original, o bélico, para o empresarial, no período da Guerra Fria, quando a grande empresa estava “no centro de projeto dominante de sociedade” (Lima Jr, 2003:51), responsável pelo progresso da nação, pelo bem-estar geral, pela produção de riqueza, cujo gerenciamento racional representava uma garantia à democracia e a superioridade do sistema capitalista. Uma curiosidade que expõe a estreita relação entre os meios empresarial e militar nos Estados Unidos: Robert McNamara, antes de assumir o posto de secretário de Defesa dos Estados Unidos, quando arquitetou a guerra do Vietnã, foi presidente da Ford que, por sua vez, já contava com a atuação de estrategistas que haviam atuado na Segunda Guerra (Lima Jr, 2003).

⁴⁴ Ou seja, se a crise de NY e Londres nos anos 70 abriu as portas para a aplicação da teoria neoliberal no governo municipal, a partir de sua fusão com os manuais de estratégia das escolas de

Em *Neoliberalism and the Urban Condition* (2005), Brenner e Theodore explicam que o termo *neoliberalismo* foi apropriado por estudiosos e ativistas para descrever a reestruturação organizacional, política e ideológica do capitalismo, imposta através da tentativa de institucionalização do “livre mercado” em contextos histórico-geográficos variados, sendo usado, portanto, com referência às tendências reguladoras nacionais, das quais Reaganismo nos EUA e o thatcherismo no Reino Unido são símbolos, e a realinhamentos institucionais como programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI. Portanto, só nos anos 1990 urbanistas e teóricos sócio-espaciais teriam começado a produzir trabalhos sobre a geografia específica do neoliberalismo. As transformações urbanas contemporâneas passaram a ser interpretadas, então, como expressões e resultados dos processos de neoliberalização em cima do arcabouço teórico que vinha sendo desenvolvido sobre a doutrina neoliberal, que pode ser condensada nas seguintes proposições, seguindo Brenner e Theodore (2005:102-103):

1. O neoliberalismo é um processo. O neoliberalismo não é um estado final fixo ou condição, mas sim representa um processo de transformação social e espacial (social porque espacial, espacial porque social) orientada para o mercado (“neoliberalização”);
2. O neoliberalismo é articulado por meio de estratégias contextualmente específicas. O neoliberalismo não existe numa forma única e “pura”, mas é sempre articulado por meio de estratégias geográficas e históricas específicas de transformação institucional e rearticulação ideológica ;
3. O neoliberalismo conta com ativa mobilização do poder estatal. O neoliberalismo não implica a “retirada” do estado e a entrada do mercado; em vez disso, ele gera uma reconstituição complexa da relação entre economia e estado, em que as instituições do Estado estão ativamente mobilizadas para promover disposições regulamentares baseados no mercado ;
4. A imposição do neoliberalismo não estabeleceu um quadro estável para o desenvolvimento econômico, regulação política ou a coesão social. Em vez disso, os projetos de neoliberalização são profundamente contraditórios na medida

business norte-americanas, depois do seu aperfeiçoamento, institucionalização e hegemonização simbolicamente representados pelo Consenso de Washington, retorna para o âmbito da cidade através do planejamento urbano estratégico.

em que tendem a minar muitas das condições econômicas, institucionais e geográficas da revitalização econômica e social. Assim, em vez de resolver as tendências de crise político-econômica do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo as exacerba gerando vários tipos de falhas de mercado, a falência do Estado e falhas de governança;

5. O projeto neoliberal continua a evoluir. Os fracassos do neoliberalismo não provocaram o seu abandono ou dissolução. Ao contrário, este projeto continua a reinventar-se política, organizacional e espacialmente.

Dito isso, o neoliberalismo seria modalidade de governança urbana, estratégia política espacialmente seletiva, e forma de discurso, ideologia e representação operando como uma estrutura dentro da qual são determinados os parâmetros para o desenvolvimento urbano contemporâneo, estabelecendo, por exemplo, o que é política urbana e participação democrática “apropriadas” (Brenner; Theodore, 2005). Sua legitimação como modalidade de governança urbana é produzida justamente por ser uma poderosa e dominante ideologia política; por trás da máscara sustentada pelos discursos da competitividade inter-local⁴⁵, eficiência econômica ou institucional, empreendedorismo urbano, ou desordem urbana, estariam representações que reforçam a “utopia” neoliberal de que as relações sociais são (e deveriam ser) regidas pelos princípios mercadológicos, em última instância, um meio de transformar os imaginários políticos a partir dos quais se entende os limites e possibilidades da experiência urbana, e com isso percepções compartilhadas acerca do papel de instituições do Estado, assim como de concepções de cidadania, comunidade e vida cotidiana (2005, p.106).

Este processo de hegemonização do neoliberalismo teria fomentado, acelerado e normatizado tendências que promoveriam a construção de uma cidade dominada pela lógica do mercado de maneiras elencáveis; a saber (cf. Peck e Tickell, 2002:394-395):

1) O neoliberalismo traz para o desenvolvimento urbano uma abordagem economicista que estigmatiza arranjos sociais-assistencialistas e

⁴⁵ “Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como o crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana” (Vainer, 2000a:76).

interesses redistributivos como anti-competitivos e antagônicos aos objetivos primordiais do crescimento econômico.

2) O neoliberalismo naturaliza a lógica de mercado de tal forma que a legitimidade dos seus critérios de avaliação de política urbana se justifica pelo argumento da eficiência, dado o ambiente de competitividade.

3) Como o neoliberalismo é a ideologia das principais agências de financiamento e dos “mercados”, privilegia a desregulação e a privatização dos serviços sociais e, através de uma combinação de regimes competitivos de alocação de recursos, políticas de crédito distorcidas e pressão política escancarada, exclui a possibilidade de políticas urbanas que enfatizassem, por exemplo, redistribuição social, direitos econômicos, e investimento público.

4) O neoliberalismo encoraja uma postura agressiva por parte das elites locais e estados por conta da competição sempre latente; as cidades devem incessantemente buscar investimentos e oportunidades, monitorar “concorrentes” e fazer uso das práticas utilizadas por aqueles que apresentaram os melhores resultados.

5) Apesar do discurso da inovação, o neoliberalismo apresenta, em geral por pressão competitiva e institucional, um repertório de políticas urbanas bastante restrito, privilegiando sempre os mesmos subsídios ao capital, a promoção local, a intervenção do lado da oferta, reformas nas áreas centrais da cidade, daí uma tendência à homogeneização dos espaços urbanos.

6) Regimes neoliberais são implacáveis nos casos de incompetência ou descumprimento da cartilha de políticas sugeridas, punindo as cidades ‘negligentes’ através, por exemplo, da suspensão de fontes de financiamento, de modo que o grosso das verbas irá preferencialmente para as cidades que apresentarem potencial econômico e governança competente em detrimento das urgências sociais.

7) Enquanto antro da hipertrofia da política pós-welfarista, a cidade seria consequentemente *locus* de contradição econômica, fracasso da governança, agitação social, e resistência organizada contra o neoliberalismo, o que redundaria na construção de instituições de caráter punitivo, no aumento da vigilância social e do autoritarismo.

Portanto, reforçando o trabalho de desconstrução levado a cabo no primeiro capítulo relativo ao mito das forças naturais do mercado e da

globalização, também no âmbito das cidades as forças competitivas não foram espontaneamente “liberadas” dada a “retirada” do Estado, tendo havido claramente um movimento generalizado no sentido da *construção política dos mercados* a partir da deliberada extensão da lógica competitiva de gestão privada para esferas até então relativamente socializadas (Peck; Tickell, 2002). Assim, os regimes “empresariais” de governança urbana são não apenas manifestações locais do neoliberalismo, uma vez que sua ascensão em diversos contextos sugeriria uma conexão maior, sistêmica, com a neoliberalização enquanto um processo macro; em outras palavras, a reelaboração das regras de concorrência e de alocação de recursos a nível local e a neoliberalização das relações espacial e escalar refletiriam um realinhamento macropolítico de longo alcance que viria ocorrendo desde 1970 (2002:395-396).

Com efeito, a reestruturação na teoria e política urbanas em questão poderia ser pensada como uma resposta à crise que o antigo modelo capitalista viveu na década de 1970, uma estratégia de reprodução do capital que se deu em diversas escalas (Araújo, 2011). Se, de uma maneira geral, a reestruturação da economia envolve a reorganização espacial da sociedade, a ordem urbana estaria sujeita a grandes mudanças levando em consideração o período de globalização da economia capitalista, em que as economias urbanas e os empregos tradicionais são deslocados para o subúrbio e perdem lugar para novas formas de produção, fazendo com que grandes cidades como Londres e Nova York, até então grandes centros de produção capitalista, perdessem sua razão de ser e fossem obrigadas a se adaptar à nova realidade (Short, 1996).

Em 1985, políticos, acadêmicos e homens de negócios reuniram-se em um colóquio para discutir soluções para a referida crise fiscal e econômica que acometia as grandes cidades dos países capitalistas centrais, e a conclusão a que chegaram foi unânime: faltava aos governos urbanos um caráter empreendedor (Harvey, 1996). Este é um marco que Harvey considera sintomático da reorganização que atingiria a gestão urbana dali em diante, na direção de um comportamento cada vez mais empresarial, designado por *empresariamento urbano*, pautado pela “produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado” (Vainer, 2000a:85), e por medidas de austeridade fiscal, privatização e desregulação financeira, com um apelo cada vez maior à racionalidade do mercado. A ‘nova cidade’ teria ressuscitado, então, a partir de

um quadro de crise decorrente do colapso da decadente estrutura produtiva e comercial precedente, quando se apresentou como solução “um complexo espectro de coalizões sócio-políticas visando à organização do espaço da cidade com o objetivo de [...] inseri-la no atual circuito de reprodução e valorização capitalista” (Sánchez; Bienenstein, 2003:77). Nesse contexto, os governos locais passaram a negociar os investimentos diretamente com os investidores, e a focar na atratividade do seu espaço, tornando a ação local empreendedora uma saída para a depressão, uma vez que os Estados nacionais mostravam-se cada vez menos capazes de controlar os fluxos de capital que passavam por suas fronteiras (Harvey, 1996:50).

Feitas estas considerações, Harvey (1996) acredita que o ‘novo empresariamento urbano’⁴⁶ possa ser representado por alguns traços predominantes, como o aparecimento das parcerias público-privadas cujos empreendimentos têm uma natureza empresarial-especulativa, que usam os poderes públicos para atrair financiamentos e investimentos, depositando os riscos do negócio nos ombros do setor público, ficando a iniciativa privada apenas com as isenções, os incentivos e os benefícios d’*a posteriori*. As atuações dessas parcerias, como empreendimentos infraestruturais e imobiliários, seriam caracterizadas, então, pela predominância dos interesses econômicos pontuais e especulativos em detrimento de priorizar a melhoria das condições urbanas em geral e da qualidade de vida local:

Como assegurar que a cidade-empresa, planejada e gerida estrategicamente como uma empresa, alcance a eficácia, isto é, a produtividade e a competitividade que se esperam de uma empresa? A melhor solução, aqui como em outras situações similares, é recorrer a quem entende do *métier*: se de empresa se trata,

⁴⁶ Numa retrospectiva histórica, Lefebvre (1999:22) comenta que “o processo de integração do mercado e da mercadoria (as pessoas e as coisas) à cidade dura séculos e séculos. A troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam riqueza, movimento. A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro) (...) Em verdade, é apenas no Ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade (...) Deve-se notar que a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca (...). O fetichismo da mercadoria aparece com o reino da mercadoria, com sua lógica e sua ideologia, com sua língua e seu mundo (...) e a troca comercial torna-se função urbana; essa função fez surgir uma forma (ou formas: arquiteturais e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova estrutura do espaço urbano”. E então, o empresariamento e a competição urbanos, estabelecem-se como ferramentas na gestão de cidades, como práticas alinhadas aos requisitos da acumulação de capital, pondera Harvey, numa alusão às cidades-estados italianas (Harvey, 1996:62).

convoquem-se os empresários; se o assunto é business, melhor deixá-lo nas mãos de *businessmen*. (...) A parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão (Vainer, 2000a:87)

Numa atmosfera competitiva ou percebida como tal, resta às cidades, tomadas por atores, agirem de acordo e tratar de aprimorar suas vantagens competitivas. Algumas formas de se alcançar este objetivo têm sido observadas, como o investimento em infraestrutura física e social, obras de fachada e melhoramentos para atrair o turismo; estimular o uso de novas tecnologias, economias de aglomeração, e projetos via facilitação de financiamento; fornecimento de incentivo fiscal e subsídio e capacitação e atração de mão-de-obra; promover renovações urbanas de modo a extrair o potencial de consumo de determinadas áreas através da instalação de elementos culturais e de entretenimento, como shoppings, portos, estádios, parques, espetáculos, exposições, etc, tudo para que a cidade pareça um lugar dinâmico, excitante, pulsante, agradável e seguro (Harvey, 1996). No mais, as cidades em posições de destaque apresentariam uma infraestrutura específica capaz de gerar eficiência e centralidade para que os grandes tomadores de decisão possam exercer suas respectivas funções de comando, seja no âmbito das altas operações financeiras ou da mídia, o que significa dizer investimentos maciços em conectividade – transporte e comunicação –, de modo a minimizar custos de transação, assim como em imóveis corporativos. E, finalmente, o empresariamento urbano é marcado ainda por estratégias de controle dos mecanismos de redistribuição dos excedentes dos governos pelas classes urbanas dominantes ou, em outras palavras, através dos novos sistemas de governança que integram Estado e interesses corporativos por meio do poder do dinheiro, garante-se que o gasto público favoreça o capital corporativo e as classes que o representam na formação do processo urbano (Harvey, 1996).

É claro que o destino de cada cidade dependerá da interação destas diferentes estratégias, das forças políticas em jogo, entre outros fatores, mas, sem dúvidas, a competição interurbana incentiva a reprodução de um certo padrão de intervenção urbana (Harvey, 1996). Ou seja, a origem do empresariamento urbano como ação corporativa coletiva pode não residir somente na ganância, auto interesse ou hegemonia de determinadas figuras ou alianças de classe, mas, o que

Peck e Tickell (2002) chamam de *regime of accelerated interurban competition* deve ser pensado como parte de um ‘quadro geral do desenvolvimento geográfico desigual capitalista’, especificamente como um produto da lógica neoliberal, que promoveu a transposição das noções empresariais de estratégia e concorrência para as cidades (Harvey, 1996). Portanto,

Não há como desconhecer a centralidade da idéia de competição entre cidades no projeto teórico e político do planejamento estratégico urbano. É a constatação da competição entre cidades que autoriza a transposição do modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano, como é ela que autoriza a venda das cidades, o emprego do marketing urbano, a unificação autoritária e despolitizada dos cidadãos e, enfim, a instauração do patriotismo cívico (Vainer, 2000a:99)

Assim, num contexto de acirrada competição, mobilidade geográfica do capital, queda das barreiras aos fluxos de pessoas, informação, bens, dinheiro, e de redução dos custos de transporte, a qualidade e a atratividade do espaço tornaram-se determinantes. Por conseguinte, “a [nova] tarefa da administração urbana consiste, em resumo, em atrair para o seu espaço uma produção altamente móvel e flexível de fluxos financeiros”, investimentos de natureza necessariamente especulativa dada a “impossibilidade de [se] prever exatamente que pacote de medidas do novo urbanismo terá êxito em um mundo de considerável instabilidade e volatilidade econômica” (Harvey, 1996:57).

Ou seja, enormes montantes são despendidos e apostados num determinado projeto, um centro de espetáculos ou de consumo, construções imobiliárias de monta, sem se ter certeza se aquela ideia vendida vai vingar, florescer e dar o retorno financeiro esperado. A orientação de políticas urbanas voltada para o “bom clima de negócios” deixa as cidades significativamente mais vulneráveis às rápidas transformações, jogadas à sorte – aliás, como ocorre com as economias nacionais desde o princípio do movimento de financeirização, a tão falada vulnerabilidade externa. Esta nova realidade encontra seu paroxismo nas cada vez menos ficcionais cidades-fantasma⁴⁷.

Tratemos agora de localizar esta nova cena urbana neoliberal, identificando a matriz ideológica e a estrutura teórico-conceitual que a legitimam e possibilitam.

⁴⁷ Ver mais em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-fantasma-vira-simbolo-do-exagero-do-modelo-chines-imp-,826073>

3.1

A cidade global

Não obstante a rede formada em torno do comércio internacional, as cidades, na história anterior do capitalismo eram, antes de tudo, criaturas das economias nacionais, identificadas como *locus* da reprodução social, como os reservatórios de mão-de-obra dos capitalismos nacionais (Smith, 2009). Entretanto, o neoliberalismo quebrou esse nexos ao dismantelar o Estado assistencialista, levando à formação de uma nova configuração que, em certa medida, escapa ao Estado nacional, na qual as cidades são plataformas de produção cada vez mais voltadas para a economia global, cada vez mais *globais* (Smith, 2009), passando de suporte para a acumulação de capital, na atividade industrial, para agente acumulador (Abascal et al., 2008)⁴⁸. Abrigam em seu território processos que fazem parte ativa da globalização no sentido de estarem conectados a uma rede global de transações (Sassen, 2003). Deste modo, como já foi dito na introdução, a expansão global de grandes corporações, o avanço nas tecnologias de telecomunicação e informação e outros movimentos que caracterizam a globalização acabaram por constituir ou revisitar escalas como a global e a subnacional, representadas, pelos mercados e cidades globais, essas que agora serão nosso objeto de análise.

Especula-se que o uso do termo “cidade mundial” tenha aparecido pela primeira vez em 1915, no livro *Cidades em Evolução*, de Patrick Guedes, para designar um centro de poder político e econômico, com importante papel na articulação de espaços, cuja reorganização urbana interna seria determinante para a sobrevivência e prosperidade da nação (Ferreira, 2003). Em 1966, Peter Hall retoma o tema de forma análoga em *World Cities*, acrescentando que aglomerações urbanas com importância no âmbito global eram também grandes centros comerciais, financeiros e bancários, com grandes aeroportos, museus, universidades e afins, à imagem de Londres, Paris e Nova York (Sousa, 2008). Antecipando tendências que se intensificariam depois, as circunstâncias da época teriam levado Hall a afirmar que as cidades mundiais eram, cada vez mais, lugares

⁴⁸ “A representação da cidade-coisa, da cidade-objeto, da cidade-mercadoria (de luxo) coexiste com uma outra em que a cidade aparece como sujeito. Esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa” (Vainer, 2000a:83)

“onde a informação é reunida e disseminada” (Sousa, 2008:21). Mais à frente, John Friedmann volta à questão, em *The World Cities Hypothesis*, onde procura sistematizar as principais teses formuladas acerca da associação de processos de urbanização às forças econômicas globais, com foco na organização espacial da nova divisão internacional do trabalho e nas contradições que se materializariam nos espaços urbanos globais (Friedmann, 1986).

De todo o material teórico produzido desde então, pode-se dizer que Saskia Sassen tornou-se uma figura de referência na reinterpretação das linhagens anteriores de conceituação da globalidade urbana, e que *A Cidade Global* ⁴⁹ (1991) representou um marco sobre o qual a autora desenvolveu muito de seu trabalho posterior, e a partir do qual muito foi elaborado na comunidade acadêmica (Soja, 2008; Ferreira, 2003; Robinson, 2009). Logo, sua contribuição para este campo merece receber a devida atenção, menos por ser a mais ajustada representação da configuração global em emergência, do que pelo efeito discursivo que esta produção teórica efetivamente teve na orientação de políticas e na produção do espaço. O trecho a seguir sintetiza bem o contexto no qual o surgimento das cidades globais se situa na análise de Sassen:

There have long been cross-border economic processes – flows of capital, labor, goods, raw materials, tourists. But to a large extent these took place within the inter-state system, where the key articulators were national states. This has changed rather dramatically over the last decade as a result of privatization, deregulation, the opening up of national economies to foreign firms, and the growing participation of national economic actors in global markets. It is in this context that we see a re-scaling of what are the strategic territories that articulate the new system (Sassen, 2005:27)

Sassen parte de um estranhamento relacionado à surpreendente inversão que teria havido no papel de grandes cidades como Londres e Nova Iorque que, como vimos, na década de 1970, encontravam-se à beira da falência e, de um modo mais geral, à uma contra-tendência de localização e concentração em tempos de aparente descentralização, dispersão geográfica, fluxo, e

⁴⁹ Nota-se que já se usa o termo *global* no lugar de *mundial*. Sassen marca bem a transição dos termos: “when I first chose to use global city, it was an attempt to name a difference: the specificity of the global as it gets structured in the contemporary period. I did not chose the obvious alternative, world city, because it had precisely the opposite attribute: it referred to a type of city that we have seen over the centuries, in earlier periods in Asia and in European colonial centers. In this regard, it can be said that most of today's major global cities are also world cities, but that there may well be some global cities today that are not world cities in the full, rich sense of that term” (Sassen, 2005:28)

desterritorialização (Sassen, 2009). Diante de uma nítida realocação dos processos produtivos para fora dos grandes centros urbanos, por vezes para o outro lado do mundo, tudo parecia indicar que as cidades cairiam na obsolescência, e que o sistema econômico capitalista, a despeito da concentração da propriedade e da apropriação dos lucros, poderia operar sem pontos de concentração física, sem centros.

Porém, ao se observar a política mundial em fins da década de 1980, já se podia constatar que “a emergência de localismos e regionalismos [aparecia como] uma das principais e mais significativas consequências do processo de globalização” (Fawcett e Hurrell, *apud* Xavier, 2000:3). Assim, as reconfigurações em marcha deveriam, segundo Sassen, ser contempladas nos seus vários e conflitantes aspectos: os espaços virtuais, a neutralização do lugar, e a telemática, mas também a centralidade do lugar, a imprescindibilidade da infra-estrutura, e o trabalho não-corporativo. Para isto, era imprescindível elaborar um aparato conceitual que desse conta da nova realidade organizacional, da nova especificidade do global (Sassen, 2005).

A *cidade global* aparece, então, como um tipo ideal, no sentido de consistir num recurso analítico criado para ajudar na compreensão da realidade, e não para retratá-la precisamente. A própria Sassen reconhece que não existe uma cidade global perfeita, que atenda a todos os requisitos teorizados; existem cidades mais globais que outras – a comparação/competição permeia sempre este corolário de idéias. Sassen reforça-o ao apresentar os resultados de um estudo que elenca as 75 melhores cidades do mundo para o comércio, segundo o qual não há uma única que se encontre “nas primeiras posições do ranking em todos os critérios, nenhuma ganha nota 100. Inclusive, as duas cidades com as melhores pontuações não chegam nem perto disso: 79 para Londres e 72 para Nova Iorque” (Sassen, 2009:23 – tradução livre).

Sassen teoriza sua cidade global a partir de sete hipóteses, quais sejam (2005:28-30): i) quanto maior a dispersão geográfica das atividades econômicas, maior a importância das funções de comando corporativas, e ii) mais complexas as transações e operações, criando uma maior necessidade de se terceirizar funções centrais, através da contratação de serviços especializados, que iii) devem estar disponíveis e concentrados num mesmo local (no caso, a cidade), formando economias de aglomeração; iv) quanto mais se terceirizam os serviços, na teoria,

menos importa a localização das sedes das corporações, podendo ficar nas cidades apenas os serviços especializados e não propriamente as sedes; v) quanto mais globalizado é o serviço prestado pelas firmas contratadas para a terceirização, localizadas nas cidades, mais se fortalece a rede inter-cidades de troca cultural, econômica, política e social, num sistema urbano transnacional; vi) a presença de firmas e profissionais de alta renda nestas cidades contribui para acentuar a desigualdade espacial e sócio-econômica do lugar, além de alterar a estrutura de recompensas no sentido de valorizar este perfil (corporativo) de emprego e de profissional e desvalorizar os outros; vii) há uma tendência à crescente informalização de certas atividades como forma de competir com os custos das grandes firmas.

Em suma, a globalização das atividades econômicas e, por conseguinte, o aumento da escala e complexidade das transações passou a demandar das grandes corporações a centralização de suas funções de comando (Sassen, 2009). Assim, os setores líderes da nova economia global corporativa financeirizada são os serviços financeiros, de negócios e bancos, naturalmente, assim como as agências de publicidade e seguro, consultorias, escritórios, mídia e comunicações, o imobiliário, todos oferecidos pelas grandes cidades, enquanto o *manufacturing* cada vez mais estabelece-se no interior ou em distritos industriais especializados em partes periféricas do mundo; oferecendo os serviços e a conectividade necessários às atividades da nova sociedade de mercado e da informação, as cidades globais teriam ganhado um papel dirigente na economia mundial, emergindo como os novos “centros de comando global” (Agnew, 2005).

Apesar das recorrentes referências a uma “economia global”, não haveria, no entendimento de Sassen (2009), uma economia global propriamente dita, mas formações globais, como mercados financeiros e firmas, assim como circuitos regionais e globais – produtivos, comerciais, financeiros – que servem de ponte entre as economias nacionais. Trata-se de uma perspectiva que vê a globalização como formada por uma rede global de lugares estratégicos, em que as cidades globais desempenhariam papel significativo, cada qual com uma especialização, segundo uma divisão global de funções. Por conta desta inserção particular e funcional de cada lugar na economia, Sassen vê suavizado o grau da concorrência entre cidades, um ponto em que certamente se distancia da abordagem dominante que atribui um peso substancial à competição, embora a recorrente alusão, em

Sassen, a estudos comparativos entre cidades através de determinados critérios (que vão desde saúde, qualidade de vida e segurança a “facilidade de fechar negócios”, “execução de contratos”, e “proteção a investidores”)⁵⁰ sirva de evidência de que há um claro incentivo à concorrência e a um mesmo padrão de desenvolvimento urbano-institucional. Não é à toa que as propostas de intervenção urbana sejam tão similares “umas com as outras – todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades – frente a diagnóstico tão universal” (Vainer, 2000a:80), esse que deposita nas cidades a ‘salvação’. De todo modo, se há, segundo Sassen, para mais de 70 cidades globais, um número que tende a crescer, já que cada vez mais cidades se encaixam na sua vaga definição – “global cities are centers for the servicing and financing of international trade, investment, and headquarter operations” (Sassen, 1997) –, é certo que várias delas desempenham e desenvolvem a mesma função e, portanto, competem entre si. Isso fica bastante nítido quando Sassen (2008) justifica a perda do poderio norte-americano frente a novas influências políticas, econômicas e culturais vindas de outros grandes centros urbanos em ascensão global em função da queda no *ranking* da posição das cidades norte-americanas em relação às européias e asiáticas.

Porém, a despeito de constatar elementos como o aumento das trocas internacionais, o surgimento de dezenas de novos atores no sistema internacional, a proliferação de cidades globais ou daquelas com importantes funções globais espalhadas pelo mundo e uma certa homogeneização da cultura e da paisagem urbana – o que levou muitas interpretações mais ortodoxas a pleitear um suposto ‘nivelamento’ ou *flattening*, para usar a expressão de Thomas Friedmann –, Sassen argumenta que as “aglomerações de empresas que produzem funções centrais para a gestão e coordenação dos sistemas econômicos globais estão [ainda] desproporcionalmente concentrados nos países desenvolvidos, especialmente, embora não exclusivamente, nas cidades globais”, uma concentração que representaria “um fator estratégico na organização das

⁵⁰ Segundo este estudo, ao qual Sassen (2008) faz menção em *As Diferentes Especializações das Cidades Globais*, São Paulo, a título de curiosidade, fica posicionada entre os maiores centros financeiros mundiais, segundo critérios como “número total de contratos de derivativos e commodities”, “instituições bancárias e financeiras”, e “operações com ações”, gozando, portanto, de funções de Cidade Global.

hierarquias na economia global” (Sassen, 2005:34). Assim, ainda que se faça presente o reconhecimento da centralidade da competição, do local, da economia e do aumento na porosidade das fronteiras nacionais diante do fluxo intenso de capital, mercadorias e pessoas, há que se marcar as nuances que distinguem e enriquecem a análise de Sassen em relação às leituras do *mainstream* que se apropriaram da sua contribuição, em especial da cidade global. Deve-se, assim, reconhecer que, não havendo na sua abordagem, uma mudança do nacional para o global ou para o subnacional, mas um rearranjo da organização do território, o que, absolutamente, não vitimiza o Estado, nem o condena à impotência ou ao *retreat*

(...) Sassen’s story is anything but the usual narrative about the demise of the nation state and the rise of some vaguely defined global socio-political space held together by that most ephemeral of concepts: global governance” (Hofman; Zumansen, 2008:666).

Sassen opta pelo caminho do meio, isto é, por entender como os processos da globalização se conectam à máquina do Estado, fugindo do que chamou de armadilha da endogeneidade, que significaria tomar o global como algo *sui generis* (2008, p.667). Do seu ponto de vista, a participação ativa do Estado na construção dos sistemas globais seria, precisamente, uma das características mais marcantes desta fase da globalização (Sassen, 2003). Admitida a premissa de que parte Boaventura de Sousa Santos de que “não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica” (Santos, 2002:24), Sassen se dedica a expandir o terreno analítico tradicional para mapear a questão do global, do nacional e do local, procurando transcender a moldura dual mutualmente excludente (Sassen, 2008).

Logo, em busca de uma latitude conceitual, de definições de global e local amplas, sobrepostas, e não-excludentes, Sassen voltando-se, por exemplo, para a teorização do que considera um aspecto-chave da ordem mundial vigente, qual seja a multiplicação do que chamou de *assemblages*, organismos especializados e globais, que escapam do nacional como construído historicamente, num processo de desnacionalização, podendo ou não resultar numa formação de tipo global (Sassen, 2008). Os centros financeiros seriam um exemplo de *new assemblage* na medida em que pertencem a um território nacional específico, portanto

localizados, ao mesmo tempo que não podem ser fixados por fazerem parte de uma rede global. Assim, o global poderia estar constituído no nacional/local, como seria o caso das cidades globais e dos *assemblages*, assim como alguns componentes do próprio Estado estão hoje voltados para a sustentação e coordenação de políticas das quais depende o funcionamento da economia global. Portanto, no decorrer do seu trabalho acadêmico, Sassen engaja-se na exploração de diferenciados lugares estratégicos subnacionais para além da cidade global, que constituiria apenas uma escolha de recorte que ajudaria a evidenciar o fato de que “o global se materializa necessariamente em lugares e arranjos institucionais específicos, muitos dos quais, estão localizados nos territórios nacionais” (Sassen, 2005:32 – tradução livre). A vantagem é que o foco nas cidades nos permitiria

(...) recognize the anchoring of multiple cross-border dynamics in a network of places, prominent among which are cities, particularly global cities. This in turn anchors various features of globalization in the specific conditions and histories of these cities, in their variable articulations with their national economies and with various world economies across time and place. This optic on globalization contributes to identifying a complex organizational architecture which cuts across borders, and is both partly de-territorialized and partly spatially concentrated in cities. Further, it creates an enormous research agenda in that every particular national or urban economy has its specific and inherited modes of articulating with current global circuits (Sassen, 2005:36).

Afinal, está inscrito na reconfiguração dos espaços urbanos – como se constata, por exemplo, através do contraste gritante entre o aumento das favelas e a presença da nova classe corporativa de alta renda, traduzida na forma de nichos e bairros compostos por grandes e modernos arranha-céus corporativos, e por residências e áreas de consumo de luxo – o conflito latente entre atores urbanos que disputam a construção e o uso do território (Beauregard & Haila, 2005; Sassen, 2009), que não passa despercebido pela análise de Sassen :

If we consider that global cities concentrate both the leading sectors of global capital and a growing share of disadvantaged populations (immigrants, many of the disadvantaged women, people of color generally, and, in the megacities of developing countries, masses of shanty dwellers) then we can see that cities have become a strategic terrain for a whole series of conflicts and contradictions. We can then think of cities also as one of the sites for the contradictions of the globalization of capital [so that] a focus on the city in studying globalization will tend to bring to the fore the growing inequalities between highly provisioned and profoundly disadvantaged sectors and spaces of the city (Sassen, 2005:39-40).

Ademais, *Globalization and its Discontents* (1999) e *Whose City is it?* (1997) são outros exemplos das incursões Sassen acerca dos impactos sócio-políticos da globalização, em toda a sua inteireza e complexidade, como os efeitos perversos da especulação imobiliária sobre o território urbano, a marginalização das mulheres e de outras minorias e a acentuação da desigualdade frente ao *gap* entre os super salários corporativos e os baixos salários de imigrantes e outros profissionais desvalorizados que trabalham nos setores-satélites que atendem às grandes corporações, e a questão da identidade e da cultura diante destas mudanças. E se estas problemáticas referem-se essencialmente às circunstâncias anglo-européias e suas cidades globais, em outras obras como *Global Networks, Linked Cities* (2002) a autora reúne diversos artigos de pesquisadores dedicados a tratar sobretudo de cidades e problemas do Sul Global, a exemplo das consequências da liberalização da economia brasileira e do papel da cidade de São Paulo. Inclusive no seu último livro, *Expulsions* (2014), Sassen se concentra nos desdobramentos sombrios da globalização, sob a dominância do neoliberalismo e do capital financeiro, numa assertiva, bem fundamentada e alarmante crítica ao comportamento rapinante das grandes corporações transnacionais que, com o consentimento e assessoramento do Estado, em busca de lucros extraordinários e poder, desencadeiam uma série de graves problemas relativos à degradação da condição humana e ambiental⁵¹.

Em suma, diante do que considera uma ‘transformação epocal’ (Sassen *apud* Hoffmann; Zumbansen, 2008), Sassen procura, em seus trabalhos, se distanciar das narrativas dominantes da globalização, um fenômeno que considera contraditório, caracterizado pela contestação, pelas diferenciações internas e pela contínua transformação, condições das quais a cidade global é emblemática (Sassen, 1997). Portanto, desenvolve interpretações multifacetadas e projetos ambiciosos de *grand theorizing* que envolvem o repensar e a desconstrução, desafiando formulações reducionistas legitimadas pelo discurso das forças da globalização, como a interdependência internacional, a oposição nacional-global, e a perda da soberania do Estado nacional; em outras palavras, Sassen, num movimento simultâneo de releitura e superação a partir do seu trabalho pioneiro sobre a cidade global, prepara o terreno para uma nova e potencialmente mais

⁵¹Disponível em: <http://scupe.org/a-view-from-the-margins-book-review-of-saskia-sassens-expulsions/>. Acesso em 6 de agosto de 2014.

substantiva reflexão do que está acontecendo no mundo hoje (Hoffmann; Zumbansen, 2008).

Se a influência do marco teórico da *cidade global* de Sassen contribuiu para exitosamente consagrar “a emergência [do novo paradigma local-global] enquanto solução e categoria de análise do mundo contemporâneo” (Lima Jr., 2003:141), o manual-manifesto urbano de Manuel Castells e Jordi Borja, especialmente o conteúdo publicado em *Local y Global* (1997), foi responsável por inaugurar a era dos Planos Estratégicos nas políticas urbanas⁵². Assim como Sassen, apontam para a necessidade de reavaliar o papel específico das cidades no sentido de sua adaptação diante dos macroprocessos da globalização, informacionalização, e da urbanização desgovernada e do decorrente desaparecimento da cidade como forma específica de relação entre território e sociedade (Borja, Castells, 1997; Ferreira, 2003).

Reforçam o discurso tradicional da globalização de que as sociedades do mundo estariam experimentando neste fim de século uma profunda transformação histórico-estrutural que teria como centro a revolução das tecnologias de informação. As novas formas de produção, distribuição, geração de informação e gestão que decorrem daí modificariam profundamente a estrutura social e espacial das cidades. Este seria, para os autores, o sentido mais direto da articulação entre o global e o local. Certamente que os efeitos sócio-espaciais desta articulação

⁵² Uma boa medida da importância e aplicação das produções destes dois teóricos mundialmente conhecidos é a propagação de pesquisas feitas por empresas e institutos de renome, sempre apoiados por grandes agências internacionais, que se especializaram em diagnosticar, comparar, criar índices e base de dados para formular políticas urbanas tendo a cidade global como parâmetro de análise. O *Globalization and World Cities Research Network* é um importante *think-tank* do qual os dois participam conhecido pelo índice de cidades, que as classifica em alpha, beta, gama, etc, de acordo com os requisitos apresentados. O *Global City Indicators Facility* do *Global Cities Institute* (<http://www.globalcitiesinstitute.org/>), instituto de pesquisa associado à Universidade de Toronto (do qual Sassen é Senior Fellow), e o *Global Cities Index and Emerging Cities Outlook*, da AT Kearney, líder na área de consultoria de gestão global, produzem, por exemplo, dados e rankings que informam a decisão e orientam a ação de grandes investidores, firmas, governos e agências internacionais do mundo todo. Ambos partem de premissas absolutamente alinhadas com as idéias centrais defendidas pelos “pais da cidade global”: “today more than ever, global cities need to run just to stand still. **Urban leaders** who want to provide their citizens with the benefits of becoming a global power-house must fire on all cylinders, all the time” (ATKearney, 2014 GCI: <http://www.atkearney.com/site-search?q=Global+cities+index&submit=Search>), ou ainda “cities occupy pivotal positions as strategic actors in building global sustainability – not only in economic and environmental terms, but also in political terms. The Global Cities Institute will address a core research question for this century: What forms of governance are we envisioning to guide urban change into more sustainable futures? Cities are large economic and spatial formations with complex political-administrative jurisdictions that **demand new forms of governance**. Informed local politics and improved transparency together with reformed local governance structures ensure a sustainable global trajectory” (do website do Global Cities Institute).

variam de acordo com o nível de desenvolvimento dos países, com sua história urbana, sua cultura e suas instituições, de modo que esta articulação consiste na fonte dos novos processos de transformação urbana e, por isso, sobre ela que deve incidir a nova política urbana a fim de reverter o quadro de deterioração da condição de existência nas cidades de que partem os autores (1997:35).

Enquanto Harvey e outros tratam da crise da cidade em termos da transferência da estrutura produtiva industrial para outras áreas, Castells e Borja vão além. A cidade, como sistema histórico de comunicação sócio-espacial, hoje se encontraria dividida entre duas lógicas aparentemente conflitantes, a do espaço de fluxos dos “processos dominantes na economia, na tecnologia, os meios de comunicação e a autoridade” e a do “espaço de lugares, do trabalho do dia-a-dia, da vida privada, da identidade cultural e da participação política” (Castells, 2002). Dado que “todas as cidades estão, até certo ponto, sob o estresse da conexão” de suas atividades à rede global, Castells e Borja notam que se vem priorizando a lógica global em detrimento da conexão local, levando a uma latente “fragmentação de sentido em espaços funcionalmente integrados⁵³” (Castells; Borja, 1997). A crise da cidade seria, portanto, uma crise de identidade local, de unidade de sentido, de sistema de representação, agravada pela cultura de mercado que, longe de ser *uma* cultura dominante, amplifica a diversidade de mensagens e reforça a fragmentação. Assim, este manifesto urbano pregaria que, “em última análise, o significado das cidades depende da governança das cidades” (Castells, 2002:557).

Em meio ao discurso do fim das fronteiras e, consequentemente, da banalização do lugar, os autores argumentam, como Sassen, que a era da informação não dilui os centros urbanos; na verdade, assiste-se a uma aceleração dos processos de urbanização. No entanto, as políticas urbanas pareceriam defasadas diante destes novos desafios trazidos pela globalização e daí a indispensabilidade de uma redefinição dos instrumentos de gestão urbana, de maneira que as categorias mentais e políticas de gestão deverão, alertam os autores, ser reformuladas em caráter de urgência. Desta perspectiva, a solução da crise da cidade residiria no fortalecimento da sociedade local e de suas instituições

⁵³ Enquanto “urbanização se refere à articulação espacial, contínua ou descontínua, entre população e atividade, cidade implica um sistema específico de relações sociais, de cultura e, sobretudo, instituições políticas de autogoverno” (Castells; Borja, 1997:13; tradução livre).

políticas como forma de articular sociedade e economia, tecnologia e cultura no novo sistema técnico-econômico mais eficaz e equitativamente.

A importância estratégica do local como *locus* de administração do global deveria, então, ser entendida por três âmbitos principais: o da produtividade e competitividade, o da integração sócio-cultural e o da representação e gestão políticas. Do ponto de vista econômico, o contexto territorial transforma-se num elemento decisivo na geração de competitividade das unidades econômicas em uma economia globalizada (Castells; Borja, 1997:14). Assim, ficaria a cargo dos governos locais contribuir para melhorar as condições de produção e competição das empresas de que depende, em última instância, o bem estar da sociedade local, o que inclui a existência de uma infraestrutura tecnológica adequada; um sistema de comunicações que assegure a conectividade do território aos fluxos globais; e, sobretudo, recursos humanos capazes de geri-los produtiva e eficientemente (via sistema educativo, qualidade de vida, etc). Para isso, a articulação entre empresas privadas e governos locais seria a trama institucional e organizacional fundamental dos processos de criação de riqueza. No âmbito da integração sócio-cultural, frente à hegemonia de valores universalistas, a defesa e construção do particularismo com base histórica e territorial seria um elemento básico do significado da sociedade para os indivíduos, do senso de pertencimento e manutenção de identidades, um denominador comum aglutinador de cada sociedade (Castells; Borja, 1997).

No âmbito político, os governos locais adquiririam um papel revitalizado diante da crise estrutural de competências e poder em que se encontrariam os Estados nacionais no novo sistema global (Castells; Borja, 1997), por terem se tornado demasiados pequenos para controlar e dirigir os fluxos globais de poder, riqueza e tecnologia, e demasiado grandes para representar a pluralidade de interesses sociais e identidades culturais da sociedade – em muitos casos, acabariam representando grupos de interesse particular, perdendo portanto legitimidade como instituição representativa e organizacional eficiente. Assim, os governos locais gozariam de um maior potencial de representação e de muito mais flexibilidade, adaptabilidade, e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes, e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos (1997:19). Na verdade, a questão política é, para os autores, ainda mais radical:

A crítica dos consultores catalães ao “controle político” vai mais longe, propondo que os partidos políticos não participem das eleições municipais. O suposto é que na cidade não há divergências políticas e ideológicas, mas apenas “assuntos locais”, com os quais se identificam os cidadãos que, afinal, encontram-se todos irmanados e igualmente interessados na afirmação da competitividade de sua cidade (Vainer, 2011:6)⁵⁴

Desta maneira, propõem a hipótese de que estaríamos numa era em que a base material da sociedade, o poder e a riqueza, estariam organizados em redes globais por onde circulam fluxos de informação que escapam aos seus controladores, articuladas territorialmente em uma rede de cidades que, por sua vez, dependem cada vez mais das formas de sua articulação com a economia global (Sassen *apud* Castells; Borja, 1997). Deste modo, a nova gestão urbana deveria consistir em colocar cada cidade em condição de afrontar a competição global em nome do bem-estar dos seus cidadãos.

Abrem um parêntese, porém, para desencorajar uma visão mais simplista dos mecanismos e objetivos da competição urbana, a saber: atração de investimentos a qualquer custo, reduzindo impostos e controles, e aceitando salários mais baixos e menor proteção social. Se trataria de uma política autodestrutiva que, piorando a qualidade de vida, e, portanto, não provendo uma ancoragem sólida nos cidadãos, deixaria as economias urbanas empobrecidas, sem força para navegar nos circuitos globais, mostrando-se, em última análise, prejudicial às próprias empresas. Ou seja, o fortalecimento da sociedade local é determinante para a inscrição global bem-sucedida das cidades e é precisamente este elemento que faria o local e o global complementares e não antagônicos. Para isso, esta integração social requereria mecanismos políticos democratizados e participação cidadã na gestão municipal, para que haja um equilíbrio harmônico entre a integração social e as condições de produtividade de que se beneficiam as empresas. Institucionalmente, as cidades e governos municipais devem se converter em redes dinâmicas e ativas, com máquinas administrativas ágeis e mentalidade empresarial.

Se a nova economia informacional global, estruturada em redes de intercâmbio interurbano, se organiza a partir de centros que coordenam, geram e inovam a atividade empresarial – atividades financeiras, de seguros, imobiliárias,

⁵⁴ “O confronto cidadão não corresponde ao que ocorre entre os partidos nacionais. Seria desejável que os partidos políticos se abstivessem de concorrer, como tais, às eleições municipais” (Borja *apud* Vainer, 2000a:96).

consultorias, serviços legais, publicidade, design, marketing, relações públicas, sistemas de informação – em teoria, havendo um sistema desenvolvido de informação, poder-se-iam alocar em qualquer lugar do planeta. Porém, tendem a concentrar-se em países específicos, conformando um modelo hierárquico entre centros urbanos, de modo que as funções mais importantes e os serviços mais avançados encontram-se nas principais metrópoles do mundo, corroborando os autores o argumento de Sassen.

A importância de outros centros urbanos residiria ou em algum tipo de especialização, ou na atratividade intrínseca à cidade, pelos dotes naturais, arquitetônicos, etc. É claro que, apesar disso, continuaria sendo indispensável a constituição de um núcleo urbano de gestão de serviços avançados, que conte com um aeroporto internacional de fácil acesso, um sistema de comunicação por satélite, hotéis de luxo com segurança adequada, serviços de assistência secretarial em inglês, empresas financeiras e de consultoria com conhecimento local, agências governamentais que possam proporcionar informação e infraestrutura de apoio ao investimento internacional, e um mercado de trabalho local com mão-de-obra qualificada para prestar os serviços avançados (Borja; Castells, 1997). Assim, se está sempre buscando alcançar o lugar das grandes cidades globais, desestabilizando essa hierarquia urbana pela concorrência.

Em suma, a globalização da economia e, em particular, dos serviços avançados que organizam e coordenam o conjunto do sistema, nem conduziriam à dispersão nem à concentração das funções de comando exclusivamente em determinadas áreas. Castells e Borja entendem a cidade global como uma rede de nós urbanos de diferentes níveis e funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, um sistema interativo e inconstante ao qual, constantemente e com flexibilidade, devem se adaptar as cidades e empresas, um grande sistema urbano global competitivo e colaborativo, ao mesmo tempo (1997:42-43).

Assim, a grande pergunta dos autores é, no final das contas, se as novas tecnologias de informação e comunicação permitem uma dispersão espacial dos centros de gestão, por que o mundo segue cada vez mais organizado em torno de centros de comando baseados na concentração de serviços num determinado espaço (1997:40). A hipótese de Sassen (1991) oferece uma resposta bastante coerente, voltando à sua questão original: a combinação de dispersão espacial e

integração global gerou um novo papel estratégico para as cidades. Além do seu papel histórico como centros internacionais de comércio e finança, funcionam agora também como i) ponto de coordenação da organização da economia global; ii) localidades-chave para finanças e firmas de serviços especializados; iii) lugares de produção de produtos e serviços dos setores avançados, sobretudo de inovação destes serviços; iv) mercado para estes novos produtos e serviços (Borja; Castells, 1997:41). Uma vez estabelecidas em nós globais, há fatores locais que contribuem para que estas atividades não sejam relocizadas (provocando uma desvalorização de investimentos como o imobiliário, por exemplo): os contatos pessoais são essenciais para a tomada de decisões no mundo dos negócios, por conta da confiança na qualidade do trabalho e (legalidade) das transações; também as grandes cidades oferecem maiores oportunidades para o desenvolvimento pessoal, em termos educacionais, culturais, de lazer, assim como proximidade aos centros de poder e aos círculos de prestígio social. Por isso, ter-se-iam transformado em lugares de trabalho e residência das elites sociais e profissionais, os verdadeiros gestores da economia global (Castells; Borja, 1997:42).

Expostas as teses centrais contidas em *Local y Global*, reforçadas por outros textos como *As Cidades Como Atores Políticos*, cabe agora uma avaliação crítica. Nota-se claramente que as premissas liberais de Smith, Hayek e seus seguidores estão presentes na perspectiva adotada pelos autores: a inevitabilidade da globalização, as noções de meritocracia e autonomia aplicadas ao âmbito da cidade que, dada a debilitação do Estado – tanto no que concerne à gestão dos fluxos, e à falta de competitividade do setor público, engessado pela burocracia, quanto à sua imparcialidade, isto é, sua tendência a favorecer grupos particulares – deve operar em conjunto com a iniciativa privada, esta, sim, capaz de escutar os sinais do mercado sem vieses e sem ruído, cuja atuação, no agregado, resultará na alocação eficiente e próspera dos recursos escassos através da mediação da bicentenária *mão invisível*, da livre concorrência entre as unidades, no caso, as cidades, em “um grande sistema urbano global competitivo e colaborativo” (a título de curiosidade, duas palavras frequentemente invocadas pelo apologista liberal Thomas Friedmann⁵⁵). E como não poderia faltar a um discurso liberal, os

⁵⁵ “It is a global, Web-enabled platform for multiple forms of collaboration. This platform enables individuals, groups, companies, and universities anywhere in the world to collaborate – for the purposes of innovation, production, education, research, entertainment, and, alas, war-making –

autores formulam a nova gestão urbana em termos incontestáveis ao apelarem para o bem-estar dos cidadãos e o resgate da cidade como produtos naturais da execução de sua proposta. Afinal, a crise – elemento de coesão social sistematicamente acionado pelo neoliberalismo⁵⁶ –, a todos afeta de modo que, se o desejo de recuperar a cidade decadente é geral, a participação ativa e democrática é contemplada pelos formuladores do plano estratégico, uma participação, contudo, fundada “na negação da cidadania: consumidor de mercadorias, acionista de empresa ou patriota orgulhoso, o cidadão planejado estrategicamente está condenado a ver desaparecer o espaço e a condição de uma cidadania desde sempre contestada no projeto moderno” (Vainer, 2000a:100).

Ou seja, a independência da cidade e a iniciativa privada, juntas, confeririam aos processos urbanos a tão desejável flexibilidade, que remete “de maneira direta, sem mediações, à noção de eficiência empresarial e à outra, de enorme popularidade nos tempos que correm, de ‘janela de oportunidades’. Uma gestão eficiente supõe a capacidade de aproveitar as oportunidades, mais rapidamente que os concorrentes - no caso que queremos examinar, as cidades concorrentes” (Vainer, 2011:4). Isso posto, Borja garante que, estando as cidades “submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”⁵⁷, os governos locais devem adotar o planejamento estratégico, que além de ter sido “inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School” (Vainer, 2000a:76), seria “seguramente a formalização mais acabada da cooperação público-privada” (Borja *apud* Vainer, 2000a:87). No entanto, “o que pudicamente se designou de flexibilidade, o que outros saúdam como empreendedorismo urbano e cidade-empresa” deve ser encarado como “um permanente e sistemático processo de

like no creative platform ever before. This platform operates without regard to geography, distance, time, and, in the near future, even language. Going forward, this platform is going to be at the center of everything. Wealth and power will increasingly accrue to those countries, companies, individuals, universities, and groups who get three basic things right: the infrastructure to connect with this flat-world platform [especially broadband Internet access], the education to get more of their people innovating on, working off of, and tapping into this platform, and, finally, the governance to get the best out of this platform and cushion its worst side effects” (Friedmann, 2006: 205)

⁵⁶ Hayek, na década de 50, por exemplo, diagnosticou a crise das liberdades, frente ao surgimento dos totalitarismos, a mesma crise identificada por Milton Friedman, três décadas adiante, provocada pelo *big government*.

⁵⁷ “as grandes cidades são as multinacionais do século XXI” (Castells; Borja, 1997:190).

desqualificação da política⁵⁸” (Vainer, 2011:6). Afinal, a “despolitização planejada é, ela também, como se vê, parte das garantias oferecidas aos parceiros privados” (Vainer, 2000a:96)⁵⁹.

Se, neste processo de neoliberalização do espaço urbano, num primeiro momento, a cidade foi transformada em mercadoria, posta à venda, coisificada, logo se conclamou a sua agência e veio a justificativa da cidade-empresa como uma resposta eficiente, objetiva (e portanto, despolitizada) para a crise urbana. Mas “como construir política e intelectualmente as condições de legitimação de um projeto de encolhimento tão radical do espaço público, de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local?” (Vainer, 2000a:91). Convinha, então, atribuir mais uma representação, transformando o “fugaz sentimento de crise num consistente e durável patriotismo” (2000a, p.94), fazendo a cidade emergir como pátria, objeto de adoração e mobilização da sociedade⁶⁰. E assim, agregando flexibilidade também à racionalização, se constrói um consenso cuja “fluidez conceitual opera como poderoso instrumento ideológico, fornecendo múltiplas e combinadas, mesmo se contraditórias, imagens” às quais se recorre conforme a necessidade (2000a:100).

Portanto, estamos diante de um conjunto de produções de alto teor ideológico, em que a emancipação da cidade, a convocação da unidade, e a exaltação da sociedade local ao estilo *there is no alternative* revelam as características de um manifesto que definitivamente se enreda na armadilha da endogeneidade da qual Sassen procura fugir, ao abordar de forma superficial e dicotômica a relação global-local, identificando o local como único *locus* de luta e resistência contra os reveses que as forças capitalistas globais teriam provocado na

⁵⁸ Desqualifica-se a política e, no entanto, “a construção política do projeto ideológico não está ausente da reflexão dos catalães. Ao contrário, ocupa aí lugar de destaque, e está estruturada em dois elementos solidários: a necessidade de uma consciência de crise e o patriotismo de cidade” (Vainer, 2000a:92). Esta passagem remete imediatamente ao trecho supracitado de Peck e Tickell, que diz que o “neoliberalism is, in effect, a form of “high politics” that expressly denies its political character” (2002:400).

⁵⁹ A continuidade da gestão municipal através da reeleição também é uma das garantias oferecidas, essas explicitamente defendidas por Castells (1996:164). No Brasil, o projeto de emenda constitucional que institucionalizou a reeleição no executivo foi aprovado no contexto da neoliberalização de sua economia, no final da década de 1990.

⁶⁰ Nas palavras de um dos responsáveis pelo Plano de Barcelona, “criar consciência ou patriotismo de cidade - eis o elemento-chave para o estabelecimento, em bases permanentes, da cooperação público-privada e para a posterior difusão do pensamento estratégico entre os agentes econômicos e sociais da cidade” (Forn y Foxà *apud* Vainer, 2000a).

cidade em nome da preservação de sua identidade e autonomia⁶¹; trata-se de uma posição que romantiza as relações sociais locais, ao desconsiderar que também elas são o resultado de um regime de produção e estruturas de poder, nefastas ou não (Hardt; Negri, 2010, p. 63-64).

Ao mesmo tempo, conformam um manual técnico direcionado aos governantes, aos planejadores urbanos, aos construtores da cidade, que traz o passo-a-passo do que fazer para alcançar a almejada inserção global, revitalização, ou requalificação, a palavra da vez, sempre sem rodeios, de recomendações tão claras quanto:

As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático (Castells; Borja, 1996:159).

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas 'exportações' (de bens e serviços, de seus profissionais etc.) (Castells; Borja, 1996:160).

Tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando a economia e a sociedade locais, o requisito indispensável é a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados, organizados, invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência secretarial de inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios de governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infraestrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infraestrutura tecnológica (Castells; Borja, 1997:37).

Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de 'patriotismo cívico', de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis (Castells; Borja, 1996:160).

⁶¹ Mesmo as produções mais recentes dos autores, especialmente o *Redes de Indignação e Esperança* (2013) de Castells, que migrou para o tema dos movimentos sociais em rede, na era da virtualidade do real, que os leva dos espaços virtuais às ruas, como a Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street*, acaba, em alguma medida, corroborando o cerne de seus argumentos, uma vez que defende a autonomia em relação aos partidos como qualidade destas manifestações, e destitui as instituições políticas em geral dos processos de transformação social. Essencialmente, a cidade continua sendo formulada em termos de crise e solução: seus espaços estão sendo reivindicados por cidadãos que "foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal", assim como permanece sendo o *locus* exclusivo das possibilidades de mudança através destes movimentos sociais, que "criam um espaço público (...) híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado" (Castells, 2013:20).

A adoção de elementos deste mesmo receituário estaria possibilitando que grandes metrópoles subdesenvolvidas da América Latina também vivessem um momento de renovada centralidade. Sob condições de acirradas “desigualdade e marginalidade, debilidade da sustentação sociocultural das cidades, graves déficits de infraestrutura e serviços públicos, falta de cooperação público-privada” além de sérios “problemas de gestão, problemas urbanos de congestionamentos, insegurança pública, contaminação do ar e da água, déficit habitacional e de serviços básicos” (Castells; Borja, 1996:154), evidentemente, a percepção de crise foi mais gritante, necessária à tomada de iniciativa e geração de respostas – naturalmente, coerentes com o que propõem – que tardaram porém vieram, na forma da

(...) aprovação de projetos de reforma política e financeira em cidades emblemáticas da América Latina — como na Cidade do México, em Bogotá e Buenos Aires, e as reformas derivadas da nova constituição brasileira —, o protagonismo político e na mídia dos prefeitos das grandes cidades — convertidos muitas vezes em lideranças nacionais —, o início dos planos estratégicos (...) baseados numa ampla participação cívica, a descentralização dos governos locais, o andamento de grandes projetos urbanos de iniciativa pública e/ou privada, a cooperação entre ambos os setores etc. Desse modo, as grandes cidades latino-americanas emergem, na década de 90, como atores políticos e econômicos (Castells; Borja, 1996:154).

No entanto, é preciso investigar de que maneira estes processos estão sendo levados a cabo dentro de um quadro de deterioração das estruturas urbanas que caracteriza a condição de dualidade presente em grande parte das metrópoles subdesenvolvidas, tipicamente a América Latina – o objeto da próxima seção.

3.2 **A cidade dual**

A história da cidade global, como a história da utopia neoliberal, – afinal, uma está contida na outra – é, ao mesmo tempo, prescritiva e descritiva, isto é, prescreve um receituário de como se tornar global em cima da descrição de determinadas cidades, os casos bem sucedidos daqueles que souberam se ajustar. No entanto, fazendo um paralelo com o estudo de Ferguson (2006)⁶² sobre o

⁶² Ferguson, J. (2006). Globalizing Africa: Observations from an inconvenient continent. Global shadows: Africa in the neoliberal order. Disponível em:

continente africano, podemos dizer que a inconveniência da África está para a globalização como a da cidade dual está para a festejada cidade global, isto é, aquelas cidades situadas em países subdesenvolvidos que escancararam suas portas para o capital a qualquer custo e hoje carregam as marcas da parcialidade do mercado nos seus espaços físicos repletos de contrastes.

É claro que, este tipo de categorização tem tantas limitações quanto o antigo esquema geográfico centro-periferia, ou seja, os países desenvolvidos também não foram poupados das contradições da globalização, de modo que a cidade global de Nova Iorque é também a cidade dual de Nova Iorque, conforme diagnosticaram os próprios Borja e Castells (1997). A dualidade ter-se-ia junto com a prosperidade financeira e imobiliária da cidade dos anos 1980, e, nos últimos trinta anos de reestruturação da economia, a cidade viu aumentar a desigualdade social, o contraste entre os bairros ricos e pobres, a gentrificação de zonas centrais importantes de Manhattan, e o declive social da maioria dos bairros periféricos (Castells; Borja, 1997).

Ainda assim, é fora da rota dos países desenvolvidos que a dualidade não apenas parece ser a norma que determina o padrão de desenvolvimento urbano, como é reincidente no sentido de aprofundar as mazelas de territórios já historicamente partidos, como é o caso de grande parte das metrópoles da América Latina. O caso da cidade de Lima, no Peru, também é mencionado pelos autores: por um lado, ao internacionalizar sua economia, Lima experimentou um considerável crescimento econômico de 1992 a 1995, fazendo do Peru, estagnado nos anos 80, o país com a maior taxa de crescimento do PIB em todo o mundo (13%), aumentando suas trocas internacional em 80%. O país atraía um grande fluxo de capital estrangeiro, assim como investimentos de empresas estrangeiras (Castells; Borja, 1997). Tudo isso teria sido facilitado e potencializado pelos processos de modernização das telecomunicações, quando uma grande companhia espanhola comprou as estatais e investiu milhões em linhas telefônicas e redes de fibra ótica nos centros de negócios. Ao longo do tempo, estas transformações foram materializadas no espaço urbano de Lima, onde se vê a consolidação de

https://books.google.com.br/books?id=qJUUA_MwMA4C&pg=PA25&lpg=PA25&dq=ferguson+globalizing+africa&source=bl&ots=owC7I5_cu6&sig=YtPXw4K0HM3MrWCS0DIAeX5mo8A&hl=pt-BR&sa=X&ei=ohn2VKuQJbTbsASU6YKQDA&ved=0CDUQ6AEwAg#v=onepage&q=ferguson%20globalizing%20africa&f=false. Acesso em 4 de Junho de 2012.

centros de negócios, complexos de edifícios “inteligentes”, centros comerciais e de serviços próximos às empresas e um aeroporto de fácil acesso via autopista, de modo que é possível dizer que houve uma tentativa de implantação da agenda das cidades globais. Entretanto, os autores notam que, ao mesmo tempo que a economia peruana se globalizava e Lima assumia um papel nodal na região sul-americana, a porcentagem da população de Lima vivendo abaixo do limite da pobreza aumentou de 26%, em 1980, para 78%, em 1993, segundo estudo feito para a OIT em 1996, o que os leva a concluir que, se a cidade dual pode ser informacionalizada, ‘a cidade global e informacional é também dual’ (Castells; Borja, 1997).

O diagnóstico que Borja e Castells fazem, sobre o qual racionalizaram a urgência dos planos estratégicos, os levam a crer que os processos tecnológicos e econômicos que constituem a base da transformação em curso se intrincam com a história, a cultura e as instituições de cada lugar, produzindo uma grande diversidade de modelos espaciais, como as megacidades, que tomam pelo fenômeno urbano de maior relevância do século XXI, bastante característico dos países em desenvolvimento. São Paulo, Xangai, Buenos Aires, Moscou, Nova Délhi, Lagos, Rio de Janeiro, todas importantes aglomerações urbanas, de acordo com a classificação da ONU de 1992, e importantes pontos nodais da economia global por suas funções de comando, produção e gestão, pelo poder político, controle dos meios de comunicação, pela ‘capacidade simbólica de criação e difusão de mensagens dominantes’ que concentram no seu território, e, evidentemente, pelos seus mais de 10 milhões de habitantes-trabalhadores-consumidores (Castells; Borja, 1997:50). Porém, ao mesmo tempo que estariam conectadas às redes globais, estariam também internamente desconectadas dos setores da população considerados funcionalmente desnecessários ao sistema, ou seja, estão social e espacialmente fragmentadas por dentro, marcados por graves problemas sociais, urbanos e ambientais que seguem crescendo⁶³. Assim, os

⁶³ Similarmente: “there is little doubt that connecting to global circuits has brought with it a significant level of development of expanded central urban areas and metropolitan grids of business nodes, and considerable economic dynamism. But the question of inequality has not been engaged. Further, the pronounced orientation to the world markets evident in many of these cities raises questions about the articulation with their nation-states, their regions, and the larger economic and social structures in such cities. Cities have typically been deeply embedded in the economies of their region. But cities that are strategic sites in the global economy tend, in part, to disconnect from their region. There has been a sharpening inequality in the concentration of

autores vêem o novo modelo técnico-econômico como caracterizado pela coexistência de grande dinamismo produtivo com um caráter excludente de enormes grupos sociais e territórios (Borja; Castells, 1997). Ou seja, Castells e Borja assumem que esta lógica está inscrita no novo modelo de desenvolvimento.

Inúmeras pesquisas vêm registrando profundas transformações nos espaços urbanos latino-americanos desde sua abertura às influências do neoliberalismo e das forças de mercado, a grande maioria apontando para a crise urbana, num aumento significativo da informalidade (no trabalho, na moradia), da pobreza, da segregação e da violência (Ribeiro, 2013). Segundo o documento *Estado das Cidades da América Latina e Caribe* elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT):

(...) 111 milhões de pessoas ainda moram em moradias consideradas subnormais em termos de padrões habitacionais, 74 milhões de pessoas (16%) em moradias sem saneamento adequado e menos de 20% do esgotamento da água usada e do resíduo sólido é tratado antes de ser despejado. A polarização e as desigualdades sociais em termos de renda vêm diminuindo nos últimos anos em alguns países – Panamá, México, El Salvador, Honduras, Brasil, Venezuela, Uruguai e Peru – mas mantêm-se em elevados patamares, o que faz das cidades da América Latina as que apresentam os maiores índices de inequidade do planeta. Tal desigualdade da estrutura social traduz-se na constituição de cidades duais, divididas e segregadas como marcas da organização do território urbano, com importantes impactos nos padrões de sociabilidade. Tais números indicam que os países do continente ingressaram em sociedades urbanas, mas com cidades ainda fortemente precárias e improvisadas, portanto despreparadas para cumprirem seu papel de espaços sociais fundamentais para a produção da riqueza e a reprodução da vida (Ribeiro, 2013:6)

Para uma maior compreensão das condições que hoje são espacializadas através do solo latino-americano, é preciso entender que a história da urbanização desta região foi sempre marcada pela coexistência contraditória de duas formas de urbanização, uma mercantilizada, e a outra, desmercantilizada, informal. Se no período da ‘revolução industrial’ na primeira metade do século passado até aproximadamente a década de 1970 houve em alguma medida uma ‘democratização do bem-estar’, que incorporou parte da população trabalhadora à órbita do mercado, via políticas públicas de acesso aos bens urbanos (Pírez, 2014), já estava em curso o processo hoje tão impulsionado pela financeirização da economia, pela especulação imobiliária e pela aceleração da urbanização ao redor

strategic resources and activities between each of these cities and others in the same country” (Sassen, 2005:37).

do mundo, de difusão dos *enclaves fortificados* como padrão de urbanização, que são “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho, com a justificativa do medo da violência” que interferem profundamente na dinâmica e no uso dos espaços públicos da cidade, uma vez que isolam as classes média e alta dos pobres e ‘sem-teto’, os novos donos da rua, numa nova cartografia social que “redefine os processos de interação social e de sociabilidade coletiva, promove acessos diferenciados à informação, à diversidade de oportunidades e aos equipamentos e bens públicos, transformando as concepções de público e os parâmetros de convivência” (Raichelis, 2006:35). Marcuse e Van Kempen (2005) localizam na mesma década de 1970 o início de uma nova ordem espacial das cidades que, a despeito de descontinuidades e particularidades, possuem em comum, entre outras características, a conjunção de “high-level internationally connected business activities” com uma nova pobreza urbana.

Assim, os anos 70 e 80 marcaram o começo da produção acadêmica sobre a questão urbana, os processos sociais na cidade e a constituição da sociologia urbana como um campo de estudos. Nesse contexto, o conceito de ‘espoliação urbana’ de Lúcio Kowarick representou um grande salto qualitativo no que diz respeito à compreensão de problemas latentes como os processos de periferização, suburbanização e favelização como consequência da especulação imobiliária, e com eles novas formas de segregação e, naturalmente, o agravamento da questão social (Raichelis, 2006).

Partindo deste conceito, pensado para a grande São Paulo dos anos 70 mas extensivo a outras grandes metrópoles subdesenvolvidas, que consiste na “conjunção da precarização do trabalho e da vida urbana resultante da lógica capitalista de produção do espaço urbano”, falava-se na solução via reforma urbana, que girava em torno da busca pela construção de uma nova ética social para construir uma cidade que não fosse objeto de lucro de práticas econômicas e à qual todos tivessem acesso”, acesso [que] passa a ser compreendido como um direito: o direito de todos à vida urbana digna” (Silva, 2010:3).

Ou seja, ambicionava-se resgatar a função social da cidade, que vinha se perdendo em meio à espoliação urbana, que, segundo a definição de Kowarick (1979), significa “[...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam

como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência”, que só são detidas quando o Estado entra com o “suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial (...) e gera os bens de consumo coletivo ligados às necessidades da reprodução da força de trabalho”. Isso significa que se o único agente capaz de frear a deterioração urbana, no lugar de fazê-lo, canaliza seus recursos para os ‘imperativos da acumulação’, “o processo de espoliação urbana é acirrado, relegando à população de baixa renda a autoconstrução e a periferização como formas de acesso à casa própria e de sobrevivência no espaço urbano (Silva, 2010).

A tendência clássica à mercantilização da reprodução da força de trabalho, evidenciada ao longo da história do capitalismo, foi em geral neutralizada ou freada por ações de desmercantilização do Estado, ao prover bens públicos ou ao facilitar o seu acesso, que alcançaram seu auge no período welfarista do pós guerra (Pírez, 2014). Isso eliminava a dependência individual sobre os recursos monetários para que se pudesse usufruir do bem-estar. Naturalmente, as condições de reprodução passam pela forma urbanização e, numa cidade produzida pelo mercado e para o mercado, traduz-se em solvência, ou cidadão-consumidor e assim se constituem os projetos da cidade como direito e da cidade como mercadoria. A única maneira do primeiro triunfar sobre o segundo, hoje hegemônico, é possibilitando o consumo universal dos bens necessários à reprodução da força do trabalho, através da sua desmercantilização, de um consumo não-mercantil, sem contrapartida monetária ou com custo simbólico ou proporcional à renda do seu consumidor (bem abaixo daquele estipulado pelo custo de produção acrescido do lucro), ou de uma produção desmercantilizada, isto é, que seu processo produtivo esteja fora das relações de acumulação capitalista (Pírez, 2014).

O que se observa, porém, como traço dominante da urbanização na América Latina é o processo ininterrupto de *desmercantilização social*, o que gera um quadro bastante grave de desigualdade. Significa dizer que, no lugar do Estado, a própria população marginalizada, incapaz de consumir o seu ‘acesso à cidade’, produz os bens necessários à sua sobrevivência. O caso mais gritante, na América Latina é o da autoconstrução de moradia e de distribuição de serviços clandestinos, num extenso processo de urbanização informal, numa clara manifestação da espoliação urbana apontada por Kowarick (Pírez, 2014).

Nesse ponto cabe resgatar rapidamente algumas teses clássicas da economia política para então voltar à urbanização. Rosa Luxemburg separou a acumulação de capital em dois processos – embora os considerasse vinculados organicamente – o econômico puro, aquele que se dá dentro das fábricas, da terra, etc, regido pelas leis férreas e discerníveis da economia, e aquele que é constituído por modos e meios de produção não-capitalista, que incluem a violência, o roubo, a fraude, a opressão (Luxemburg *apud* Harvey 2004), percebidos como absolutamente imprescindíveis à burguesia “para que o motor da acumulação não morresse de repente” (Arendt *apud* Harvey 2004:119).

Desta forma, Aquilo que Marx tomou emprestado de Smith, a acumulação primitiva, Harvey, combinando os caminhos de Arendt e Rosa, olhando para sua espantosa atualidade, cunha o conceito de acumulação por espoliação ou despossessão, que abrangeria a:

(...) mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e consumo; processos de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); o comércio de escravos; a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos (Harvey, 2004:121)

E continua:

A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala. A corporativização e privatização de bens até então públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo indicam uma nova forma de “expropriação de terras comuns” (...) A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos (...) tudo em nome da ortodoxia neoliberal (Harvey, 2004:123)

Este último trecho chama especialmente a atenção, uma vez que estamos nos deparando com exatamente estes processos nas cidades, processos de privatização da experiência urbana, em que para se usufruir de determinado espaço, é preciso consumir, ou seja, de cidadãos a consumidores do espaço, e nesse sentido já assistimos, drasticamente nas cidades terceiro-mundistas, ao fim

da cultura de ‘praças, banheiros públicos, e bebedouros’. Ademais, no caso específico do Rio de Janeiro, que veremos no próximo capítulo, assistimos à consolidação da Marca RJ, do “patenteamento” de símbolos culturais pela iniciativa privada – FIFA e parceiros oficiais – e de graves regressões nos estatutos da cidade, do trabalho e do consumidor.

Voltando rapidamente a Harvey (2005), desde a crise de sobreacumulação de 1973, as medidas neoliberais têm justamente procurado, a todo custo, encontrar escoadouros lucrativos para o capital excedente e tem conseguido, através da acumulação por espoliação, liberar ativos a valores baixíssimos e arranjar um emprego lucrativo para eles. A privatização, braço direito da teoria neoliberal, vem se mostrando uma ferramenta um tanto oportuna para isso, de modo que “ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles” (2005, p.129-131). O caso das habitações sociais de Londres, o primeiro alvo de Thatcher, são um caso emblemático disso.

O fato do capitalismo conviver com o seu problema crônico de sobreacumulação o obriga a estar sempre buscando novos arranjos e alternativas e abrindo novos campos de acumulação. Uma das soluções é tratada por Harvey (2005) como ordenação espaço-temporal, que significa a realocação do capital no espaço e no tempo, que a globalização sabe, naturalmente, explorar muito bem. Transfere-se um investimento para o outro lado do mundo, onde a mão-de-obra é mais barata, ou alonga-se o prazo de um investimento, dado o extenso leque de novos produtos financeiros no mercado. A questão é que estes são recursos finitos, não é possível, apenas dentro do “processo econômico puro”, evitar que o capital excedente se desvalorize. É aí que “em face de seus limites internos, a sociedade do capital depara-se com o imperativo de abraçar uma solução fora de si mesma” de que já falava Rosa, para que suas fronteiras possam ser “estendidas em ritmo permanente” (Biondi, 2011). É então que a estreita relação entre Estado e Capital manifesta-se claramente, assim como o vínculo entre a lógica capitalista e a lógica territorial de que trataram Arrighi e Harvey, significando que o Estado, de posse do monopólio da violência e da lei, garante as condições da acumulação por espoliação, promovendo, entre outras transgressões, o ataque aos direitos, através, por exemplo, da restrição ao acesso a serviços públicos de bem-estar social (cf. Biondi, 2011):

(..) a real proposta do neoliberalismo não é tirar o Estado do jogo, mas sim manter o fundo público como pressuposto “apenas” para o capital, ou o máximo possível para o capital, segundo nosso entendimento. O que se vê no contexto da financeirização é precisamente o triunfo do projeto descrito. O referido fenômeno notabiliza-se por uma crescente transferência de recursos fiscais, antes destinados a saúde, educação, previdência etc., para a acumulação de capital. Trata-se, com isso, de se minar a efetividade dos direitos sociais em sua base material, que é o orçamento do Estado. No âmbito das finanças, este movimento é inequívoco. O serviço da dívida pública é um dos maiores (talvez o maior) mecanismo de transferência de recursos públicos para capitais particulares, em detrimento da universalização dos serviços à população. Dado o caráter pretensamente mais seguro do título da dívida pública (que se deve ao poder estatal de tributar a sociedade e fazer valer seu tesouro), o capital financeiro adquire estes bens para negociá-los no mercado de obrigações, contando ainda com o apoio da taxa de juros, que lhes provê uma renda garantida. Deste modo, consolida-se uma classe rentista, que vive da detenção de ativos desta natureza, especializando-se no papel de credor do Estado para abocanhar quinhões consideráveis da tributação. No Brasil, para se ter uma noção, gasta-se mais de 40% do orçamento da União com o pagamento de parcelas da dívida e de sua rolagem. Supera-se até mesmo as despesas com a Previdência Social, o que deixa claro qual é o verdadeiro fator de endividamento público (Biondi, 2011).

Abordada a origem e o conceito de acumulação primitiva e espoliação, cabe agora entrar na esfera que interessa a este trabalho, a esfera urbana, usando novas chaves de entendimento, quais sejam, a de ‘novos cercamentos’ e ‘urbanização por expropriação’, que “que pretende dar nome ao dispositivo que possibilita (e legitima) a utilização das ferramentas de organização, regulação e expansão das cidades em benefício exclusivo da acumulação (primitiva) de capital” (Penhavel, 2013:5), ou ainda, “que pretende dar conta dos processos estruturais geradores da espoliação nas cidades” (2013:16) a partir do trabalho de Penhavel (2013), que busca demonstrar que a “urbanização se revela um mecanismo atual e decisivo de expropriação a serviço da expansão capitalista” (2013:15).

Os cercamentos que Marx observou na Inglaterra como plataforma primeira da acumulação, que obrigou os camponeses, uma vez destituídos das terras comunais, a venderem sua força de trabalho à indústria nascente, ainda tem lugar no capitalismo contemporâneo, tratados sob o nome de *novos cercamentos*, formas de expropriação que, repaginadas, perduram até hoje (Penhavel, 2013). Não apenas existem na forma literal de expropriação de terra – facilmente observáveis, por exemplo, no continente africano –, fomentadas por projetos de desenvolvimento de instituições internacionais sob o pretexto (sempre) da modernização da agricultura e erradicação da pobreza, como também “o projeto

neoliberal global, que por vários meios visa atingir os bens sociais comuns criados no período pós-guerra, se apresenta como uma forma moderna de cercamento” (De Angelis *apud* Penhavel, 2013:10). Ou seja, mecanismos de natureza primitiva, como é o caso de apropriação privada do território, coexistem com formas renovadas de despossessão e espoliação (Brandão *apud* Penhavel 2013:14).

Da década de 90 em diante, a retirada do Estado – a partir de um Estado que já não tinha vivido uma experiência de bem-estar social – da provisão de serviços sociais vem agravando esta situação, se escondendo atrás da eterna crise fiscal e da disciplina imposta pelo tripé macroeconômico neoliberal dos ajustes estruturais aos países subdesenvolvidos – superávit primário-metas de inflação-câmbio flutuante – de modo que, hoje, na grande maioria destes países,

(...) ao Estado cabe garantir o mínimo ao conjunto da população excluída do mercado de trabalho, ou em situação de inclusão precária, por meio de políticas compensatórias, focalizadas e seletivas para atenuar o impacto negativo das medidas econômicas de ajuste estrutural. E ao mercado cabe a venda de serviços aos trabalhadores formais, cada vez em menor número, promovendo a *remercantilização* dos serviços sociais consagrados como direitos no decorrer das lutas históricas do movimento dos trabalhadores. Esse mesmo movimento desencadeia a privatização dos serviços urbanos, reconfigurando a produção das cidades e dos seus territórios, transformando simultaneamente as relações entre cidadãos e espaços das lutas por acesso à cidade e a melhorias na qualidade da vida urbana (Raichelis, 2006:22; grifo nosso).

A partir de então e cada vez mais, sob a influência crescente das reestruturações neoliberais, a compreensão do direito à cidade foi se fragilizando e uma parcela cada vez maior de cidadãos foi sendo empurrada para a periferia – não necessariamente em termos geográficos, como se vê no Rio de Janeiro – e para as margens da insolvência, com a convivência do poder público. É aí que se consolida “la diferenciación de los habitantes metropolitanos en razón de la capacidad (y responsabilidad) individual (o familiar) para acceder monetariamente a los bienes urbanos” (Pírez, 2014:5), uma característica bastante coerente, de fato, com a responsabilização individual fervorosamente pregada teoria neoliberal. E se

(...) na década de 1980, a questão urbana é integrada à questão social [de modo que] a tarefa do pensamento e da ação urbanista passa a ser fazer coincidir a cidade e a cidadania, [v]ivemos hoje, contudo, um momento de transição

histórica, no qual essa questão urbana perde paulatinamente a legitimidade [...] sob os impactos da agenda neoliberal. Os ‘problemas urbanos’ [...] passam a ser explicados como decorrentes do suposto divórcio entre a cidade e os imperativos da ordem econômica global e o saber e a ação urbanísticos são mobilizados para fazer coincidir cidade e mercado (Ribeiro *apud* Lima Jr, 2003:6)

Vem havendo, portanto, especialmente a partir dos anos 90, quando o neoliberalismo chegou, defasado, aos países em desenvolvimento, através da transferência direta para a iniciativa privada (privatização) e do recuo de programas sociais de desmercantilização via políticas estatais, um intenso processo de remercantilização da moradia, infraestrutura, do solo urbano e dos serviços, e o direito à cidade encontra-se cada vez mais dependente das condições de mercado. ou, nas palavras de Giuseppe Cocco, “o direito se torna um débito, e o crédito aparece como solução ilusória do inevitável descompasso entre precarização do trabalhador e um trabalho cuja qualidade depende do acesso aos serviços”⁶⁴. Estas políticas foram herança das experiências laboratoriais realizadas no Chile de Pinochet, consolidadas e difundidas pela América Latina na sua democratização neoliberal, que consistiam ou em facilitar a atuação da iniciativa privada ou em facilitar as condições de solvência das populações mais pobres; quando os estragos causados pelas políticas neoliberais tornavam-se deliberadas e insustentáveis política e socialmente, assistia-se ao surgimento de propostas neo-desenvolvimentistas numa tentativa de recobrar a iniciativa do Estado, mas não passavam de medidas pontuais e compensatórias (Pírez, 2014).

O caso brasileiro é lembrado nesse sentido, em função das políticas de redistribuição de renda e do destaque dado às questões urbanas pelo governo Lula, que criou o Ministério e a Conferência Nacional das Cidades em 2003, logo depois de ganhar as eleições. No entanto, apesar dos investimentos governamentais, a condição das cidades parece ter piorado e, segundo Maricato (2014), a explicação para isso tem origem política: um governo de esquerda, buscando governabilidade, engendrou coalizões que resultaram na entrega da questão da cidade à burguesia nacional representada pelos setores imobiliário e de construção, que passaram a controlar as obras públicas, de infraestrutura urbana à moradia. Por um lado, a taxa de desemprego alcançava melhores patamares, assim como a de crescimento econômico, via indústria automobilística e seus largos

⁶⁴ Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=333>. Acesso em 20 de março de 2014.

subsídios; por outro, a qualidade de vida nas grandes metrópoles piorava, distanciava-se a perspectiva de um transporte coletivo descente, esquecido desde o princípio da era neoliberal, enquanto a enxurrada de mais de 45 milhões de veículos circulando pelo país provoca congestionamentos diários que atingem 3 horas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

E então, toda uma movimentação no sentido de levar a urbanização do asfalto às favelas, e aos cantos da cidade esquecidos pelo mercado e de dar acesso à cidade à população marginalizada, tudo isso foi colocado em suspenso uma vez que o desenvolvimento urbano passou a ser liderado pelo capital, pela especulação, um verdadeiro *regime de acumulação liderado pelas finanças*, à maneira da escola francesa da regulação (Maricato, 2014:22). O resultado deste processo são cidades partidas, com altos índices de desigualdade, violência, péssimos indicadores sociais, fortemente marcadas pela segregação espacial como é o caso de grande parte das metrópoles brasileiras como o caso do Rio de Janeiro, estudado neste trabalho. Este quadro, segundo Maricato (2014), configura uma situação explícita de luta de classes e explica os protestos de junho de 2013:

O se remunera a los capitales – en tres años el metro cuadrado subió en Rio de Janeiro más de 180 %, igual que el alquiler, el precio de las casas, al tiempo que se expulsa población – o se invierte en la reproducción del trabajador: salud, educación, transporte, vivienda, saneamiento...nosotros tenemos epidemias de dengue en las ciudades, y hacemos túneles, estadios, puentes, viaductos, para el coche. (...) Y el problema no se revuelve con la distribución de renta o del salario. Porque más salario no compra el transporte colectivo. No compra una buena localización en la ciudad, porque esto sube. Solo se resuelve con políticas públicas. Reconozco que ha habido distribución de renta, para comprar coches, motos, aparatos domésticos, una televisión mejor (...) pero nadie vive sólo dentro de la casa: vive en la ciudad. (Maricato, 2014:23)

Assim, as cidades latino-americanas têm seguido modelos urbanos voltados para a competitividade via políticas que facilitam os mecanismos de acumulação urbana através da desregulação de fatores institucionais, culturais, sociais e urbanísticos que tendiam a bloqueá-la. São experimentos regulatórios liberais, de acordo com Brenner, Peck e Theodore (2012), ou seja, determinadas ações “realizadas em vários âmbitos da ação do Estado e em suas múltiplas escalas com o poder de impor, intensificar e reproduzir modalidades de políticas e governança urbana focadas na mercantilização da cidade” (Ribeiro, 2013:7). Esses

experimentos não apresentam sua orientação ideológica, sendo encarados e reproduzidos pela sua suposta eficiência na resolução de questões práticas, o acabar por reafirmar gradativa e silenciosamente os ideais neoliberais, quando não estão aliados a programas de governo fundamentados em ideais reformistas de justiça e igualdade social, reativados em diversos países da América Latina na subida das esquerdas ao poder (Ribeiro, 2013). O popular modelo de Parcerias Público-Privadas são um bom exemplo desta contradição que marca o desenvolvimento urbano destas cidades, verdadeiros laboratórios de modelos híbridos e orientações aparentemente paradoxais (Ribeiro, 2013).

Logo, diante do agravamento do sucateamento destas cidades, e das diversas apropriações da crise urbana pelas esferas política, acadêmica e pela grande mídia, trabalhamos com a hipótese, conforme Ribeiro (2013:9), de que estas condições estejam sendo “veículo e mecanismo de construção de consentimento de uma nova rodada de neoliberalização”. Ou seja, assim como quando os porta-vozes do neoliberalismo alegam que o insucesso das medidas neoliberalizantes decorre do fato de que não se liberalizou o suficiente, ou seja, de que o remédio para os efeitos nocivos do neoliberalismo é mais neoliberalismo, acredita-se que a chance das cidades duais está na sua abertura, globalização, através de uma articulação mercadológica entre o ‘local’ e o ‘global’, tendo sempre como meta a imagem da cidade global, central na projeção deste imaginário para a realidade subdesenvolvida. No entanto, os processos contraditórios pelos quais as grandes metrópoles periféricas têm se inserido nessa nova dinâmica globalizante põem à mostra toda a dialética modernização-atraso, sem levar em consideração que

(...) essas mudanças conhecidas por globalização desabam sobre um sistema político que não se modernizou. Pelo contrário, estamos nos referindo a sistemas políticos baseados no patrimonialismo, entendido como o uso pessoal da esfera pública e o exercício da política do favor (ou troca) dominado por uma forte oligarquia nacional. Considere-se, ainda, que essas mudanças desabam sobre uma sociedade que não universalizou os direitos sociais (previdência, saúde, educação) e mantinha grande parte da população na informalidade sem acesso aos direitos trabalhistas. Qual a possibilidade dessa sociedade reverter o rumo do aprofundamento da desigualdade e da pobreza? (...) A desigualdade trazida pela globalização aprofunda e diversifica a desigualdade numa sociedade historicamente e tradicionalmente desigual. Faz muita diferença iniciar o processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos, ao invés de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns (Maricato, 2009).

De fato, há que se admitir que “a questão social latino-americana [e brasileira] se põe, no espaço e no tempo, diferentemente da realidade europeia na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo” (Wanderley *apud* Raichelis 2006:17). Boaventura de Sousa Santos (2002) acredita que, dentre as formas de se inserir no circuito global, cabe à (semi)periferia capitalista apenas o que chamou de *globalismo localizado*, que “consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais” (Santos, 2002:25) e, por que não, hegemônicos. Pode-se pensar nesta como uma leitura revisitada das teorias do sistema mundo que, se expandida para a periferia urbana, sustenta que, “o local é integrado no global pela [via única da] inclusão subalterna”. O contraste e as contradições agudizados pelo processo de globalização neoliberal de restauração do poder de classe a que se referia Harvey (2005) e outros tantos citados no primeiro capítulo estão materializados nos grandes centros urbanos periféricos, nas suas favelas e desigualdades atávicas (Maricato, 2000).

A categoria de cidade-global na periferia e semiperiferia do capitalismo é legitimada, assim, pela existência de um mercado, de uma demanda por determinados serviços e arranjos, desacompanhada, todavia, de um tratamento mais preocupado com relação às dinâmicas e disputas de poder que estão por trás da produção deste novo espaço urbano global (Ferreira, 2003.). Não é difícil verificar que, em grande parte dessas candidatas subdesenvolvidas à categoria de cidade-global, predomina uma outra imagem, nada global, nada glamourizada, tecnológica, ou acessível desta mesma cidade; são todas profundamente marcadas pela pobreza e desigualdade e pela “não-superação dos conflitos herdados da sua formação historicamente excludente” (Ferreira, 2003). Por outro lado, é evidente que essas cidades se abriram ao mundo, a novas tecnologias, às influências dos mercados internacionais, à nova dinâmica econômica – especialmente se vislumbrarmos a forte participação de capitais internacionais em setores como o imobiliário – e carregam esta realidade contraditória materializada na organização do seu espaço (Ferreira, 2003). Dito isso, é preciso problematizar a forma de inserção, os custos da adaptação, se é sustentável ou temporária, que interesses estão sendo atendidos nessa forma de apropriação do espaço urbano, ou ainda, é preciso reconhecer que o fenômeno da cidade-global,

(...) assim como o da globalização, extremamente mais complexo e multifacetado do que a mídia nos quer fazer crer, [...] na realidade dos países subdesenvolvidos, [possa ser] um instrumento para a imposição de uma economia urbana de mercado, que exacerba ainda mais a situação de desigualdade social, precariedade no emprego e segregação espacial (Ferreira, 2003: 6).

É indispensável considerar a possibilidade de haver, por trás da promessa do modelo de cidade-global, como da de globalização, uma construção ideológica, um discurso hegemônico universalista e sedutor de que a cidade deve investir em “ilhas de primeiro-mundo”, se fazer atraente, se ajustar para receber recursos, virar alvo de investimentos, e entrar no circuito internacional, quando na verdade parecem estar em jogo interesses bastante específicos, uma combinação de investidores internacionais, poder público, e elites financeiras e fundiárias, que canalizam recursos em detrimento de demandas manifestamente tão mais urgentes e básicas para o lugar (Ferreira, 2003). Nesse esforço, assiste-se à promoção de concursos públicos de “revitalização urbana”, à candidatura a eventos internacionais de grande visibilidade, à formação de “parcerias” com o setor privado⁶⁵ e a operações policiais estratégicas contra a violência urbana; tudo em nome de uma cidade mais receptiva, vendável⁶⁶, *aberta* (Ferreira, 2003).

3.3 Megaintervenções urbanas via megaeventos esportivos

Em *As Cidades Como Atores Políticos* (1996), Castells e Borja já começam afirmando⁶⁷ que

As grandes cidades *devem* responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e

⁶⁵ “Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade deve funcionar com verdadeira empresa, e como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, e coerentemente, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas. Ao final dos inúmeros eventos para a difusão de suas diretrizes, o Banco Mundial deixava clara a nova mensagem: “o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais” (Urban Partnership & The TWU Urban Division, 1998) (Vainer, 2011:6)

⁶⁶ “vender a cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais...” (Borja; Forn *apud* Vainer 2000a:78).

⁶⁷ E são absolutamente referendados pelo discurso das agências internacionais: “Quando a liberalização do mercado preside o desenvolvimento da economia global e a privatização, e os mercados financeiros se tornam rotina, as cidades necessitam: i) competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; ii) competir na atração de novas indústrias e negócios; iii) ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços; iv) competir na atração de força de trabalho adequadamente qualificada” (World Economic Development Congress & The World Bank, 1998 *apud* Vainer, 2000a:77).

governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado, ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantias à sua população de um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar (Castells; Borja, 1996:155).

Este trecho deixa clara a posição de ator, sujeito, agente em que a cidade vem sendo colocada nesta linha de discurso, tratada como unidade: “as cidades devem responder, ser competitivas, inserir-se...”. Entretanto, para que um projeto coeso e coletivo do porte das intervenções urbanas requeridas pelos imperativos globalizantes possa ser bem recebido pelo público e levado adiante, a percepção ou a sensação da crise urbana é considerada pelos propugnadores dos planos estratégicos como uma condição fundamental (Vainer, 2000). E, eventualmente, o governo deve através, principalmente, de obras e serviços visíveis (Castells; Borja, 1996, p. 160), fazer a transição entre a consciência de crise, passageira, para uma consciência cívica, para o patriotismo, este sim permanente, que agrega à cidade-empresa a cidade-pátria; o interessante é que “a unidade que se pressupunha no discurso unitário sobre a cidade é a unidade que se pretende construir”, um paradoxo altamente ideologizado, apontado por Vainer (2000).

De todas as cidades que foram bem sucedidas na consolidação do seu Plano Estratégico, não obstante a origem norte-americana da matriz do planejamento estratégico empresarial e de sua aplicação na cidade, contemporaneamente exportada mundo afora, especialmente para a América Latina, Barcelona transformou-se num grande paradigma provavelmente em função do “ingrediente indispensável e muito bem explorado: o marketing que as Olimpíadas de 92 propiciaram” (Arantes, 2000:52). Este parece ter sido um fator determinante para a produção de consensos em torno do seu plano estratégico e para contornar a situação de crise em que parecia se encontrar⁶⁸ (Castells; Borja, 1996). Centrou-se na autopromoção publicitária, na potencialização das características que identificassem as vantagens do lugar, na exploração do seu capital simbólico, na construção, com a ajuda de um poderoso *city marketing*, de

⁶⁸ “Na velocidade da mudança intervém uma diversidade de fatores, tais como: uma consciência aguda de crise urbana, compartilhada pelos principais atores públicos e privados. A degradação do centro histórico e a congestão do centro moderno eram processos muito visíveis e que afetavam negativamente os principais atores e a maioria dos cidadãos. A debilidade da infraestrutura urbana [...] era sentida tanto pelos agentes profissionais e empresariais como pelos residentes ou usuários da cidade. Nos bairros populares e de classe média se desenvolveu uma forte demanda social reivindicativa, que requeria respostas imediatas no novo contexto democrático” (Borja, 1995 *apud* Vainer, 2000a:92).

uma imagem forte e positiva através da ‘marca Barcelona’, para então se conquistar uma “inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais” (Arantes, 2000:54). Tudo isso é essencial para a fabricação dos consensos, para a mobilização da opinião pública, de modo que os cidadãos tenham a impressão de estarem participando do redesenvolvimento da sua cidade, de se tratar de uma ação conjunta, concertada (2000:56). Assim seria formado o que Borja e Castells (1996:157) chamaram de “espaço simbiótico (poder político-sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior)”, embora possa se dizer que a população tenha ficado praticamente de fora do processo, como corrobora sua tímida participação na fase de elaboração, e a exclusão dos grupos de renda baixa nos planos de moradia (Arantes, 2000). Assim, a partir do exemplo de Barcelona, os Megaeventos teriam passado a fazer parte da receita para o sucesso das cidades com ambições globais, por isso tanto se investe nas campanhas oficiais para que sejam sediados pelos países ditos emergentes como um atalho à entrada para o grande circuito global de acumulação (Arantes, 2000).

Embora a análise de Mascarenhas (2013) volte-se para o olimpismo, pode-se afirmar que o movimento desportivo em geral acompanhou a virada para a neoliberalização e, a partir de 1980, firmou uma aliança com o grande capital e com a grande mídia e, levando em conta o seu poder de intervenção no espaço urbano, a mobilização de recursos financeiros e humanos em torno dos seus eventos, é natural que tenha nascido também uma articulação entre o ‘grande esporte’, ou o ‘esporte-espetáculo’, por assim dizer, e o novo planejamento urbano. E, por conta dos desastres político-econômicos que vinham acometendo os Jogos Olímpicos numa sequência de grandes boicotes – o de Montreal (1976), o de Moscou (1980) e o de Los Angeles (1984) Seul (1988) –, o modelo de Barcelona 1992, combinando resultados econômicos com sucesso sócio-político, serviu como exemplo de um urbanismo desportivo que tem “apelo ao mercado além de todas as peculiaridades locais, mas sem dúvida alguma corresponde a uma experiência significativa de desenvolvimento urbano fundado em algumas preocupações sociais e de integração do espaço urbano” que, quando “comparado à lamentável experiência em curso no Rio de Janeiro”, a despeito da supervisão catalã, mostra que “a apropriação do modelo esbarrou nos limites de nossa

precária cidadania e nas muralhas de nosso ainda selvagem capitalismo” (Mascarenhas, 2013:67).

Pela capacidade de atrair investimentos maciços e impactar o espaço urbano num ‘complexo concerto logístico’, por tratar-se de um evento global, de parâmetros internacionais e envolver capital estrangeiro e a articulação entre diversas instituições e agentes, pela ampla coalizão política que põem em movimento, os Megaeventos conectam-se imediatamente com temas tais como a “globalização e guerra dos lugares, movimentos sociais e territorialidades, cidadania e gestão urbana, city marketing” (Mascarenhas, 2013:2)

A produtividade e a competitividade como parâmetros orientadores das políticas urbanas são sintomáticos da chegada à cidade das macro transformações ocorridas no sistema capitalista (Mascarenhas, 2007). A matriz do planejamento urbano, até a década de 1970, era dominada pela vertente modernista-funcionalista, estruturada em torno de um Estado onipresente, centralista e interventor, que, do alto do seu racionalismo, planejava e ocupava o espaço urbano pensando a cidade como um todo, um bloco funcional e coeso. Quando veio a virada neoliberal e o fazer política de um modo geral viu-se sob a influência uniformizante dos valores mercadológicos, no nível macro, o fordismo deu lugar à acumulação flexível, e no micro, a política urbana passou a orientar-se pelo chamado planejamento estratégico, caracterizado pela fragmentação do espaço urbano, por intervenções *ad hoc*, e por uma lógica de desenvolvimento via Grandes Projetos (em oposição aos Planos Diretores modernistas), em que a monumentalidade e a projeção da imagem estão sempre presentes (Mascarenhas, 2007).

Se o movimento olímpico e das competições esportivas de uma forma geral era movido, principalmente, pelo simbolismo envolvido na exaltação dos Estados nacionais, ao cair nas malhas da globalização financeira, transformou-se num poderoso canalizador de fluxos financeiros e megaprojetos urbanos (Mascarenhas, 2007). Basta pensar que, antes da mercadorização do esporte, os únicos eventos esportivos de monta realizados até então no Brasil, a Copa de 1950, Jogos Pan-americanos de São Paulo (1963), deixaram de legado apenas o Maracanã, no Rio de Janeiro, e a Vila Olímpica, incorporada posteriormente à Universidade de São Paulo (Biazzi, 2010). Hoje, apesar do peso do discurso da importância de sediar um evento deste porte para a economia local e do país,

ainda se usa a ideia de utopia, progresso, harmonia entre os povos e, sobretudo, de patriotismo aproveitando a mobilização de bilhões de espectadores e as atenções planetárias voltadas para uma determinada região. Esta é uma oportunidade sem tamanho na competição das cidades pela atração de capital, o que explica a energia despendida nas campanhas para a disputa da sede.

Na perspectiva crítica presente na leitura de Arantes (2000), embora o modelo e o agressivo aparato ideológico-cultural que o acompanha procurem esconder a sua base real, os mais novos atores sociais complexos, as cidades, teriam sido transformadas em “balcões de negócios a disputar a nuvem financeira e as hordas de turistas que circulam pelo mundo” (Arantes, 2002:58)⁶⁹. Fala-se na

(...) convergência entre governantes, burocratas e urbanistas em torno de uma espécie de teorema-padrão que prega que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização, e isto a cada oportunidade de renovação urbana que se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada” (Arantes, 2000:13).

E tudo isto aconteceria num contexto de *generalized bargaining*, em que tudo adquire um valor de troca, tudo está à venda, uma forma de integração social típica do neoliberalismo. No caso, a mercadoria à venda é a cidade, ou melhor, uma imagem da cidade, e todos os outros valores simbólicos que podem ser capitalizados. Os processos de gentrificação, vulgarmente conhecidos como processos de “revitalização urbana”, tem justamente o papel de promover e construir novas imagens, o através de uma agressiva política de *image-making*, de promover o “reencontro glamoroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital”(2000:14).

Assim, descoberto o ‘negócio das imagens’ pelos governantes e investidores como nova fronteira de acumulação, imperou o que Arantes chamou de inchaço cultural, pode-se dizer que o planejamento estratégico consiste, assim, sobretudo, num empreendimento de comunicação e promoção. Tratar-se-ia de um modelo espelhado na matriz americana de gestão urbana empresarial, cuja

⁶⁹ Um ótimo exemplo desta desmesura está contido na afirmação do então Presidente da Assembleia Legislativa do RJ (Alerj), Jorge Picciani (PMDB), em 2010: “Não se pode, a qualquer custo, abrir uma CPI [dos transportes] num momento em que o Rio vai recepcionar uma Copa do Mundo e as Olimpíadas. Os investidores não podem se sentir inseguros. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/presidente-da-alerj-veta-cpis-para-investigar-metro-trem-agencia-reguladora-dos-transportes-3057496#ixzz3AaUsmCWJ>. Acesso em 23 de maio de 2014.

disseminação pelo mundo representaria, para a autora, “mais um dos efeitos da hegemonia dos Estados Unidos no mundo dito globalizado” (2000:20). Começou nos Estados Unidos a ser gestada e posta em prática a idéia de que as cidades eram máquinas de produzir riquezas; e para isso o planejamento estratégico deveria estar orientado, transformando o planejador em empreendedor, desmontando de vez o braço urbano do Estado de bem-estar social, acusado de ser o culpado pela degradação vivida na década de 1970 pelos grandes centros. A “revitalização urbana”, sustentada quase sempre pelas parcerias público-privadas era, assim, a receita americana para o sucesso. Toda a “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade” não demonstravam ter, no entanto, qualquer repercussão nos déficits sociais (Arantes, 2000:23). À medida que a nova elite financeira dominava a cidade, utilizando o discurso economicista pró-crescimento para angariar apoio público e verbas, a intervenção urbana ficava cada vez mais restrita à produção de locais de sucesso, cada vez mais comercial (Hall *apud* Arantes, 2000).

Arantes (2000) chama atenção para o elemento novo numa relação antiga entre a configuração espacial urbana e a reprodução do capital, isto é, ainda que as cidades tenham desde sempre desempenhado um papel importante na acumulação capitalista, se antes eram *locus* de produção de mercadoria, nisto que podemos chamar de atual fase do capitalismo a mercadoria é a própria cidade. Dada a coalização de interesses em torno da reconstrução da cidade, e a concorrência com as cidades adversárias, é preciso investir na fabricação de consensos, ideologias, mas, principalmente, na consolidação do senso comum econômico, que legitima o crescimento a qualquer custo como meta:

No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos "movimentos urbanos": incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais. Com a retomada da hegemonia americana, vulgarmente conhecida como "globalização", o modelo máquina-de-crescimento generalizou-se sob pretexto de responder às mesmas pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, na verdade atendendo aos imperativos (políticos) da cultura anglo-saxônica dos negócios, a ponto de converter num dado natural a convicção de que as cidades devem ser geridas não "like business", mas antes "for business" (Arantes, 2000:27)

Arantes defende, assim que todo aprimoramento ou requalificação locais traduzem-se em transferência de riqueza e oportunidades do público em geral para os grupos privilegiados da sociedade, aqueles que podem escolher onde viver e trabalhar, podendo, portanto, usufruir dessas melhoras, sempre protegidas pelo argumento de que todo aprimoramento coletivo é bem-vindo, ainda que se mal distribuído pela cidade, concentrado em determinadas áreas. O fato é que sem o elemento cultural, acredita-se não ser mais possível a produção dos consensos, afinal a máquina de crescimento é uma máquina ideológica⁷⁰. Além do mais, a cultura parecia ser cada vez mais um poderoso meio de controle urbano, aos olhos dos interessados em preservar sua posição. E a ideologia acionada seria uma só, a mesma em todos os lugares em que o modelo chegou, a ideologia do mercado, dos negócios, assim como os atores são os mesmos por trás destas intervenções – as grandes corporações –, o que acaba por criar uma mesma paisagem em localizações diversas⁷¹.

A cidade que for bem-sucedida na aplicação da receita, vale dizer, que conseguir configurar-se de maneira a viabilizar a valorização patrimonial e expandir as oportunidades econômicas, será protagonista da cena mundial (Arantes, 2000). A autora pleiteia bastante explicitamente que todo esse novo vocabulário da revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, renascença, servem para esconder o sentido original, a verdadeira natureza do processo, que é de invasão e reconquista do espaço da cidade pelas camadas afluentes. Logo, o planejamento dito estratégico seria mais um eufemismo para gentrificação, que consiste numa “resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e consequente desinvestimento de áreas urbanas significativas”⁷². numa elitização do espaço urbano em favor da valorização

⁷⁰ “Era justamente isso que Guy Débord queria dizer quando profeticamente anunciou que a cultura seria a “mercadoria vedete” na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel. A seu ver, a alienação humana chegaria então ao seu grau máximo” (Arantes, 2000:47)

⁷¹ Como mostra o estudo de Sharon Zukin em cima da *landscape* comum a Londres e Nova York; ambas passaram por um redesenvolvimento das áreas centrais coordenado pelas mesmas instituições financeiras, megaincorporadoras, escritórios e multinacionais (cf. Arantes, 2000:29)

⁷² “O mais conhecido e reprisado modelo desta associação hegemônica entre especuladores, políticos e urban imagineers não por acaso encontra-se em Nova York, no processo de gentrificação do SoHo, inicialmente através do incentivo à reciclagem dos lofts pela comunidade local de artistas – essa a novidade na articulação de capital e cultura na remodelagem da cidade (...). [P]ela primeira vez de modo exemplar, a partir dos anos 1970, reabilitava-se a área por uma

imobiliária (Bienenstein, 2001:83). A nova imagem construída da cidade-espetáculo é, portanto, um monólogo; “a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica na qual parte dela, a “cidade” da elite, toma o lugar do todo” (Maricato, 2000).

Essa é a cidade que Neil Smith (2005) chamou de revanchista, no sentido de ter havido uma revanche generalizada do Capital, seja contra trabalhadores precarizados, imigrantes, sem-teto, ou qualquer grupo que ameaçasse a paz dos insurgentes, sob a forma das gentrificações como uma reação aos anos de 1980, sobretudo à deterioração urbana decorrente do desmantelamento das estruturas do estado de bem-estar social. O resultado é a intensificação da guerra social contemporânea, fazendo emergir o que Arantes (2000) chamou de Estado penal, conformado por uma espécie de novo senso comum que criminaliza a pobreza e normaliza o trabalho precário, e por um considerável esquema de segurança privada, que acompanha este quadro de ascensão da cidade-empresa neoliberal. Os exemplos estão por todas as cidades que de alguma maneira entraram no circuito global: “não há dispositivo de segurança que não passe então a representar alguma força civilizatória, como a “tolerância zero” do prefeito Giuliani, para dar o exemplo mais corrente: assim, segundo o atual administrador de Nova York, “numa cidade civilizada, as ruas não são lugar para dormir, as pessoas devem usar quartos” (Arantes, 2000:37)

Quanto ao impacto deste discurso nos países subdesenvolvidos, com características gritantemente diferentes, a começar pela grande heterogeneidade social, Arantes (2000) questiona se, dadas as condições atávicas de desigualdade sócio-econômica próprias do subdesenvolvimento, poderia, então, a administração da cidade agir apenas como agente de negócios, se atirando na competição interurbana e na implementação do receituário padrão desacompanhado de qualquer política social compensatória (sim, porque, dado que os investimentos são recurso escasso, o jogo é de soma zero, logo haverá perdedores). Seria

operação “concertada” (como dirão os ideólogos catalães) de requalificação dos espaços desativados das velhas manufaturas, convertidos em galerias ou mesmo residências de artistas, boutiques, restaurantes ditos sofisticados etc., e conseqüente migração forçada dos antigos moradores e reconversão dos raros proprietários remanescentes, travestidos de intermediários de altos negócios imobiliários. Novos padrões de gosto e consumo difundiam a sensação reconfortante de que uma vida de artista, desta vez reconciliada com a sociedade, podia ser o apanágio de uma nova vanguarda da burguesia – é claro que o conjunto movido a transgressões sistemáticas da legislação coma mal disfarçada aquiescência da administração local” (Arantes, 2000:32)

possível equilibrar, neste quadro impositivo e neoliberalizante, crescimento com justiça social? A este respeito, a autora coloca muito bem que:

(...) alguns dos proponentes dessa nova fórmula para as cidades, embora reconheçam "buracos negros" na globalização, os apresentam como "patologias" que (como o próprio nome indica) sugerem uma normalidade possível, desde que se encontre a boa "articulação" (outra palavra mágica) entre poder local, empresas e entidades da tão celebrada sociedade civil". Afinal o capitalismo é suficientemente dinâmico, conforme se alardeia, e se mostra tão flexível, que até mesmo a polarização entre integrados e excluídos é ela mesma dinâmica - hoje de um lado, amanhã do outro. Ora, a impressão que se tem é que, apesar da nova fraseologia interativa, estamos diante da reposição da armadilha clássica do subdesenvolvimento (ou seja, da modernização sem desenvolvimento, isto é, sem homogeneização social), a velha dualidade brasileira, elevada aliás agora à paradigma da polarização mundializada (Arantes, 2000:69)

Afinal de contas, se tomarmos por premissa que o comando das cadeias produtivas globais fabrica e reproduz o poder espacialmente concentrado, cujas expressões material e simbólica se encontram na existência de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, justamente porque dele precisam, a ambição dos novos Grandes Projetos Urbanos de promover "articulação" e crescimento deve ser devidamente enquadrada (Arantes, 2000, p.70). Assim,

(...) este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. Subjacente ao exercício analítico está a intenção de discutir se, e até que ponto, é aceitável a postulação dos propugnadores do planejamento estratégico urbano de que sua adoção seria o único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais (Vainer, 2000:78)

Arantes (2000) capta muito bem a dimensão cultural que sustenta toda essa nova economia de um modo geral, e especificamente tratando-se do palco cidadão, quando fala do "negócio das imagens como nova fronteira de acumulação e dinheiro", de um verdadeiro "culturalismo de mercado". Por isso os megaeventos esportivos constituem a síntese de um processo diante do qual

(...) a "questão fundamental [passa a ser] a verificação da confluência entre dois campos emergentes no cenário neoliberal contemporâneo: a nova economia do esporte [e do espetáculo] e o novo paradigma de planejamento e gestão [empresarial] das cidades" (Mascarenhas, 2007:2).

Não é à toa que nas cláusulas de exigência da FIFA, a questão das imagens foi protagonista: desde o “patenteamento temporário” de símbolos associados à Copa, até o monopólio de captação e transmissão de imagem. De fato, os megaeventos detêm um ‘inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizados’ (Mascarenhas, 2007). Dado que se trata de dotar as cidades não só de instalações desportivas específicas conforme os padrões internacionais, como de criar a infraestrutura necessária para receber os atletas, membros dos comitês, imprensa, turistas, através de intervenções urbanísticas que vão dos transportes às acomodações, e levando em conta toda a sociabilidade, as relações e hierarquias que são acionadas, não restam dúvidas de que está se falando de um ‘conjunto de processos sociais que se dão no espaço’ – a definição de Harvey (1989) para urbanização (Mascarenhas, 2007).

4. Rio de Janeiro, a grande síntese

A despeito da importância do “equilíbrio harmônico entre a integração social e as condições de produtividade”, da ancoragem nos cidadãos para se poder “navegar nos circuitos globais” e do papel das políticas urbanas na reversão da fragmentação de sentido e da configuração espacial da cidade sob uma cultura dominante de mercado, que só faz amplificar sua patente desunidade (Castells; Borja, 1997:33),

The revitalization of urban life and of the city (...) is becoming the most salient selling device for private residential development. In principle, support for the vitality of public space is still a major trend. I say only in principle, because the commercial pressures and the globalisation of tourism and business travel are mimicking urban life in many cities rather than actually rebuilding urban space (...). Ultimately it is the next best thing to being projected in the media and then **selling the city** (...); it is a consequence of the commercialisation of public space (Castells, 2002:551 – grifo nosso).

Posto isso, para avaliar o caso do Rio de Janeiro, admite-se como premissa: i) a nova lógica especulativa de intervenção no espaço urbano que tem caracterizado o neoliberalismo; ii) as condições político-institucionais, físico-materiais e administrativas presentes no Rio de Janeiro, enquanto capital de um país que ainda carrega as marcas do subdesenvolvimento – em números: a despeito de ser o 7º maior PIB do mundo, segundo o *ranking* do FMI do final de 2013, é o país com a segunda pior distribuição de renda, de acordo com o *ranking* da OCDE do mesmo ano⁷³. Além disso, sabe-se que o Rio de Janeiro está engajado em um sem-número de obras sob o pretexto de preparar a cidade para os Megaeventos esportivos que a cidade sediou, como a Copa do Mundo, e que ainda sediará, como é o caso dos Jogos Olímpicos de 2014. Nesse contexto, parece

⁷³ A desigualdade no Rio: “Entre 2000 e 2010, a participação dos 10% mais ricos no total da renda do estado subiu 1%, ou seja, houve maior concentração da renda. No mesmo período, a participação dos 20% mais pobres cresceu apenas 14,7%, um crescimento modesto quando comparado com o do Brasil”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/desigualdade-preocupante-6690.html>. Acesso em 11 de junho de 2014.

caber a pergunta: “estamos assistindo a um projeto de *city marketing* ou de desenvolvimento urbano”⁷⁴?

Vem se fazendo uma campanha intensa a respeito das oportunidades de desenvolvimento e visibilidade internacional que advirão da realização destes eventos internacionais que a cidade do Rio de Janeiro ganhou o direito de sediar, especialmente em uma cidade que sofre com enormes gargalos em infraestrutura urbana. Contudo, na universalização característica de todo ‘grande discurso’, não fica claro “a que está se referindo, para quem o desenvolvimento, em direção a quê e quais são os atores que estão construindo este projeto”, além de não se abordar concretamente a possibilidade de impactos negativos, quando há exemplos na história recente de que a estrada para o suposto desenvolvimento urbano pode não levar necessariamente a resultados positivos – haja vista o fracasso de Atenas –, de modo que uma problematização dos fenômenos em curso faz-se imprescindível, começando pela desnaturalização de conceitos como o de legados, que “não podem ser vistos como uma panaceia para problemas econômicos e sociais, embora sejam uma parte significativa da experiência contemporânea” (Tavares, 2011:30). Deve haver, no que concerne à noção de desenvolvimento, um reconhecimento da diferença entre o discurso que representa os movimentos de resistência da sociedade civil, e o oficial, emitido por entidades como a ONU, governos locais, e grandes empresas, alinhadas, por trás dos quais estão projetos acompanhados de um enorme receituário que ensina a se chegar num determinado lugar considerado desejável dentro das concepções culturais, sociais e político-econômicas de hoje, numa linha “novo-desenvolvimentista”⁷⁵ (Sánchez, 2010), mais uma vez, as “idéias fora do lugar” (Maricato, 2000). Afinal, como uma vez Marco Polo alertou o imperador dos tártaros, “jamais deve se confundir uma cidade com o discurso que a descreve”⁷⁶. Porém, por tratar-se de eventos com “uma importância simbólica, que têm um apelo nacionalista, (...) cria-se uma espécie de blindagem, como se para fazer isto acontecer valesse tudo” (Rolnik *apud* Tavares, 2011:31), pontos cegos da idealização (Conde *apud*

⁷⁴ Do relato do jornalista caboverdeano, disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article83478>. Acesso em 17 de julho de 2013.

⁷⁵ No sentido de partir também de uma importação de um modelo, de um receituário, no caso do desenvolvimento, em busca do crescimento econômico como solução para o atraso, na década de 1950, 1960.

⁷⁶ Citação extraída de *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, página 27. Disponível em: <http://moodle.up.pt/pluginfile.php/21840/course/section/5603/italo-calvino-as-cidades-invisiveis.pdf>. Acesso em 2 de setembro de 2013.

Tavares, 2011), enquanto que os projetos dos megaeventos têm demonstrado agudizar as condições de desigualdade que já marcam as grandes cidades subdesenvolvidas em que se realizam, principalmente através dos deslocamentos compulsórios, afastando grande parte da população carente das obras de melhoria (Sánchez, 2010).

Vale lembrar, num pequeno parêntese, que esta situação não deixa de ser familiar ao Rio de Janeiro. No início do século XX, em nome dos ideais do modernismo, a capital passou pelas reformas de Pereira Passos, inspiradas pelos moldes das cidades européias, particularmente a Paris de Haussman. Entretanto, a execução do plano urbanístico implicou altos custos sociais, ao demolir os cortiços que encontravam-se no caminho das largas avenidas do progresso. Novamente, um século mais tarde, nos Jogos Pan Americanos de 2007, sediados pelo Rio de Janeiro, prevaleceu a estratégia elitista de concentrar o evento em áreas valorizadas da cidade, ou em valorizar e elitizar outras, a fim de transmitir para o mundo uma imagem civilizada (Sánchez, 2010), uma história que parece fadada a se repetir, pelas preparações para os próximos eventos:

O projeto para os Jogos 2016 e a chamada “conquista” do Rio de Janeiro para sediar a Olimpíada foi o desenlace de um longo processo no qual vem se afirmando uma concepção de cidade e portanto de políticas urbanas profundamente influenciadas pelo pensamento neoliberal. Ao estimular a reinvenção da cidade e sua nova inscrição mundial pela via dos megaeventos e dos grandes projetos urbanos, este modelo de cidade e seu urbanismo de resultados têm contribuído para potencializar a desigualdade (Sánchez, 2010).

Voltemos, então, à origem, àquilo que veio formalizar a hegemonia do marco ideológico-regulatório neoliberal⁷⁷ na cidade, de acordo com o relato de Vainer (2000b): o primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e do hemisfério sul. A história de sua implementação começa em 1993, quando é firmado um acordo com a finalidade de promovê-lo entre a prefeitura – à época, sob o mandato de César Maia – a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação de

⁷⁷ “No nível mais geral, conceituamos neoliberalização como uma dentre várias tendências de mudança regulatória que foram desencadeadas no sistema capitalista global desde a década de 1970: prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios; esforça-se para intensificar a comodificação em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros” (Brenner, Peck, Theodore, 2012:18). Complementando, “neoliberalism exists in a self-contradictory way as a form of “metaregulation”, a rule system that paradoxically defines itself as a form of antiregulation” (Peck; Tickell, 2002:400).

Indústrias (FIRJAN)⁷⁸. No ano seguinte, instalava-se o Conselho da Cidade formava-se um consórcio entre 46 empresas e associações empresariais⁷⁹ com o objetivo de angariar recursos para, entre outras atividades relacionadas ao Plano, contratar a consultoria que viria a executá-lo, a catalã TUBSA, presidida por Borja – um dos autores do manifesto urbano Local y Global.

Assim, a estrutura do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) era composta pelo consórcio, pelo conselho da cidade, e ainda por um comitê executivo e um conselho diretor. A sociedade civil estava presente apenas simbolicamente, e de forma bastante heterogênea, no Conselho da Cidade, uma vez que as avaliações técnicas e as deliberações ficavam nas mãos dos empresários, homens políticos, secretários e entendidos do assunto do conselho diretor e do comitê executivo. No ano de 1995, o diagnóstico de crise foi formalizado pelo PECRJ e suas instâncias, e foi dada a largada na batalha contra a decadência a partir da exaltação das vantagens comparativas e potencialidades que a cidade do Rio de Janeiro tinha a oferecer diante da competição, para se tornar uma cidade global, de acordo com a metodologia do pensamento estratégico importada da *Harvard Business School* – SWOT: *Strengthnesses, Weaknesses, Opportunities and Threats*. Foram identificados, no diagnóstico do Rio de Janeiro, 180 pontos fortes e 193 pontos fracos, em cima dos quais seriam desenvolvidas as linhas estratégicas, que nem sequer passaram pelas mãos “da sociedade civil”, ali representada pelo Conselho da Cidade, considerada a instância maior do Plano. Qualquer esboço de contestação, contrapropostas e articulação popular foram se esvaziando gradualmente diante da inflexibilidade dos prazos e da metodologia.

A cidade não estava em debate, posto que já estava ganha; a despeito do alarde, o plano estratégico revelou-se uma “bem orquestrada farsa com o objetivo de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade” (Vainer, 2000b:115). Ao invés de serem discutidos, os termos da questão urbana

⁷⁸ “O poder de organizar os espaços advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais (...) Temos que olhar para a formação de coalizões políticas e alianças de classe como base para qualquer tipo de empresariamento urbano. O ativismo cívico tem sido frequentemente prerrogativa das câmaras de comércio locais, um convênio de financistas locais, de industriais e comerciantes, ou de alguma “mesa redonda” de lideranças empresariais e incorporadores imobiliários” (Harvey, 1996:52).

⁷⁹ Cabe aqui a discriminação das 46 escolhidas, por ser um tanto reveladora do projeto de cidade e dos interesses estratégicos em jogo: “5 bancos, 4 empresas imobiliárias e de obras públicas, 10 shoppings centers, 4 empresas estatais federais (Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, e Embratel), o Sindicato de Empresas de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro, a Associação de Hotéis e Turismo, jornal O Globo” (Vainer, 2000b:105).

por trás da crise da cidade – esta, sim, deliberadamente aproveitada sem, no entanto, ter seus motivos analisados efetivamente – foram determinados por empresários e políticos⁸⁰, numa afirmação da supremacia dos valores do mercado e dos interesses individuais sobre o coletivo da sociedade. Vale lembrar que o terreno encontrado era bastante fértil para a germinação tanto do ideário liberal, que já se alojava no Estado com as reformas econômicas e o plano de estabilização da moeda em curso, como do próprio planejamento estratégico como nova forma de gestão de cidades desde 1992, com a experiência de Barcelona (Lima Jr, 2003). Diante desta vitória, o clima era de comemoração:

Viva a Associação Comercial e a Federação das Indústrias, que tomaram tão entusiasmamente a iniciativa de recuperar a cidade! Viva o empresariado consciente, que assume sua responsabilidade social! Viva o prefeito! Viva o candidato à sucessão do prefeito! Viva a parceria público-privada! Viva Barcelona! E viva o Rio de Janeiro, que continua lindo!” (Vainer, 2000b:113).

A imagem de uma cidade em crise – com “mais de quinze anos de estagnação econômica, aumento da criminalidade e da degradação ambiental nos anos 1970 e 1980”, nos termos do relatório do Banco Mundial de 1999⁸¹ sobre a cidade do Rio – a ser resgata pelos seus cidadãos, unidos, promovida efusivamente pelos meios de comunicação de massa e pelos discursos oficiais possibilitou que se forjasse, em meio a uma escancarada desigualdade, uma experiência urbana compartilhada⁸², junto à sua desejada superação (Vainer, 2000b).

Tudo isso se deu na contramão de uma agenda de reforma urbana que identificava as questões sociais às questões urbanas, que parecia estar num caminho de afirmação. Foi avançada pelo Plano Diretor Decenal de 1992 na forma de lei complementar e com execução prevista para um prazo de dez anos,

⁸⁰ A estreita e suspeita relação de longa data entre a esfera pública do Rio de Janeiro e a iniciativa privada pode ser vislumbrada pela ativa participação das chamadas “quatro irmãs” da construção civil – Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez –, tanto no investimento de quase 500 milhões para o financiamento de campanhas eleitorais nos últimos 10 anos, especialmente o PMDB, quanto nos 10 maiores investimentos relacionados à Copa e às Olimpíadas, conforme mostra o artigo: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>; <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>. Acesso em 17 de maio de 2014.

⁸¹ Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/1999/06/439872/rio-de-janeiro-city-study-vol-1-2-policy-report>. Acesso em 17 de maio de 2014.

⁸² “Estamos unidos porque somos todos, igualmente, apesar de nossas diferenças, vítimas da crise da cidade, mas também porque somos todos, solidariamente, responsáveis por esta crise (...) Homens morais de todos os condomínios, bairros, favelas e cortiços, uni-vos! (Vainer, 2000b:117)

calcado na “participação popular na gestão da cidade”, na proteção dos patrimônios ambiental e cultural, na preservação da função social da cidade e da propriedade urbana, no controle público sobre o uso do solo urbano, no direito social à moradia, na “total prioridade ao transporte público de alta capacidade”; na “justa distribuição de infra-estrutura e serviços urbanos”, no estímulo à defesa dos “interesses coletivos, reforçando o sentimento de cidadania e proporcionando o reencontro do habitante com a Cidade”⁸³. Depois estas diretrizes foram reforçadas com a criação do Estatuto das Cidades (2001), do Ministério das Cidades (2003) e a implantação dos Conselhos das Cidades (2003)” (Santos *apud* Silva 2012:2).

Pode-se dizer que estávamos “diante de um processo de construção de uma nova hegemonia urbana, do qual o PECRJ faz parte” (Vainer, 2000b:118), de uma cidade neoliberal, que foi se implementando gradualmente, começando pela aprovação do PECRJ, seguida da candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004. A primeira grande tentativa de conferir expressão física significativa a este projeto, mesmo que imbuída de uma agressiva estratégia de marketing urbano e de mobilização social, não saiu como o esperado, uma vez que a sede ficou com Atenas, e dali em diante passou-se a perseguir oportunidades de sediar eventos internacionais, particularmente aqueles que exaltassem a “vocação esportiva da cidade” (Ribeiro, 2009:173). Alguns anos mais tarde, a realização do Pan-2007 apresentou-se como possibilidade única de, finalmente, espacializar o ideal de cidade em estruturação assim como o novo paradigma de planejamento urbano, através da combinação de parceiras público-privadas e intervenções pontuais na cidade, grandes projetos urbanos em geral em áreas com grande potencial de valorização imobiliária, como a Barra da Tijuca no caso do Pan.

Os frutos desta experiência foram absolutamente consistentes com os interesses de seus idealizadores e executores do plano estratégico: os homens de negócio negociaram a cidade, fizeram das vantagens econômicas o eixo em torno do qual giravam acordos e projetos, sempre apoiados na retórica de projeção mundial da imagem urbana, na medida em que, como todo discurso hegemônico que se preze, o interesse de uns   universalizado como o de todos (Mascarenhas, 2007). Ali ficou consolidado um modelo excludente e segregador, em que os investimentos são espacialmente concentrados em áreas socialmente privilegiadas.

⁸³ Disponível em: <http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/287415/lei-complementar-16-92>. Acesso em 23 de maio de 2014.

Novamente, os interesses empresariais, com a conivência, ou melhor, em parceria com o poder público, desenham a cidade a seu favor (Mascarenhas, 2007).

Desconsiderando frontalmente os instrumentos urbanísticos progressistas instituídos anos antes como é o caso do Estatuto da Cidade, não houve no Pan uma abordagem integradora da cidade que tenha possibilitado ou introduzido o desenvolvimento sócio-espacial⁸⁴, ou mesmo incentivado o desenvolvimento do aspecto sócio-educativo do esporte nas comunidades, em se tratando de um evento esportivo e da suposta “vocação esportiva da cidade” (Silva, 2010). Um exemplo que ilustra a natureza neoliberal do projeto com um todo é o da Vila do Pan, construída com recursos públicos, mais especificamente com o Fundo de Amparo ao Trabalhador, levando em conta apenas critérios mercadológicos, isto é, o potencial imobiliário do local (Barra da Tijuca), e um perfil arquitetônico voltado para as classes média e média-alta. Considerado um sucesso imobiliário na época, com 95% das unidades vendidas rapidamente, mesmo com preços acima dos de mercado para a região, o local, construído às pressas sobre o terreno arenoso de Jacarepaguá, não demorou a apresentar problemas sérios de fundação, como o afundamento de ruas, além de sua estrutura não corresponder à propaganda, que prometia um shopping center e uma quadra esportiva inexistentes. Apesar da coleção de processos de moradores insatisfeitos com as condições apresentadas, de pendências da construtora diante do TCU por suspeita de superfaturamento, da desocupação de quase 50% e dos leilões de centenas de apartamentos em estado de abandono, ainda assim os ganhos econômicos para o mercado imobiliário foram longe de desprezíveis: imóveis leiloados numa faixa de preço de 148 a 486 mil reais, em 2013 já alcançavam o patamar dos 700 mil⁸⁵.

Como este, outros tantos empreendimentos seguiram a mesma lógica especulativa, para atender aos interesses de empreiteiras, grandes redes hoteleiras,

⁸⁴ Como consta nas resoluções da Primeira Conferência das Cidades, realizada, em 2003, pelo recém criado Ministério das Cidades: “o direito à moradia digna, à terra urbanizada, ao saneamento ambiental, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infra-estrutura e aos serviços e equipamentos urbanos de qualidade, além de meios de geração de renda e acesso à educação, saúde, informação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, trabalho e participação” (PNDU, MCIDADES, 2003). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cidades/deliberacoes_1_conferencia_cidades.pdf. Acesso em 14 de maio de 2014.

⁸⁵ Ver mais em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3626&sid=13&tpl=printerview>; <http://blogdojuca.uol.com.br/2011/02/o-legado-do-pan-2007/>; <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2013/05/legado-do-pan-na-vila-do-pan-problemas-nao-impedem-valorizacao.html>. Acesso em 2 de março de 2014.

investidores e os políticos que, munidos de instrumentos burocrático-legais, possibilitaram o processo. A falta de diálogo e transparência também marcaram os gastos e as remoções, cujo caráter autoritário e transgressor dos direitos humanos já se fazia presente. A desfiguração de patrimônios histórico-culturais desportivos da cidade também foi uma característica já no Pan de 2007, como foi o caso do Estádio de Remo da Lagoa⁸⁶, um logradouro público do estado, destinado ao esporte e ao uso social, foi cedido sem licitação à iniciativa privada para ser transformado num complexo de cinema e shopping center (Mascarenhas, 2007). A despeito de conhecidos problemas de poluição da Lagoa, de trânsito, da ilegalidade do projeto – que não foi aprovado pelo IPHAN, e que excluiu os pareceres técnicos das entidades desportivas do remo, como previsto em lei – da manifestação crítica por parte da associação dos moradores locais, e dos programas da prefeitura de inclusão social pelo esporte que contavam com o espaço do estádio – eram os casos do Programa de Iniciação Esportiva, comprometido com 11.500 crianças, e de aulas de educação física de colégios municipais das redondezas⁸⁷ (Mascarenhas, 2007).

Além dos casos citados da Vila do Pan e do Estádio de Remo da Lagoa, houve ainda um estouro orçamentário de 300%, somando um custo total de 4 bilhões – o valor mais alto da história desta competição –, frente à subutilização, à demolição, à privatização ou necessidade de reforma para uso posterior das principais estruturas construídas – como são os casos do Velódromo que custou 14 milhões aos cofres públicos, do Parque Aquático Maria Lenk (85 milhões), do Engenhão (408 milhões), de três estruturas do Complexo do Maracanã (304 milhões), quais sejam, o próprio estádio, o Maracanãzinho e o Parque Aquático Júlio Delamare – o que faz da realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro um fracasso enquanto comprovação de capacidade de sediar um evento desta monta e de seu aproveitamento como pretexto para a melhoria das condições de vida da população. Como ensaio para futuros e ainda maiores megaeventos, o Pan mostrou que há sempre espaço para “transferir recursos públicos para a esfera privada, privilegiar as maiores empreiteiras do país, alargar as fronteiras de

⁸⁶ Ver mais em: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-rjrecomenda-ao-iphan-que-interdite-obra-no-estadio-de-remo-da-lagoa. Acesso em 10 de junho de 2014.

⁸⁷ Ver mais em: <http://albertomurray.wordpress.com/2010/11/24/o-estadio-de-remo-da-lagoa-algumas-consideracoes-feitas-por-carlos-martins-www-remo2016-com-br/>. Acesso em 10 de junho de 2014.

atuação do capital, diminuir os direitos sociais, agravar os conflitos urbanos, reduzir o grau de informação sobre as atividades públicas e aumentar a desigualdade” (Dossiê, 2012:30).

Dois anos depois do fatídico Pan, em 2009, vem a consagração do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, pela primeira vez na América do Sul, depois de escolhida, em 2007, umas das cidades-sede do Mundial de 2014, que, mesmo com os jogos dispersos pelo país, atrairá para o Rio um volume extraordinário de capital estrangeiro e turistas, na medida em que é o maior destino turístico do país e da América Latina em situações normais. Com ela volta-se a falar de legado social, de desenvolvimento urbano, revitalização e reposicionamento da cidade no mundo – mais uma grande chance de finalmente tornar-se *global*⁸⁸ –, como consequências asseguradas que adviriam quase que naturalmente de tamanhos empreendimentos, (se e somente se) sob a eficiente orientação de um novo planejamento estratégico. Isto posto, dois planos foram elaborados desde então, o Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012, e o de 2013-2016, que representou, ainda alinhado metodológica e ideologicamente, uma revisão mais ambiciosa do primeiro, como consta no documento. Os objetivos centrais do governo são praticamente iguais:

(...) evoluir na acessibilidade e na qualidade da prestação dos serviços públicos municipais. Transformar a cidade, dotando-a de equipamentos urbanos mais adequados às demandas e ao crescimento da população. Valorizar e garantir o uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural e histórico no processo de desenvolvimento da cidade. Garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e crianças cariocas. Contribuir para a formação de um ambiente de negócios altamente competitivo e para o crescimento econômico sustentável. Promover o desenvolvimento de setores estratégicos para a economia carioca. Tornar o Rio uma cidade mais integrada do ponto de vista urbanístico e cultural. Reduzir os indicadores de pobreza na cidade. Posicionar o Rio como importante centro político e cultural no cenário internacional (PECRJ, p.30)

Entretanto, a preparação para as Olimpíadas somada ao balanço da Copa do Mundo indica que estamos diante da concretização de um processo que, como vimos, começou em princípios da década de 1990, diante de uma determinada concepção de cidade e planejamento urbano hegemônico levados adiante pelas “mesmas personagens, [com] o mesmo projeto, a mesma retórica ... o mesmo

⁸⁸ O prometido lugar ao sol é comemorado pela grande mídia. Ver: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/04/sao-paulo-e-rio-de-janeiro-podem-entrar-em-ranking-de-cidades-globais.html>. Acesso em 18 de maio de 2014.

negócio” (Vainer, 2011:2), inclusive sob a mesma execução catalã; estamos falando, uma vez mais, da cidade neoliberal.

No Rio de Janeiro, as “novas formas de apropriação e/ou produção do espaço urbano” observadas “podem ser reconhecidas como expressões fenomênicas do atual padrão de acumulação capitalista, de caráter seletivo e socialmente excludente” (Bienenstein, 2001:14). Como outras tantas cidades grandes da periferia da América Latina, Ásia e África, o Rio entra nesse circuito global abrindo as portas desordenadamente para o capital, “que ergue e destrói coisas belas” e se apropria do espaço urbano segundo os critérios mercadológicos, segundo aquilo que convém ao *city marketing*, “a orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão, (...) iniciativas baseadas no **consumo do espaço**”⁸⁹, na transformação da cidade, do espaço urbano, em mercadoria, no ganho em cima da associação do econômico com o simbólico, com o cultural, via a exaltação da identidade local, construída, celebrada, como pretende fazer a Marca RJ⁹⁰. Se o esforço da propaganda e de todos os processos de mercadorização e embelezamento devem ser feitos para que a cidade ganhe competitividade na concorrência com outras na disputa pela entrada de capital, nesse mercado de cidades os Megaeventos esportivos representam uma oportunidade única de acelerar a entrada no circuito global do capital, de colocar a cidade-sede na posição de uma grande vitrine urbana global. Estes valores aparecem claramente nas pretensões enunciadas na “visão de futuro” do PECRJ⁹¹, quando se repete sistematicamente a intenção de transformar o Rio em uma capital-referência, nacional e internacionalmente, em diversos campos, no que diz respeito à qualidade de vida, à preservação do patrimônio, à urbanidade, à desigualdade, entre outros tantos, para, finalmente, ser a **melhor cidade** do hemisfério sul para se viver e trabalhar. Não é novidade que a retórica liberal, desde sempre, associe harmonia social e bem-estar individual às suas propostas político-econômicas. Esta característica, presente em Adam Smith, em Hayek, no discurso da

⁸⁹ De novo, do mesmo relato do jornalista caboverdeano sobre Cabo Verde (ver nota 74), disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article83478>. Acesso em 4 de junho de 2013.

⁹⁰ Ver: <http://www.marcarj.com.br/index.html> e Prole (agência de comunicação do Governo do estado). Acesso em 26 de maio de 2014.

⁹¹ PECRJ, páginas 14 e 15. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2752545>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

globalização como no da cidade global, é formulada por Harvey da seguinte maneira:

O neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser alcançado mais plenamente pela emancipação das liberdades e competências empresariais individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por direitos consistentes à propriedade privada, a mercados livres e ao livre comércio (Harvey, 2005:3-4)

Logo, não haveria de ser diferente com a sua manifestação burocrático-administrativa carioca que, sob o pretexto dos “tales of municipal turnaround and urban renaissance”, condensa estes discursos ao refletir os “poderosos efeitos disciplinares da concorrência interurbana” através da “reprodução sistemática de espetáculos culturais, zonas empresariais, desenvolvimentos portuários, e formas privadas de governança local” via a guinada para o empresariamento urbano, contribuindo para “legitimar e reproduzir o sistema neoliberalizante ao qual [as cidades] estão sujeitas” (Peck; Tickell, 2002:393 – tradução livre). No entanto, é sempre bom lembrar que estamos falando de um processo ao mesmo tempo particular e sistêmico, que é produto da lógica neoliberal, mas que segue um caminho contextualmente específico de neoliberalização; é o que sugere o conceito de *neoliberalismo realmente existente*, “as formas pelas quais as ideologias do neoliberalismo vão se reproduzindo através de arranjos institucionais diversos e da ação política, conformando híbridos ou estruturas mistas” (Peck; Tickell, 2002:383 – tradução livre). Não obstante, voltando às continuidades, desde sempre a prática liberal veio acompanhada de uma série de contradições em relação aos seus ideais utópicos. A grande, talvez a maior delas, evidenciada por Harvey e aprofundada no primeiro capítulo, aparece no caso do Rio de forma gritante: a dupla presença do Estado pelas vias da coerção e do gasto público.

4.1

O “leviatã neoliberal”

Em seu estudo sobre a antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente, reanimando as discussões levadas no primeiro capítulo acerca do papel do Estado na globalização e da relação entre Estado e Capital, Wacquant (2012)

sustenta que a revolução neoliberal está sendo orientada pelo Estado, reconstruído ou em processo de reconstrução, e por isso o neoliberalismo só poderia ser um projeto político e não econômico, desafiando a corrente que restringe o neoliberalismo a meros princípios econômicos ou à pura devoção mercadocentrista. Isto é, os mercados, o consenso de Washington, a fábula da globalização, e os planos estratégicos são todos criações políticas, com regras, arbitragem e penalizações, ainda essencialmente centralizadas na figura do Estado. Harvey (2005) atribui o prefixo *neo* de neoliberalismo à influência trazida da economia neoclássica, quando na verdade a novidade está na reciclagem e na superação da equivocada concepção de Estado do liberalismo oitocentista, da visão “visão minimalista e negativa do ‘Estado vigilante’”. Inclusive, num artigo pouco conhecido de Milton Friedman publicado em 1951, o fundador da Escola de Chicago esclarece que “o erro fundamental na fundação do liberalismo [foi que ele] considerou que o Estado só podia prejudicar [e que] o *laissez-faire* tinha que ser a regra”, quando a “doutrina [do] neoliberalismo” afirma que “há funções verdadeiramente positivas destinadas ao Estado” (Peck *apud* Wacquant, 2012:510), que

(...) não se parece nem com o Estado minimalista do liberalismo do século XIX, nem com o Estado evanescente igualmente lamentado pelos críticos econômicos do neoliberalismo, mas sim com um Estado-centauro, que exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: ele é edificante e ‘libertador’ no topo, onde atua para alavancar os recursos e expandir as opções de vida dos detentores de capital econômico e cultural; mas é penalizador e restritivo na base. Exalta o “*laissez faire et laissez passer*” para os dominantes, mas se mostra paternalista e intruso quando se trata de administrar as populações desestabilizadas pelo aprofundamento da desigualdade e pela difusão da insegurança do trabalho especialmente o precariado urbano, cujos parâmetros de vida ele restringe através da malha combinada de *workfare* fiscalizador e da supervisão policial” (Wacquant, 2012:512)

Feita esta breve introdução teórica, é fácil perceber o exercício destas funções no caso do Rio de Janeiro, já que “o *market-led city-planning* (...) não abre mão de uma clara e decisiva intervenção estatal...desde que voltada para os interesses constituídos e dominantes no mercado” (Vainer, 2000a:86). Especialmente quando, sob a circunstância dos megaeventos, as palavras de ordem são infraestrutura e segurança e quando, tratando-se da Copa, já partimos, por exemplo, de 170 mil remoções forçadas pelo país, e de “contratos bilionários

acertados entre FIFA, governos e, principalmente, grandes empresas privadas [a] onerar os cofres públicos” (NSDM, 2012:35)⁹².

Antes é importante lembrar que as situações listadas ao longo do trabalho não se restringem aos países em desenvolvimento, como são os casos do Brasil, da África do Sul e da China, mas em geral acompanham o processo de gentrificação que hoje acomete quase todas as cidades contemporâneas. Contudo, o grau de urbanidade prévio à chegada dos megaeventos nas cidades exerce grande influência sobre os impactos dos mesmos. Quando já se encontra um quadro de precariedade em áreas como a habitação, os transportes, o saneamento, de desigualdade, segregação sócio-espacial, e violência como acontece no Rio de Janeiro e em outras metrópoles de países periféricos, a tendência é que estas condições sejam agravadas:

Num cenário urbano de escassez de infra-estrutura básica, um evento desta dimensão pode contribuir para sanar determinados problemas. Mas pode também comprometer as igualmente escassas finanças públicas, e inclusive acirrar o nível de desigualdade social, conforme a distribuição espacial dos investimentos realizados (Mascarenhas, 2007:6)

De todo modo, quando foi anunciado que o Brasil sediaria a Copa do Mundo e as Olimpíadas, o discurso oficial era de que tratava-se de uma grande chance de canalizar maciços investimentos do setor privado, interessado no marketing e nos retornos, para colocar a infraestrutura das cidades-sede em dia ou perto disso. Porém, já se sabe que pelo menos 85% do que já foi gasto ou contratado para os projetos relativos a estes megaeventos é proveniente dos cofres públicos e do financiamento de instituições nacionais como o BNDES (Dossiê, 2014), sem falar nos “gastos tributários”, que seriam os benefícios fiscais sucessivamente concedidos à iniciativa privada⁹³, especialmente à FIFA, conforme prometido “à sua senhoria o senhor Joseph Blatter” pelo então

⁹² Referência ao documento *Na Sombra dos Megaeventos* (NSDM, 2012). Ver referência em INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS).

⁹³ Para se ter uma idéia, só o Itaquerão, o Estádio do Corinthians construído por conta de uma mudança em relação ao projeto inicial que previa que a abertura da Copa fosse sediada pelo Morumbi, o estádio do São Paulo Futebol Clube, implicou uma renúncia fiscal de 420 milhões de reais (NSDM, 2012:38), mesmo depois do Governo e da Prefeitura de São Paulo terem, em nota à imprensa, descartado “completamente a hipótese de utilização de recursos públicos para a construção de novo estádio na cidade”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/releases/?p=141087>; http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140518_itaqueroao_polemicas_ms.shtml. Acesso em 8 de junho de 2014.

presidente Lula, em 2007, nas “Garantias Governamentais” da Confederação Brasileira de Futebol⁹⁴.

Ou o Estado brasileiro não assimilou corretamente alguns dos austeros mandamentos de Washington, ou algumas exceções parecem ser convencionalmente aceitas, especialmente se elas se mostram a favor do crescimento econômico e do desenvolvimento social, como se diz ser o caso dos dois maiores megaeventos esportivos do mundo. Assim, o Brasil vem promovendo a Copa mais cara da história do mundial – a Copa da África do Sul de 2010, por exemplo, custou criticados 3,5 bilhões de dólares – um valor total esperado de 33 bilhões, conforme anunciado em 2012 pela presidente, embora a Consultoria Legislativa do Senado Federal tenha alertado para a probabilidade de que a cifra alcance os R\$ 65 bilhões (NSDM, 2012:35).

Na verdade, esta é apenas uma estimativa, dada a impossibilidade de se calcular de fato, o “valor da copa”, devido à falta de transparência e às irregularidades observadas (NSDM, 2012). Grande parte destas dificuldades se deve ao novo Regime Diferenciado de Contratação⁹⁵, uma inovação legal que, “na prática, permite ao governo não divulgar os valores das licitações, além de liberar obras sem projetos-básicos e abrir exceções para o sobre-endividamento de Estados e Municípios, caso os gastos sejam relativos aos megaeventos esportivos” (2012:37). O próprio Tribunal de Contas da União acusa, na página 15 do seu relatório de situação de abril de 2013, a Matriz de Responsabilidades de estar desatualizada. A escalada do valor total orçado para a construção dos estádios ilustra perfeitamente a falta de consistência do planejamento e dos dados apresentados, uma vez que, num período de 5 anos, passou-se dos 2,1 bilhões da proposta original da CBF para 8,48 bilhões⁹⁶ (NSDM, 2012). Este valor soa particularmente excessivo quando já se sabe que 97,2% deles foram construídos com dinheiro público, e no entanto, todos serão administrados privadamente, após

⁹⁴ Disponível em: <http://apublica.org/2012/05/brasil-prometeu-a-fifa/>. Acesso em 3 de fevereiro de 2014.

⁹⁵ O RDC foi instituído em agosto de 2011 pela lei nº 12.462, alterando o regime licitatório até então vigente, sob a alegação de conferir agilidade aos procedimentos de contratação de serviços ou compra de produtos pela administração pública em função dos Megaeventos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm. Acesso em 5 de maio de 2014.

⁹⁶ Disponível em: <http://placar.abril.com.br/materia/custos-dos-estadios-da-copa-de-2014-ficaram-42-maiores-que-o-previsto>. Acesso em 5 de maio de 2014.

as competições⁹⁷. Além dos estádios, o Estado também despendeu montantes enormes e desproporcionais aos da iniciativa privada nas obras dos aeroportos – R\$6,5 bilhões da Infraero contra R\$408 milhões privados –, dos portos, obras de mobilidade urbana, e na infraestrutura turística. (NSDM, 2012:43-46).

Assim, as muitas indefinições conceituais e de valor – como a falta de especificação do que seriam as “obras relativas à Copa às Olimpíadas”, cabendo nesta categoria outras inúmeras irregularidades⁹⁸ – e a flexibilização excessiva, que admite a licitação de obras sem projetos básicos, vão conformando um terreno pantanoso, propício para desvios, superfaturamento e contratempos, como mostrou, por exemplo, o emblemático e controverso caso do Maracanã⁹⁹. Tratam-se de recursos públicos com fins duvidosos que deixarão de ser alocados em outras áreas de caráter emergencial se a prioridade fosse o desenvolvimento sócio-econômico: “só em 2012 o corte no orçamento federal foi de R\$ 55 bilhões, a maior parte em saúde (R\$5,4 bilhões), com vistas a garantir o pagamento da dívida pública”, que já compromete em torno de 40% do orçamento da União (2012:39). Se formos falar do Rio de Janeiro, o panorama vai de mal a pior: o estado possui hoje uma dívida de R\$81 bilhões, dos quais R\$7,5 bilhões entram

⁹⁷ Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/28/governo-paga-91-dos-estadios-da-copa-mas-nao-controlara-nenhum-apos-torneio.htm>. Acesso em 5 de maio de 2014.

⁹⁸ Por exemplo, ao classificar determinada intervenção urbana como ‘obra da Copa’, sem que esta guarde qualquer relação com o evento, ou ainda, ao se justificar referida relação de forma duvidosa, revelando a distorção das prioridades públicas no que se refere às necessidades mais imediatas da população que, cabe dizer, não foi consultada a este respeito. São os casos, respectivamente, do monotrilho de Morumbi, SP, e do porto de Santos (ver Na Sombra Dos Megaeventos, 2012:38).

⁹⁹ O Maracanã, que já vinha passando por reformas supostamente aproveitáveis para os megaeventos ao longo dos últimos anos, teve os custos da reforma dobrados em relação àqueles previstos inicialmente, e terminou sendo o estádio mais caro do Brasil e um dos mais caros do mundo, com goteiras, elevadores quebrados, pisos irregulares entre outros percalços observados no jogo-teste, tudo com recursos do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ademais, a reforma do estádio, que era tombado pelo IPHAN, foi considerada não só um desrespeito à cultura carioca pela descaracterização que implicou, por exemplo, o fim da ‘geral’ e com isso, do futebol como um esporte democrático – para não falar no preço dos ingressos – como violou o artigo 216 da Constituição Federal, que determina que todo e qualquer patrimônio histórico-cultural brasileiro seja preservado. O Estádio Mário Filho é, sobretudo, patrimônio histórico do atletismo destinado ao uso público, de modo que os projetos de demolição Parque Aquático Julio Delamare, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e da Escola Friedenreich, bem como a remoção da Aldeia Maracanã constituíram uma afronta à sociedade em geral e aos atletas e índios em particular, que saíram prejudicados. A situação piora ainda mais se lembrarmos da CPI do “Cachoeira”, que revelou relações escusas entre a Delta, uma das construtoras responsáveis pelas obras do Maracanã e aquela que detém mais contratos com o governo do RJ, e o governador deste estado, Sérgio Cabral, o que levou à saída da empresa do consórcio “Maracanã 2014”.

na conta dos megaeventos¹⁰⁰. Ou seja, pode-se até argumentar que os megaeventos estimulem o turismo, aqueça a economia do país e aumente o PIB em R\$185 bilhões, como promete o Portal da Copa, mas ao fim e ao cabo, é sempre uma questão de distribuição. Pesquisas já revelam que a maioria dos investimentos está concentrada nas cidades que já detém a maior concentração de capital do país, Rio de Janeiro e São Paulo (NSDM, 2012), ou seja,

(...) a espacialização do atual regime de acumulação (...) tem acarretado uma considerável expansão seletiva dos investimentos urbanos. Ou seja, o regime de acumulação em curso, baseado na “financeirização” da riqueza, tende a espacializar-se de maneira fragmentada, espelhando intenso processo de concentração de capital e riqueza, principalmente nos países do capitalismo periférico (Bienenstein, 2003:6)

Juntamente ao gasto público, a outra face oculta e contraditória da corpulência do Estado neoliberal diz respeito à questão da “segurança” e vem sendo desmascarada e exacerbada pelos Megaeventos, justificando a designação da cidade do Rio de Janeiro como a “cidade da exceção” (Vainer, 2011). Embora a origem do uso da exceção como forma de governo seja atribuída ao Estado nacional em situações adversas, sobretudo a guerra, a Copa e as Olimpíadas configuram-se como a mais nova emergência vivida pela cidade do Rio de Janeiro que, viveria, ainda, a crise urbana que, como é argumentado quando da implementação do PECRJ, se arrastaria desde a transferência da Capital para Brasília (Vainer, 2011)¹⁰¹. Se o peso atribuído à crise urbana como condição *sine qua non* do estabelecimento bem-sucedido do modelo de planejamento serve de evidência para autorizar, legítima e urgentemente, uma nova forma de constituição de poder, a metáfora da exceção definitivamente vale para a cidade do Rio de Janeiro, aonde “as formas da ilegalidade e da exceção aparecem por

100

Informação

disponível

em:

<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/03/governo-do-rio-assume-divida-de-r-74-bi-para-sediar-copa-e-olimpiada.htm>. Acesso em 7 de maio de 2014.

¹⁰¹O cenário de crise é retratado da seguinte forma, pelo Banco Mundial: “the challenge Rio’s City faces today are different from those in its former glory days. For more than two centuries, the city enjoyed special status as the country’s capital or as an independent territory. Rio benefited from the prosperity that came with this privilege during times of public sector domination of a closed economy. While the city still enjoys a special place in Brazil, Rio’s constitutional status in the federation is now the same as that of other municipalities. The country is now more open to competition from abroad and Rio’s businesses must compete in less protected condition” (Rio de Janeiro: A City Study. Banco Mundial, Report No. 19747-BR, Vol.I, page iv, disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/1999/06/439872/rio-de-janeiro-city-study-vol-1-2-policy-report>. Acesso em 12 de maio de 2014.

toda parte e se multiplicam”; de descumprimento de prazos, passando por isenção de impostos e favores fiscais a terceirizações e favorecimentos, as decisões se dão fora do âmbito formal-institucional, conferindo aos processos decisórios flexibilidade e agilidade para que “a cidade de exceção se conforme como democracia direta do capital” (Vainer, 2011). Há dois aspectos que parecem caracterizar este caráter ‘excepcional’: a sua expressão legal, manifesta no novo aparato legislativo criado, quase sempre inconstitucional, e a performática, aquela que executa, coercitiva e criminosamente, as operações relacionadas à segregação espacial e à elitização do território, como as remoções e as manifestações.

Como foi muito bem apontado pela relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada e professora Raquel Rolnik em artigo publicado em 2014 na Revista Coletiva, a origem das violações ou exceções relacionadas às reestruturações urbanas na cidade do Rio de Janeiro para os megaeventos está inscrita na própria definição do projeto de cidade, que passou longe dos meios de decisão democráticos e dos canais de participação cidadã, das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, indo de encontro ao que preveem os planos diretores participativos, a Constituição brasileira e o Estatuto da Cidade, que determina, sob a forma da lei 10.257/01, no seu artigo 2º, a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” como umas das diretrizes gerais da política urbana. É nesse sentido que

Os megaeventos realizam de maneira plena e intensa, a cidade da exceção. Nesta cidade, tudo passa ao largo dos mecanismos formais-institucionais. Onde foi aprovado o Plano Olímpico do Rio de Janeiro? Não se sabe nem mesmo onde e por quem foi formulado. Nem falar de partidos políticos. A cidade dos megaeventos é a cidade das decisões ad hoc, das isenções, das autorizações especiais ... e também das autoridades especiais. O Comitê Olímpico, a Autoridade Olímpica... quem os elegeu? (Vainer, 2011:11)

As ilegalidades ‘excepcionais’ encontradas são das mais diversas, de isenções e favores fiscais para a FIFA e empresas e parceiros comerciais que possuem contrato com ela ou com o COI, a ocupações e construções urbanas

irregulares¹⁰², em desrespeito a diretrizes do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor (Vainer, 2011), como é, além de alguns casos já citados, o da zona portuária, que foi terceirizada, agora sob o controle de um consórcio empresarial, um caso de

(...) política de transferência de terras públicas da União, do Estado e do município para o setor privado através das operações urbanas consorciadas e das parcerias público-privadas - PPP. A chamada revitalização da área portuária - Projeto Porto Maravilha - está recheada de exemplos de desvio da prioridade estabelecida em lei do uso prioritário de terrenos de propriedade do Poder Público para habitação de interesse social (Art. 4 IIc da lei 11.124 de 16 de junho de 2005 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) (Dossiê, 2012:9)¹⁰³

Mas provavelmente os representantes mais emblemáticos da lógica da exceção radicalizada pela sua preparação e realização dos megaeventos são os projetos de lei que ficaram conhecidos como Lei Geral da Copa, que ilustra bem o tipo de subordinação que a realização dos megaeventos implica para a sociedade brasileira. Propõe modificações no ordenamento jurídico brasileiro tais como: a criação de um regime especial de registro de marcas que protege os “símbolos oficiais” da FIFA¹⁰⁴; de ‘zonas de exclusão’ – que define um raio dentro do qual só serão permitidas atividades comerciais autorizadas pela FIFA –; de novos tipos penais, como o *dopping* – cujas substâncias entorpecentes são determinadas pela FIFA – e crimes de marketing, como a exposição, nos locais oficiais, de produtos não autorizados pela FIFA; a determinação tanto do preço dos ingressos quanto das regras de compra e venda – com a intenção de suspender o direito à meia-entrada –; a responsabilização, pelo Estado brasileiro, sobre qualquer prejuízo causado à FIFA¹⁰⁵. A situação torna-se especialmente delicada por estarem em jogo questões que desafiam inclusive a soberana nacional, que violam direitos e garantias fundamentais prescritos pelo texto constitucional¹⁰⁶:

¹⁰² As construções de hotéis são bastante recorrentes nesse sentido, como evidenciou o caso do Hotel Santa Teresa, e seu desrespeito tanto às leis ambientais quanto trabalhistas.

¹⁰³ O projeto de edifícios corporativos do magnata Donald Trump evidencia bem o caráter da transformação da área. Ver: <http://www.trumptowersrio.com/pt-br/o-projeto/>. Acesso em 27 de maio de 2014.

¹⁰⁴ “não há qualquer restrição ou definição sobre o significado do termo “símbolos oficiais”, que pode abranger, efetivamente, qualquer imagem, ideia e mesmo expressões linguísticas. Mais de mil itens já foram objeto de requisição de registro pela entidade, entre eles o nome das cidades-sede e até o numeral ‘2014’” (Na Sombra dos Megaeventos, 2012:20)

¹⁰⁵ Extraído de *Na Sombra dos Megaeventos*, 2012.

¹⁰⁶ Logo, a situação em que se encontram as metrópoles brasileiras não pode ser creditada na conta do legislativo – posto que todos os planos diretores dos estados brasileiros determinam a prioridade do transporte coletivo, o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, o

De um lado temos instrumentos legais fundamentais - como o direito de greve, o direito de ir e vir, o estudo de impacto ambiental, o plano diretor dos municípios, leis trabalhistas e procedimentos de licitação – que passam a ser flagrantemente desrespeitados, ficando “suspensos”. Por outro, novas leis, decretos e procedimentos especiais estão sendo editadas em todo o Brasil. O novo quadro jurídico desafia a ordem institucional estabelecida, proporcionando condições excepcionais para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Este é o caso do Ato Olímpico (Lei nº 12.035/2009), das Medidas tributárias para a Copa do Mundo de 2014 e Copa das Confederações 2013 (Lei nº 12.350/2010), do Regime Diferenciado de Licitação (Lei 12.462/2011), da Lei que autoriza os Municípios a endividar-se acima da Renda Líquida Real em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para os eventos (Lei nº 12.348/2010), e de tantas outras produzidas também na escala local da cidade do Rio de Janeiro, como o Plano de Estruturação Urbana das Vargens (Lei Complementar 33/2009), o conjunto de leis do Projeto Porto Maravilha (Lei Complementar 101/2009, Lei Complementar 102/2009 e Lei Ordinária 5128/2009)¹⁰ e o Pacote Olímpico (Leis Complementares nº 44/2010, 716/2010 e 715/2010) (NSDM, 2012:14)

A formulação de todo este novo aparato jurídico encontra respaldo em três principais razões, quais sejam, a aceleração e facilitação das obras de infraestrutura ligadas à preparação dos megaeventos – e aqui a exceção é o outro lado da moeda da aclamada flexibilidade –, o estímulo para se atrair investimentos privados, e a garantia de segurança no período de duração dos jogos (NSDM, 2012). Para que seja efetivado o cumprimento destas exceções legislativas e para que se as complemente, no sentido de preparar, de *ordenar* o espaço urbano para receber as circunstâncias excepcionais que são os Megaeventos, a militarização da cidade e de seus organismos de controle é de fundamental importância e, no Rio de Janeiro, vem sendo irrestritamente acionada.

O modelo de parceria com as Forças Armadas que disporia o Exército em peso nas ruas e a Marinha patrulhando a baía de Guanabara e as praias cariocas estava previsto desde 2010, quando, depois da invasão do Morro do Alemão, considerada bem sucedida pela presidente da República, a cidade do Rio foi escolhida como laboratório de experimentação de modelos policiais (NSDM, 2012)¹⁰⁷. O plano foi sem dúvidas consolidado por uma sequência de episódios que deixou as autoridades alarmadas, começando pelas manifestações de junho de 2013, que trouxeram os Megaeventos às suas pautas de reivindicação, seguidas

direito à moradia, de modo que a natureza do impasse está na execução da lei ou mesmo na sua violação, como foi o caso na preparação para a Copa do Mundo (Maricato, 2014:24).

¹⁰⁷ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-quer-exercito-no-rio-ate-a-copa-e-planeja-espalhar-modelo-pelo-brasil-imp-,647661>. Acesso em 3 de junho de 2014.

pela falha na proteção do ônibus da seleção brasileira que, ao deixar o hotel no Rio rumo à concentração da Granja Comary para a apresentação dos jogadores, ficou exposto à ação dos grevistas reunidos no local, somada ainda ao apedrejamento do ônibus da FIFA em Salvador na Copa das Confederações. Foi então anunciado, poucos dias antes do início do Mundial, que as cidades-sede receberiam o reforço de 80 mil homens e 12 “tropas de elite” do exército¹⁰⁸, encarregados da segurança dos aeroportos, dos hotéis, do trajeto das delegações, nos centros de treinamento, etc. Sua missão, como deixou claro a presidente, era, acima de tudo, a de fazer-se ver, ostentar e intimidar.

Mas o esquema de segurança pública começou a ser montado antes do início propriamente dito dos megaeventos, e vai muito além da presença física ostensiva de tropas nas ruas. Tivemos da criação de secretarias especiais, como a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, a leis que criam novos tipos penais, como a Lei Geral da Copa – inaugurando, com uma imprecisão perigosa, o crime de terrorismo no ordenamento jurídico do Brasil –, e o retrógrado Manual Unificado das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem¹⁰⁹, conhecido como o AI-5 da Copa, sugerindo sua familiaridade com a ditadura, que torna legalmente operacionalizáveis uma série de medidas ‘preventivas’, e define o que constitui ameaça e quem são os inimigos da pátria. Conforme o texto, as “pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio” integram a definição genérica das “forças oponentes”, contra as quais as “forças amigas ou aliadas” devem lutar que, se especificadas, seriam¹¹⁰:

- a) movimentos ou organizações; b) organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc;
- c) pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações ou em OSP, provocando ou instigando ações radicais e violentas; e d) indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade

¹⁰⁸ Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/10/seguranca-da-copa-tem-80-mil-homens-e-elite-do-exercito-para-emergencia.htm>. Acesso em 9 de junho de 2014.

¹⁰⁹ Manual Unificado das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem (2013). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/01/forcas-armadas-unificam-manual-de-garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em 2 de julho de 2014

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/quilombo/2014/01/15/ministerio-da-defesa-aprova-documento-tipico-de-ditadura-militar/no>. Acesso em 10 de junho de 2014.

própria em função da ausência das forças de segurança pública policial (cf. item 4.3.2, página 29)

Identificadas as ‘forças do mal’, vamos às ações por elas perpetradas que constituem “ameaça”, definida genericamente como “atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por Forças Oponentes previamente identificadas ou pela população em geral”, discriminadas em:

a) ações contra realização de pleitos eleitorais afetando a votação e a apuração de uma votação; b) ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras; c) bloqueio de vias públicas de circulação; d) depredação do patrimônio público e privado; e) distúrbios urbanos; f) invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; g) paralisação de atividades produtivas; h) paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País; i) sabotagem nos locais de grandes eventos; e j) saques de estabelecimentos comerciais (item 4.4)

Um outro grande inconveniente para a cidade-vitrine padrão-FIFA são os pobres. No Rio de Janeiro, a política de segurança apostou em duas grandes soluções complementares: nos morros, cercá-los e controlá-los; no asfalto, removê-los e afastá-los, o que, no final das contas, acaba sendo uma única medida de isolamento, de exclusão dos já excluídos do caminho dos megaeventos.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a menina dos olhos da segurança pública do Rio de Janeiro, serviram ao primeiro propósito, e são bastante sintomáticas do tipo de cidade que está em construção, com o objetivo único de proteger os interesses imobiliários e turísticos em jogo na cidade, uma vez que estão estrategicamente localizadas nas favelas ao longo do corredor hoteleiro da Zona Sul da cidade e no entorno de grandes símbolos como o Maracanã e o Sambódromo, do acesso ao aeroporto, da região portuária. Ou seja, a o mapa das ocupações não deixa dúvidas de que “o objetivo primordial é viabilizar investimentos empresariais, dar segurança ao capital interessado na Copa do Mundo e nas Olimpíadas”, segundo Marcelo Freixo, deputado estadual do Rio de Janeiro e ex-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Fosse o desenvolvimento social e a inclusão dos territórios pacificados a motivação primeira das pacificações, quase 6 anos após a inauguração da primeira UPP, no morro Dona Marta, considerada modelo de

sucesso, não nos depararíamos com o mesmo quadro de desintegração, e de falta dos serviços básicos como saneamento, coleta de lixo, etc. A única real mudança percebida nestas áreas parece ter beneficiado o mercado, sem surpresa, com a alta dos preços do comércio e dos serviços urbanos, incentivada pelo aquecimento do turismo na região, e a especulação imobiliária, que afetou tanto as comunidades ocupadas, quanto as regiões adjacentes¹¹¹

O poder público defende a ocupação militar dos territórios como necessária diante de um quadro de violência flagrante como um primeiro passo para um objetivo maior, que é a integração das comunidades à malha urbana, afinal, “o aparelhamento ostensivo da polícia dentro e em torno das áreas relegadas” constitui um indicador “da manifestação crua e explícita da expansão e da exaltação do Estado penal na era do mercado triunfante” que “prome[te] resolver os dilemas que a mercadorização cria para a manutenção da ordem social e política”, uma vez que o esgarçamento da rede de seguridade social vem aprofundando a desigualdade e a marginalidade urbana (Wacquant, 2012:513-514). No entanto, a volta para o patamar pré-UPP dos índices de criminalidade do Rio, divulgados no primeiro trimestre de 2014 pelo Instituto de Segurança Pública¹¹², revela que nem mesmo na frente do crime esta política é eficaz, ficando claro que não se trata apenas da recuperação das comunidades pelo controle territorial, posto que

(...) controlar o território é também dar garantias para o capital. É preciso então regularizar e regular a ocupação dos terrenos. O objetivo principal? Permitir que o mercado tenha acesso a essas zonas informais e então estabelecer bases jurídicas da propriedade territorial. Ou, para dizer com outras palavras, modernizar o país para permitir aos investidores se instalarem melhor. Assim, para favorecer futuras transações, as autoridades colocaram em ação um programa de regularização imobiliária, nessas favelas que o cadastro ignorava pura e simplesmente desde uma lei de 1937 (Ribeiro *apud* Denis, 2013).

¹¹¹ “De olho no potencial do bairro [Tijuca], [depois da pacificação de favelas do entorno como Salgueiro, Formiga, Boréu, Andaraí, Turano, Macacos e Mangueira], a [construtora] Calçada lançou em 2010 o Florença Residences, com apartamentos de três e quatro quartos, vendidos a R\$ 5,5 mil o metro quadrado. Um ano depois, a empresa lançaria outro residencial no terreno ao lado, o Atrium, com apartamentos de mesma tipologia e mais 37 lofts instalados num prédio retrofitado. O preço médio foi de R\$ 6,5 mil o metro quadrado. “Sem a UPP provavelmente não lançaríamos estes empreendimentos, e mesmo que tivéssemos lançado, eles não teriam os preços de venda que alcançamos”, comenta João Paulo Matos, presidente da Calçada”. Reportagem extraída de: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/127/o-efeito-upp-a-pacificacao-de-favelas-no-rio-282612-1.aspx>. Acesso em 11 de junho de 2014.

¹¹² Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-no-rio-de-janeiro-retoma-niveis-pre-upps,1161837>. Acesso em 2 de junho de 2014.

Assim, as UPPs oferecem a segurança física e jurídica que o capital precisa para se instalar, uma constatação muito bem ilustrada pelos R\$20 milhões investidos nas UPPs pelo empresário Eike Batista, que recebeu do governo estadual em contrapartida isenções fiscais de R\$75 milhões¹¹³, ou pelos outros R\$22 milhões que serão colocados na construção de um shopping center no Morro do Alemão, uma das regiões de pior índice de desenvolvimento social da cidade. De acordo com Elias Tergilene, o homem por trás da iniciativa, o empreendimento “está sendo discutido com o governo do Estado”, tendo havido, ao longo do ano de 2013, “reuniões com o Pezão, e com a equipe dele e estamos agora na fase de formatar o projeto e definir se o shopping será uma PPP [parceria público-privada], se será todo nosso, se o governo desapropria e cede o prédio”¹¹⁴.

Enfim, o que estamos vendo, com a entrada do mercado na favela, é uma tendência na direção da mudança do perfil das comunidades: cada vez mais os estrangeiros e a classe média ocupam o lugar dos antigos habitantes, que correm da alta do preço de venda e dos aluguéis dos imóveis constatada entre 2008 e 2012 de, respectivamente, 380% e de 108% (Denis, 2013). Este movimento aprofunda a segregação espacial já existente, numa revisitação do processo de periferização, ou seja, a população pobre é empurrada para novas periferias, dado que as primeiras já são disputadas pelo capital imobiliário, já entraram no seu circuito de valorização (Maricato, 2014)¹¹⁵. Insolventes, os moradores são prontamente expulsos pelo mercado, um processo que vem sendo chamado de ‘remoção branca’.

Naturalmente, aquela que chama atenção pela escala e forma repreensível com que vem sendo conduzida especialmente no Rio de Janeiro são as remoções propriamente ditas, as desapropriações levadas a cabo em nome do espetáculo. De acordo com os dados levantados pelo mapeamento do Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, de junho de 2014, só no Rio já são 16.700 pessoas (4.772 famílias) de 29 comunidades, com ainda 4.916 famílias de

¹¹³ Disponível em: <http://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/04/08/as-upps-e-o-avanco-da-hierarquizacao-e-da-segregacao-do-espaco-urbano-carioca-2/>. Acesso em 18 de março de 2014.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.portaldoshopping.com.br/noticias/noticias-do-setor/empresario-mineiro-planeja-ter-um-shopping-na-favela-do-alemao>. Acesso em 21 de junho de 2014.

¹¹⁵ Assim relatam os presidentes das Associação de Moradores de diversas comunidades como o Cantagalo e o Morro do Cabrito ao Jornal do Brasil, disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/03/18/especulacao-imobiliaria-sobe-do-asfalto-para-a-favela/>. Acesso em 29 de junho de 2014.

16 comunidades sob ameaça, com a ressalva de que estes números são subestimados em função de não haver dados oficiais a este respeito que indiquem, nas palavras de Raquel Rolnik (2014), “quantas pessoas serão removidas, em que locais, de que forma, e que alternativas de moradia são oferecidas”. O que se sabe, com certeza, é que não estão sendo observadas as determinações do Estatuto da Metrópole, que estabelece que:

A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:(...) VI – urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham riscos de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: A) Laudo técnico do órgão responsável; B) Participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; C) Assentamento em localidade próximas dos locais de moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento¹¹⁶

As justificativas para as remoções em nome dos megaeventos podem ser agrupadas da seguinte forma (cf. Dossiê, 2014:21): (i) as obras viárias associadas aos corredores dos BRTs; (ii) obras de ampliação do aeroporto, (iii) as obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; (iv) as obras voltadas à promoção turística na área portuária; (v) áreas de risco e interesse ambiental; (vi) áreas de interesse turístico e imobiliário. Um século e muitos direitos conquistados pelas lutas sociais depois de Pereira Passos, ainda há semelhanças na abordagem higienista com que essa matéria vem sendo tratada pelo Estado: Paris, Barcelona, planos estratégicos de embelezamento e elitização de zonas centrais, discurso dos problemas sanitários e das áreas de risco, enfim, tentativas de periferização do pobre e seus cortiços e favelas. O que vemos hoje é que

(...) em quase todos os casos, os traçados das obras [para os megaeventos] são feitos exatamente sobre comunidades que não têm títulos de propriedade individuais registrados em cartório, sob a justificativa de que retirar essas comunidades desses locais é possibilitar uma melhor condição de moradia para elas. Isso tem sido feito sem que essas comunidades sejam informadas sobre os projetos e os processos de remoção, e muito menos tenham a chance de participar das definições dos traçados e de propor opções de reassentamento ou mesmo alternativas que minimizem a necessidade de remoções, numa clara violação do direito à moradia, tal como estabelecido nos marcos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário (...) A efetivação deste direito desse ser entendida para além da provisão de um teto e quatro paredes. Portanto, para que a moradia seja considerada adequada, é necessário que esta seja dotada de toda

¹¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm. Acesso em 13 de julho de 2014.

infraestrutura urbana (água, luz, esgoto etc.), que goze, em suas proximidades, de fácil acesso a serviços (escolas, creches, postos de saúde etc.) e que esteja situada em uma localização que permita o completo desenvolvimento socioeconômico de seus moradores, além de outros aspectos. Como efeito imediato dessa proteção à moradia, temos que os processos de remoção não podem, em nenhum aspecto e sob nenhuma justificativa, piorar a situação de moradia das famílias removidas, sendo desejável que melhorem sua condição ou, pelo menos, mantenham o mesmo nível. O que se vê, na realidade, contudo, tem passado muito longe disso. Os valores pagos a título de indenização ou para subsidiar a locação de moradias – temporariamente – têm sido absurdamente insuficientes para que as famílias possam se reinstalar em residências no próprio bairro ou em suas proximidades. As propostas de reassentamento, por outro lado, também têm desconsiderado todos esses requisitos. As novas moradias têm sido construídas, com raríssimas exceções, em localidades bem distantes e desprovidas de qualquer urbanidade. É importante ainda ressaltar a gravidade da falta de informação e de transparência nesses processos (Rolnik, 2014)

O processo de reassentamento a que o trecho se refere tem sido promovido pelo governo sob o nome de Minha Casa Minha Vida, que realoca os moradores despejados para lugares com infraestrutura escassa ou inexistente, o que, considerando o panorama geral apresentado, nos leva a concluir que a nova rodada de mercantilização da cidade provocada pelos megaeventos agudizam os processos de segregação sócio-espacial ao afastar o pobre das obras de urbanização que supostamente melhorariam as condições de vida local, caracterizando, como foi visto no capítulo 2, um quadro crítico de espoliação urbana (Castro, 2012).

Logo, as remoções e a militarização que vem caracterizando a atuação do Estado nas intervenções urbanas relacionadas aos Megaeventos, assim como a repressão às manifestações populares em repreensão a estes processos podem ser entendidas dentro de um quadro que “pode ser definido como a instauração de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (Agamben apud Vainer, 2011, p.7), que estão “fora do espectro do capital [ou] que questionam a concentração de renda e de patrimônio [...] e a prioridade dada ao grande capital”, cidadãos esses classificados como “perigo para a lei e a ordem” (Oliveira, 2014)¹¹⁷.

¹¹⁷ “No final dos anos 1980, o documento da Escola Superior de Guerra (ESG) intitulado *Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI* apontava como grandes ameaças à lei e a ordem os cinturões de miséria e os “menores” abandonados (sic) cuja contenção deveria ser feita pelas forças policiais e também pelas Forças Armadas. A concentração brutal de renda, o Estado mínimo e as políticas neoliberais contribuíam para a geração desta grande massa de excluídos e o documento da ESG daquela época apontava este “efeito colateral” do neoliberalismo como

Vemos assim, a lógica do lucro e da violência se entrelaçando, com o Estado garantindo as condições de acumulação do capital, agindo em nome dos interesses privados, especialmente da FIFA, do COI, de uma maneira um tanto descarada e coercitiva – mais uma vez, como previa Polanyi – institucionalizando medidas antidemocráticas e regressivas para a história social de lutas do país, que ferem o texto constitucional de forma direta (NSDM, 2012). Em outras palavras, os megaeventos conformam um “espaço de exceção, nos quais as regras do Estado Democrático de Direito ficam suspensas alegadamente em prol do bem comum, porém, na prática, em defesa do capital privado” (NSDM, p.8), representado sobretudo pelas “entidades esportivas internacionais, as empreiteiras¹¹⁸, as empresas de marketing esportivo” entre outros, conforme o trecho:

Num contexto de crise financeira e de rearticulação dos ativos urbanos, os megaeventos esportivos se constituíram como importante descoberta – por parte de governos, corporações e organismos internacionais como o COI e a FIFA – de uma nova fronteira para expansão e circulação de capital. Desta forma, espaços das cidades-sede desses eventos são apropriados, reorganizados e transformados em novos territórios de investimentos, que pouco ou nada têm a ver com a melhoria de políticas e serviços públicos para as camadas mais pobres da população. Esse processo está estreitamente relacionado com a demanda pela produção das chamadas “novas centralidades urbanas” as quais, longe de dialogarem com as efetivas demandas locais das cidades, respondem à implantação de estruturas elitizadas que servem como lastro para verdadeiros arquipélagos globalizados em meio à miséria e precariedade do Sul global (NSDM, 2012:12)

Nesse sentido, estamos presenciando, em todas as cidades-sede do Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro, os impactos e as violações de um desenvolvimento que tem se mostrado arbitrário, concentrador de riqueza e excludente, cujas provas estão nas remoções realizadas, nos projetos de lei já aprovados e no endividamento público (NSDM, 2012). Assim, os megaeventos, através do seu caráter de urgência, do aparato institucional autônomo que se instala em seu entorno, do apelo patriótico e do enorme montante de capital simbólico produzido, acabam por forjar e acelerar as condições de produção de um espaço urbano que reflete os interesses dos que estão por trás deste

“perigo” para a “lei e a ordem”. Na atual fase, as manifestações populares, movimentos sociais e outros atores políticos fora do espectro do capital que questionam a concentração de renda e de patrimônio, a luta contra o racismo estrutural e contra a prioridade dada ao grande capital, entre outros, é que são classificadas como “perigo” para a lei e a ordem”

¹¹⁸ Ver mais em: <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/>. Acesso em 20 de março de 2014.

megaprojeto, e, acima de tudo, “evidenciam a capacidade de ingerência de duas instituições privadas internacionais, a suíça *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), que administra o futebol profissional mundial, e o Comitê Olímpico Internacional (COI), sobre a ordem jurídica de um país” (NSDM, p.14).
Essencialmente,

A conquista do direito de sediar os dois megaeventos esportivos mais poderosos da contemporaneidade, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, confere ao Brasil e, mais especificamente, à cidade do Rio de Janeiro uma posição central no circuito mundial de produção do espetáculo esportivo. Nesse contexto, concretiza-se um projeto hegemônico que, construído dentro dos moldes neoliberais durante quase duas décadas, finalmente se mostra capaz de promover uma intensa mobilização de capitais econômicos, políticos e simbólicos por todo o país (NSDM, 2012:29).

5. Considerações finais

O presente trabalho procurou tratar a globalização para além de suas dimensões materiais, concebendo-a como uma ortodoxia discursiva que ressignificou o sentido da internacionalização do capital, e se apresentou como um processo novo, revolucionário, veículo retórico e dispositivo analítico, que indicaria grandes rupturas na organização econômica, política e cultural do mundo, capaz de alterar profundamente as hierarquias de poder, provocando a iminência de uma nova ordem que transcenderia o tradicional sistema inter-estatal vestefaliano, e demandaria medidas de alinhamento às ‘exigências’ da nova escala e intensidade da concorrência associadas à globalização dos processos e mercados (Swyngedouw, 2003).

No entanto, falar de globalização sem falar da ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante seria uma grande omissão, uma vez que, apoiando-se nos preceitos tradicionais da democracia liberal e em *slogans* e maniqueísmos de fácil assimilação pela cultura de massa – relacionados à magia do mercado e das novas tecnologias, à ineficiência do Estado, ao triunfo do capitalismo como única forma de organizar a produção e as relações da sociedade, à ascensão de um mundo livre e sem fronteiras, ao consumismo, produtividade e competitividade como os parâmetros de vida e sociabilidade –, o neoliberalismo estaria operando em todas as escalas da governabilidade através de uma nova classe de empreendedores econômicos e políticos, numa aliança bem sucedida que “racionaliza, celebra e promove efetivamente o processo de globalização”¹¹⁹, e as condições favoráveis à liberdade do capitalismo global em geral (Soja, 2008).

Assim, o neoliberalismo foi apresentado no primeiro capítulo como sendo dotado de um núcleo institucional característico e discernível, do qual derivariam todas as suas formas mutantes e específicas em constante processo de universalização que, paradoxalmente, o tornariam um “projeto em aberto, plural e

¹¹⁹ Lembra as estratégias do Império de Hardt e Negri: se antes o poder era totalizante e repressor das diferenças, hoje ele é pós-moderno no sentido de escancará-las, abraçá-las e reforçá-las. O mundo corporativo imperial é antiessencialista por natureza como é o capital, não tem forma, não tem fronteira; se adapta às demandas conforme se apresentam (Hardt; Negri, 2010:168)

adaptável” (Peck; Tickell, 2012; Peck *apud* Wacquant, 2012) ¹²⁰. Em seguida, buscou-se explorar, a partir deste cenário institucional e ideológico mais amplo, o reino das geografias urbanas do ‘neoliberalismo realmente existente’ e as dinâmicas da reestruturação urbana neoliberal (Brenner, Theodore, 2005), encontrando nas cidades a concretude das estratégias neoliberais e as arenas-chave de confronto, à medida que a urbanização neoliberal e suas consequências prosseguem em ritmo acelerado (Peck; Tickell, 2002). Podemos dizer então que “o espaço é unidade privilegiada de reprodução social e manifestação de diversos processos e conflitos”, onde funciona uma ‘equação político-econômica’ que representa os interesses de quem de fato a constrói e beneficia-se e lucra com o seu espaço – os grandes proprietários, os donos do capital da construção, das finanças, da grande mídia e os homens políticos (Brandão; Fernandez, 2014).

Podemos dizer ainda, da análise feita pelo segundo capítulo, que, a partir de uma origem histórico-social semelhante, o espaço urbano latinoamericano está exposto a um quadro de agravamento destes mesmos processos e conflitos – caracterizado no trabalho como urbanização por expropriação, e espoliação urbana, conceitos que se reportam não só à precarização das estruturas e serviços urbanos, como também a dispositivos que, através de práticas e discursos, “possibilitam a utilização de instrumentos de organização, regulação e expansão das cidades em benefício da acumulação de capital” (Penhavel, 2013) –, dominado por um pacto oligárquico entre rentistas, financistas e políticos extremamente marcado pelo patrimonialismo e pela apropriação privada do território e dos recursos públicos, garantido e reproduzido pelo aparato institucional de poder que impede que se avance em direção a uma gestão efetivamente democrática dos espaços que tenha o direito à cidade como prioridade (Brandão; Fernandez, 2014).

¹²⁰ “Trata-se de uma exigência lógica: para que diversificadas espécies locais de neoliberalismo emergjam, é preciso que haja um gênero comum do qual todas derivem. Segue-se que toda e qualquer concepção de múltiplos “neoliberalismos com ‘n’ minúsculo” pressupõe, necessariamente, algum “neoliberalismo com ‘N’ maiúsculo”, mesmo que implicitamente; e toda e qualquer ocorrência periférica e parcial do fenômeno só poderá ser caracterizada como tal em referência, aberta ou encoberta, a um núcleo original mais completo” (Peck; Tickell, 2012:509). Ou ainda, “even if it may be wrong-headed to characterize neoliberalization as some actorless force-field of extra- local pressures and disciplines—given what we know about the decisive purposive interventions of think-tanks, policy elites, and experts, not to mention the fundamental role of state power itself in the (re)production of neoliberalism—as an ongoing ideological project neoliberalism is clearly more than the sum of its (local institutional) parts” (Peck, Tickell, 2002:401).

Da mesma forma, a América Latina tem, historicamente, funcionado como alvo e laboratório da grande narrativa que esse bloco hegemônico vem construindo, reciclando e impondo, que, de acordo com a necessidade que se apresenta, reveste-se com o glamour do progresso, da modernização, do desenvolvimento, ou da globalização e que, momentaneamente, volta-se para o empreendimento da cidade, colocada sob os constrangimentos da hipermobilidade do capital (Brandão; Fernandez, 2014). Em outras palavras, o paradigma do subdesenvolvimentismo acompanhou a condenação do nacionalismo metodológico e transformou-se no paradigma das megacidades duais, de modo que foram vendidas à América Latina “uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou mais exatamente, novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista” (Maricato, 2009). A abertura para o capital subjacente às duas prescrições associou-se a modelos urbanos neoliberais legitimados pela mudança discursiva produzida pela globalização que teria culminado no que ficou conhecido na literatura crítica como ‘La Pensée Unique’ – consagrada como *mainstream* entre acadêmicos, políticos e uma elite internacional de economistas, analistas políticos, dirigentes de empresas, gestores de fundos financeiros, e de consultorias –, assimilado pelas cidades (Swyngedouw, 2003) através do aparato conceitual da cidade global, transformado num agressivo empresariamento urbano, que tem os planos estratégicos como ferramenta e consagração político-institucional¹²¹.

O terceiro e último capítulo mostra como o caso do Rio de Janeiro consiste na materialização do campo empírico da reflexão teórica levada a cabo pelo trabalho, ao apresentar os processos de exceção, violação, espoliação, especulação, financeirização, espetacularização, mercadorização e neoliberalização tratados nos capítulos anteriores, “voltado[s] única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado”, dos quais “o projeto Copa e Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical” (Rolnik, 2013:13). A cidade maravilhosa é o laboratório

¹²¹ “É necessário expressar, em nível político-institucional, a paz social instaurada na pátria urbana reconciliada sob a égide do empresariamento - afinal de contas, o novo modo de planejar constitui oportunidade para um “projeto consensual que transcenda um pouco o campo das filiações político-partidárias e que possa garantir aos investidores a permanência de certas escolhas” (Ascher *apud* Vainer 2000a:95).

da cidade dual e excepcional, que “transforma o poder em instrumento para colocar a cidade, de maneira direta e sem mediações a serviço do interesse de diferentes grupos” conformando “uma forma nova, em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico” (Vainer, 2011:11). Com efeito, se somarmos a crise urbana em que a cidade é enquadrada às inúmeras situações de exceção forjadas para e pelos Megaeventos, podemos dizer que a cidade do Rio de Janeiro é a cidade da dupla exceção a realizar – duplamente – “o sonho da burguesia urbana” (Vainer, 2011).

Ainda assim, é importante marcar que os megaeventos apenas aceleraram ou escancararam um determinado padrão de intervenção no solo urbano e as situações de exceção, especulação ou precarização já existentes com seus volumosos investimentos socialmente ineficientes e concentradores de renda. Quando estão envolvidos um ‘tsunami’ de capitais internacionais à procura de um pouso e países em desenvolvimento com uma frágil tradição democrática, a narrativa se repete, como aconteceu na China e na África do Sul, e provavelmente acontecerá na Rússia (Maricato, 2014), isto é, particularidades como o nível do exercício da coerção, o orçamento, o tipo de megaevento e a coalizão de forças à parte, “no geral, o que fica como legado é um conjunto de instalações ociosas e onerosas. E uma geografia social bem menos generosa” (Mascarenhas, 2013:69). Portanto, a FIFA e outras autoridades esportivas estão apenas reforçando o que o Estado neoliberal nas suas distintas esferas já vinha promovendo, a saber, os interesses do grande capital privado transnacional “a partir da transferência maciça e legalizada de recursos públicos para agentes do mercado”, cuja legitimação “frente à sociedade civil [vem sendo negociada] mediante a exploração instrumental da cultura popular brasileira em uma de suas mais reconhecidas manifestações: o amor ao futebol” (NSDM, 2012:55). Em outras palavras, a condição de exceção facilitada pelos megaeventos não se deve aos seus apertados cronogramas e megaprojetos, mas está relacionada a uma combinação da autonomia político-econômica dos protagonistas do campo de produção do espetáculo esportivo – FIFA, COI e seus parceiros internacionais –, com o capital nacional, representado pelo extenso ramo da construção e afins, e com os interesses particularistas do governo, que viabiliza e põe todo esse maquinário

para funcionar, munido de seus instrumentos jurídico-burocráticos e policiais (NSDM, 2012).

Assim, de acordo com as considerações feitas por Mascarenhas (2013) acerca da “produção da cidade olímpica”, extensivas, acredita-se, a megaeventos do porte do Mundial de Futebol, temos quatro dimensões fundamentais:

- 1) A dimensão físico-territorial, expressa na infraestrutura urbana requerida pelo megaevento. Um conjunto de transformações na materialidade da cidade, no sentido de dotá-la de equipamentos específicos (esportivos e de alojamento provisório), e condições também específicas de acessibilidade, externa e interna.
- 2) A dimensão político-institucional, expressa na coalizão de forças e interesses, desde a formatação do dossiê de candidatura à implementação das medidas, através da formação de uma entidade gestora temporária, o que requer quase sempre a imposição de excepcional supressão da legalidade na gestão do urbano.
- 3) A dimensão cidadã, que compreende os direitos humanos e o envolvimento da sociedade civil, bem como sua contestação aos projetos, aos desrespeitos para com as comunidades e aos privilégios concedidos à “família olímpica” [ou à “famiglia FIFA”].
- 4) A dimensão simbólica, expressa na retórica legitimadora do evento e seu legado, no *city marketing*, na manipulação da positividade dos valores esportivos e “olímpicos” e nos elementos do discurso “patriótico” da cidade.” (Mascarenhas, 2013:3)

No que concerne à primeira dimensão, os projetos Rio 2014 e 2016, se comparados com o Pan, além de terem revelado a mesma natureza elitista, excludente, e socialmente ineficiente da construção da cidade, deixaram a desejar na qualidade e no planejamento do aparato físico-territorial construído, como mostraram diversas ocorrências ao longo da Copa¹²². Quanto à dimensão político-

¹²² É o caso, por exemplo, das goteiras no Maracanã; da falta de luz no estádio do Beira-Rio, em Porto Alegre, após o jogo entre França e Honduras – que, aliás, por problemas no sistema de áudio não tiveram seus hinos tocados –, a despeito do relatório de fevereiro da ANEEL alertando para o risco de apagão; dos longos trechos de congestionamento nas ruas das cidades-sede, apesar do montante gasto com melhoria nos transportes; da queda de viaduto do Projeto Copa em uma das cidades-sede, Belo Horizonte; das enormes fila nos bares e banheiros em estádios e estruturas FIFA como o Fan Fest, ou ainda da falta de água e limpeza nos banheiros e de comida e bebida nos bares; dos problemas com o gramado do campo, que mostrou-se insatisfatório já nos primeiros jogos; problemas com a *internet* nos estádios; alagamento da Arena das Dunas por conta de um cano que estourou; a fragilidade do esquema de segurança evidenciada pela recorrente invasão de torcedores a áreas proibidas, assim como pelas brigas nas arquibancadas e nos entornos; sem falar nas obras inacabadas, que, de acordo com a Folha, são 23, entre elas, aeroportos, portos e viadutos, que tiveram de 2011 a 2014 para ficarem prontas. Notícias disponíveis em: <http://moemafiuza.jusbrasil.com.br/noticias/114917284/relatorio-da-aneel-aponta-risco-de-apagao-em-3-estadios-da-copa>; <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/06/quebra-de-protocolo-hinos-de-franca-e-honduras-nao-tocam-no-beira-rio.html>; <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/torcida-enfrenta-falta-de-luz-na-saida-de-jogo-no-beira-rio-em-porto-alegre.html>; <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/veja-o-que-deu-certo-e-o-que-deu-errado-no-rio-durante-copa,a21dda023f237410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>; <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/07/copa-das-copas-o-que-deu-certo-e-o-que-deu-errado-no-mundial-do-brasil.html>;

institucional, na Copa também tivemos uma repetição: governo truculento, ‘instâncias decisórias fugazes’, pouca ou nenhuma transparência, com a diferença da presença da FIFA que, com suas exigências, provocou uma série de intervenções institucionais, e do fortalecimento da coalizão entre os governos municipal, estadual e federal. Por conta deste aparato administrativo democraticamente estéril, a terceira dimensão proposta por Mascarenhas (2013), a cidadã, ficou comprometida, ainda que tenha sido bem-sucedida no que se refere à articulação de movimentos bastante atuantes da sociedade civil como o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, entre outros, responsáveis pela importante produção e sistematização de dados acerca da preparação para a Copa e Olimpíadas. Vale lembrar, é claro, das manifestações que começaram em junho de 2013 que levaram mais de um milhão de brasileiros às ruas, cujas causas mais profundas foram evidenciadas pela pauta formada em torno da irresponsabilidade com que as mobilizações para os megaeventos das cidades-sede têm sido conduzidas: “é a questão urbana, estúpido!”, já afirmava oportunamente Ermínia Maricato na homenagem brasileira às Cidades Rebeldes de Harvey (Muñoz, 2014).

Por fim, seguindo ainda a proposta de Mascarenhas (2013), a dimensão simbólica manteve-se em torno do mito do “evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana” apoiado pela espetacularização do esporte, que encontrou terreno fértil numa cidade que o teria por vocação natural – pelo menos é o que diriam, estrategicamente, os documentos oficiais. Todas essas considerações apontam menos para uma semelhança com o modelo “Barcelona 1992”, a suposta inspiração paradigmática do Rio de Janeiro, do que para o de “Pequim 2008”, pelo volume de recursos, “pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções, pela natureza autoritária do projeto”, revelada na constante recorrência ao uso da força, desrespeito aos direitos humanos, e na falta de participação da população e de canais democráticos, sobretudo no que diz respeito às remoções forçadas (Mascarenhas, 2013:66-69). Porém, as duas últimas dimensões – a cidadã e a simbólica – já nos revelam algo de novo de suma importância: a indústria dos megaeventos está em crise. A cada vez mais frequente retirada da candidatura para sediá-los por parte de dezenas de cidades –

como fizeram os suíços, os alemães e, mais recentemente, os noruegueses com os Jogos Olímpicos de Inverno de 2022 –, os escândalos de corrupção, os custos extorsivos, as exigências abusivas, os legados duvidosos e as manifestações sociais, todos esses fatores estão colocando em xeque a maneira segundo a qual se realizam os mega espetáculos esportivos, ao ponto das suas entidades máximas, COI e FIFA, estarem estudando estratégias reformistas, como a flexibilização de algumas demandas, e o aumento da participação popular durante os processos decisórios, a fim de reduzir os altos custos monetários e sócio-políticos com os quais têm tido que arcar.

Se a experiência histórica de construção e de realização de grandes eventos na cidade tem se mostrado “assumidamente mercadófila”, como demonstraram as análises dos seus planos estratégicos, o Pan e a Copa, as previsões para as Olimpíadas não haveriam de ser diferentes, levando em consideração os projetos e contratos já estabelecidos, que claramente privilegiam “interesses econômicos mais imediatos [que percebem] o Brasil [como] potência emergente, interessante mercado de expansão, incluindo uma América Latina também em franco crescimento” (Mascarenhas, 2013:68). É o que nos confirma o prognóstico de Vainer (2009):

Sabemos desde já quem serão os ganhadores – as grandes empreiteiras, os grandes proprietários de terras da Barrada Tijuca, que terão seu patrimônio fundiário valorizado pelos investimentos bilionários. Enquanto isso, os perdedores também já são conhecidos, e permanecerão desprovidos de transporte naquelas áreas onde reside a imensa maioria da população de nossa cidade - Zona Norte, subúrbios, Baixada fluminense e Grande Niterói. O legado, já sabemos de antemão: uma vez mais a socialização dos custos e a privatização dos benefícios” (Vainer, 2009)

Feito um balanço final, este trabalho procurou prestar uma contribuição ao esforço crítico de questionar os termos em que estão se dando os processos de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo aqueles ocasionados pelos megaeventos, a partir de uma sólida base teórica que coloca estes fenômenos em perspectiva, ou seja, que enquadra o que a princípio seriam estratégias e lutas particulares e contextualmente específicas num esquema mais amplo de reprodução de um determinado padrão de acumulação de capital e de um projeto político-ideológico, o neoliberalismo. Não se pretendeu, evidentemente, esgotar a discussão em cima destes tópicos – dos impactos da

globalização no espaço urbano a cada uma das intervenções urbanas planejadas para a Copa e as Olimpíadas – não somente por uma questão de escopo, mas especialmente por estar se falando, no caso do Rio de Janeiro, de processos que estão de fato em curso – por mais redundante que pareça falar da natureza cambiante e dinâmica dos processos –, de modo que fica pela frente uma prolífica agenda de pesquisa para o período pós-olímpico, quando se poderá sair do terreno das especulações.

No entanto, estas limitações não invalidam de modo algum essa empreitada, considerando que constitui um avanço na produção e na sistematização do conhecimento a respeito de temas em geral monopolizados pelo *mainstream* acadêmico, pela grande mídia e suas grandes predisposições ideológicas, quando são de interesse coletivo, uma vez que se trata, em última instância, das condições atuais de vida na cidade às quais todos estão cada vez mais sujeitos, do futuro da cidade, já que se está lidando com planejamento urbano, como também do (mau) uso do dinheiro público. Acredita-se, também, que este trabalho contribuiu para o desenvolvimento do campo das relações internacionais, na medida em que estará avançando em algumas de suas grandes problemáticas: da organização da ordem mundial e as relações de hierarquia, poder, os consensos e atores que a sustentam, à legitimidade do conceito de *cidade global*, que, em última instância, desafia o paradigma (inter)nacional que sempre orientou os estudos da disciplina.

Além do mais, aproveitando a natureza estrutural do objeto em questão, as conclusões e lições podem e devem – sempre com o devido cuidado – ser extravasadas de seu contexto original a fim de lançar luz sobre o debate e fortalecer a resistência, epistemológica e civil, para, esperemos, vir a influenciar a produção de espaços urbanos outros. Afinal, se no plano do discurso, os megaeventos se insinuam como oportunidade para o desenvolvimento da cidade e no plano da probabilidade, como sua precarização, no plano da potência devem ser pensados como uma plataforma de mobilização social transformadora. A realidade não deve ser entendida linearmente como o resultado de projetos hegemônicos que operam soberanos, mas como um campo de lutas em que as forças contra hegemônicas estão constantemente “demandando ajustes, logrando pequenas vitórias e ocupando o espaço” (Brandão; Fernández, 2014:10), enquanto

se reconhecem, se identificam e se organizam para a construção de um caminho alternativo.

6. Referências bibliográficas

ABASCAL, E. H. S.; et al. **Globalização e Reconfiguração Espacial**: São Paulo e Buenos Aires, uma perspectiva comparada. *Exacta*, vol. 6, núm. 2, julio-diciembre, 2008, pp. 273-281, Universidade Nove de Julho, Brasil.

AGNEW, J. **Hegemony**. The New Shape of Global Power. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

ARANTES, O. Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes, Otília, Vainer, Carlos, Maricato, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**, desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARAÚJO, F. F. **Empresariamento Urbano**: concepção, estratégias e críticas. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA, Conferência do Desenvolvimento (Code) 2011.

ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. **Economia Política do Moderno Sistema Mundial**: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. Tradução Vera Ribeiro. Contraponto, Rio de Janeiro: 2009.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEAUREGARD, R.; HAILA, A. The Unavoidable Continuities of The City. In: (orgs.) MARCUSE; VAN KEMPEN. **Globalizing Cities**. A New Spatial Order. Blackwell Publishing, 2005.

BLAZZI, A. **Dívida Social e Megaeventos Esportivos**: Quem paga a conta da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016? *Massa Crítica (PACS)*, N. 46, Maio de 2010.

BIENENSTEIN, G. Globalização e Metrôpole: a Relação Entre as Escalas Global e Local: o Rio de Janeiro. In: **Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR**, v.9, 2001. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2142/2095>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

_____. Acumulação de Capital e Espaço Urbano: Novos Agentes e Novos Objetos nas Metrôpoles Brasileiras. In: **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**, v.10, 2003. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1926>. Acesso em 24 de maio de 2013.

BIONDI, P. Acumulação por Espoliação e Direitos Sociais: Crítica do Reformismo. In: **Revista Crítica do Direito**, Número 1, Vol. 13, Julho de 2011. Disponível em: <http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-1-volume-13/acumulacao-por-espoliacao-e-direitos-sociais-critica-do-reformismo>. Acesso em 6 de Julho de 2014.

BORÓN, A. **Império e imperialismo**: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100604021228/imperio.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2012.

_____. A Questão do Imperialismo. In: BORÓN, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A Teoria Marxista Hoje**. Buenos Aires: Editora Expressão Popular, 2006.

BRANDÃO, C. A.; FERNANDEZ, V. R. En el marco de la transformación global del capitalismo Lo urbano y el Estado. In: **La Cuestión Urbana Hoy**: entre el mercado total y el buen vivir. Revista América Latina en Movimiento, número 497, Julio de 2014. Disponível em: <http://www.alainet.org/active/75569>. Acesso em 18 de julho de 2014.

BRENNER, N.; THEODORE, N. Neoliberalism and the Urban Condition. In: **The Neoliberal City in North America**, City, Vol. 9, No. 1, April 2005.

CARCANHOLO, M. A Estratégia Neoliberal de Desenvolvimento Capitalista: Caráter e Contradições. In: **Revista PRAIAVERMELHA**/ Rio de Janeiro / v. 21, n 1 / p. 9-23 / Jul-Dez 2011, disponível em: <http://www.academia.edu/5149574/Neoliberalismo>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

CASTELLS, M. **The world has changed: can planning change?** (Keynote Speech, ACSP Annual Meeting). Austin, Texas, 1990.

_____. **Local and Global**: Cities in the Network Society. Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie – 2002, Vol. 93, No. 5, pp. 548–558.

_____; BORJA, J. **As Cidades como Atores Políticos**. Novos Estudos, CEBRAP, n 45, p.152-166, jul.1996.

_____; BORJA, J. **Local y Global**. Madrid: United Nation for Human Settlements – UNCHS/Taurus, 1997.

CASTRO, D. **Megaeventos Esportivos e Empreendedorismo Urbano**: Os Jogos Olímpicos de 2016 e a Produção do Espaço Urbano do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CHESNAIS, F. **A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado**: Conteúdo, Alcance e Interrogações. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

CORONIL, F. Natureza do Pós-colonialismo: do Eurocentrismo ao Globocentrismo. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: setembro, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em 2 de maio de 2012.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

DENIS, J. **Favelas pacificadas para a nova burguesia brasileira**. Le Monde Diplomatique Brasil. Janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1327>. Acesso em maio de 2014.

DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2013.

DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em 27 de agosto de 2013.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The Crisis of Neoliberalism**. Massachusetts: Harvard University Press Cambridge, 2011.

EPSTEIN, G. **Financialization, Rentier Interests, and Central Bank Policy**. Department of Economics, University of Massachusetts, Amherst, MA, 2001.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FERREIRA, J. S. W. **São Paulo, o Mito da Cidade-Global: Ideologia e Mercado na Produção da Cidade**. Publicado nos Anais do VIº Seminário Internacional de Desarrollo Urbano. Buenos Aires, 3 e 4 de julho de 2003. Editado pela Prefeitura de Rio Claro, Outubro de 2003.

FIORI, J. L. O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XI. In: FIORI; SERRANO; MEDEIROS (orgs.). **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Record: Rio de Janeiro, 2008.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. The University of Chicago: Chicago, 1982.

FRIEDMAN, T. L. **The World is Flat: A Brief History of the 21st Century**. New York: Picador, 2005.

FRIEDMANN, J. **The World City Hypothesis**. Development and Change, vol 17:69-83, 1986.

GILL, S. **The Constitution of Global Capitalism**. Paper presented to a Panel: The Capitalist World, Past and Present at the International Studies Association Annual Convention, Los Angeles, 2000. Disponível em: www.theglobalsite.ac.uk. Acesso em 3 de setembro de 2012.

HALL, P. **The World Cities**. London: Weidenfeld and Nicholson, 1984.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **The Right to the City**. *New Left Review* (53), sept-oct 2008, p.23-40.

_____. **Do Gerenciamento ao Empresariamento Urbano**. A Transformação da Administração Urbana no Capitalismo Tardio. Espaço e Debates, número 39, 1996.

_____. **From the Right to the City to the Urban Revolution**. Verso: London, 2012.

HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOFFMANN, F.; ZUMBANSEN, P. **Book Review**. Princeton: Princeton University Press, 2006) 493 p [Sassen, *Territory, Authority, Rights*].

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS E JUSTIÇA GLOBAL. **Na sombra dos megaeventos no Brasil: exceção e apropriação privada**. Rio de Janeiro. Junho de 2012.

KOWARICK, L. **A espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra: 1979.

LEFEVBRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LIMA Jr., P. N. **Uma Estratégia chamada Planejamento Estratégico: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MARCUSE, P.; VAN KEMPEN, R. Introduction. In: (orgs.) MARCUSE; VAN KEMPEN. **Globalizing Cities**. A New Spatial Order. Blackwell Publishing, 2005.

MARICATO, E. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, Otília, Vainer, Carlos, Maricato, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**, desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Entrevista concedida a Osvaldo León: Movimientos y Cuestión Urbana em Brasil. In: **La Cuestión Urbana Hoy**: entre el mercado total y el buen vivir. Revista América Latina en Movimiento, número 497, Julio de 2014. Disponível em: <http://www.alainet.org/active/75569>. Acesso em 6 de agosto de 2014

_____. **Questão Fundiária Urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**, 2005.

_____. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. In: **Revista VeraCidade**, 2009. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/as-metropoles-e-a-questao-social-brasileira.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

MASCARENHAS, G. Megaeventos Esportivos, Desenvolvimento Urbano e Cidadania: Uma Análise da Gestão da Cidade do Rio de Janeiro por Ocasão dos Jogos Pan-Americanos-2007. In: **Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. **Londres 2012 e Rio De Janeiro 2016**: Conceito e Realidade na Produção da Cidade Olímpica. In: Revista Continentes (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013.

MUÑOZ, R. La Cuestión Urbana: Con teorías, Sujetos y Utopías. In: **La Cuestión Urbana Hoy**: entre el mercado total y el buen vivir. Revista América Latina en Movimiento, número 497, Julio de 2014. Disponível em: <http://www.alainet.org/active/75569>. Acesso em 4 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, D. Manual Aprovado Pelo Ministério da Defesa Lembra Ditadura Militar. Artigo Portal **Revista Fórum**, 15 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/quilombo/2014/01/15/ministerio-da-defesa-aprova-documento-tipico-de-ditadura-militar/>. Acesso em 30 de março de 2014.

OMENA, E. Megaeventos Esportivos e Movimentos Sociais: impactos sobre os processos de mobilização e participação popular nas políticas públicas. In: **Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS**, 2012. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=505%3Aanais-do-encontro-sps-mrs-e-gts-&catid=161%3A36o-encontro-anual-da-anpocs&Itemid=76

PALLEY, T. **Financialization**: What it is and why it matters. Working Papers n.525, The Levy Economics Institut of Bard College. December 2007.

PANITCH, L.; GINDIN, S. Global Capitalism and American Empire. In: **Socialist Register**, 2004. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/panitch_060404.pdf. Acesso em 9 de outubro de 2013.

PATNAIK, P. **Notes on Contemporary Imperialism**. 2010. Disponível em: <http://mrzine.monthlyreview.org/2010/patnaik201210.html>. Acesso em 11 de junho de 2013.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. **Depois da Neoliberalização**. Cadernos Metr pole, Volume: 14, N : 27, jan/jun 2012.

_____; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. In: **Antipode**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

PENHAVEL, P. Urbanização por Expropriação: o Caso do Setor Noroeste (Brasília-DF). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2013.

P  REZ, P. Mercantilizaci  n y Desmercantilizaci  n de las Metrópolis latinoamericanas. In: **La Cuestión Urbana Hoy**: entre el mercado total y el buen vivir. Revista América Latina en Movimiento, número 497, Julio de 2014. Disponível em: <http://www.alainet.org/active/75569>

RAICHELIS, R. Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade. In: Entre o Local e o Global. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo No 69: 13-48, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a03n69.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2014.

RIBEIRO, L. C. A Metr pole e a Crise do Projeto Neoliberal na América Latina: Que Papel? Que Caminhos? In: **Anais do Seminário Internacional “A Cidade Neoliberal na América Latina**: desafios teóricos e políticos”, 2013.

RIBEIRO, V. A **(Des)Construção do Espaço Carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008)**: Reflexões Sobre o Modelo de Planejamento Urbano Estratégico e o Conjunto de Objetos Arquitet nicos Denominado ‘Pentágono Do Mil nio’. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROBINSON, W. **Saskia Sassen and the Sociology of Globalization**: A Critical Appraisal. Sociological Analysis Volume 3, No. 1, Spring 2009.

ROLNIK, R. As Vozes das Ruas: as Revoltas de Junho e suas Interpretações. In: **Cidades Rebeldes**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Megaeventos esportivos e cidades: impactos, violações e legados. **Revista Coletiva**, No 14, mai/jun/jul/ago 2014. Disponível em: http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=95:mega-eventos-esportivos-e-cidades-impactos-viola%C3%A7%C3%B5es-e-legados. Acesso em 31 de julho de 2014.

RUPERT, M. **Ideologies of Globalization**. New York: Routledge, 2000.

SÁNCHEZ, F. Megaeventos, o jogo continua. **Entrevista**. (2010). Disponível em: <http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=28>. Acesso em

_____; BIENENSTEIN, Glauco. **O Caminho Niemeyer como Projeto Estratégico**. In: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, vol.10, 2003. Disponível em:

<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1843>. Acesso em 21 de maio de 2014.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, B. S. Os Processos de Globalização. (pg.25-94). In SANTOS, Boaventura de Sousa, **A Globalização e as ciências sociais**. 2.ed_São Paulo: Cortez, 2002.

SASSEN, S. **Whose City Is It?** Globalization and The Formation of New Claims. New York: Columbia University Press, 1997.

_____. **Globalization or denationalization?** Review of International Political Economy 10:1 February 2003: 1–22. Disponível em: <http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Globalization-or-Denationalization.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

_____. **The Global City**: Introducing a Concept. The Brown Journal of World Affairs winter/spring Volume XI, issue 2, p.27-43, 2005.

_____. As Diferentes Especializações das Cidades Globais. In: **Revista Vitrovirus**, Ano 09, December 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.103/87/pt>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

_____. **Cities in Today's Global Age**. The Johns Hopkins University Press, SAIS Review vol.XXIX, No1, winter-spring 2009. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/sais/summary/v029/29.1.sassen.html>. Acesso em 5 de outubro de 2013.

_____. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHOLTE, J. **The Sources of Neoliberal Globalization**. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Overarching Concerns Programme Paper Number 8 October 2005. Disponível em: <http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/search/9E1C54CEEB19A314C12570B4004D0881?OpenDocument>

SHORT, J. **The New Urban Order**. Seoul National University Journal of Education 5: 12-19, 1996

SILVA, I. Intervenções Urbanísticas para a População de Baixa Renda: Ampliação do Direito à Cidade ou Reprodução da Espoliação Urbana? In: **Anais do Seminário de História da cidade e do urbanismo**. Vol.11, número 02, 2010. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1303>. Acesso em 4 de maio de 2014.

SMITH, N. **The New Urban Frontier**. Gentrification and the Revanchist City. London: Routledge, 2005.

_____. Cities After Neoliberalism. In: **Después del Neoliberalismo: ciudades y caos sistémico**, 2009. Disponível em: <http://www.macba.cat/en/despues-del-neoliberalismo--ciudades-y-caos-sistemico>. Acesso em 27 de março de 2014.

SOJA, E. **Postmetrópolis**. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUSA, R. S. **Uma Investigação sobre as teorias da cidade mundial, cidade global, cidade pós-moderna e sua relação com a cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STIGLITZ, J. **Globalization and its Discontents**. Norton, 2002.

STOCKHAMMER, E. **Some Stylized Facts on the Finance-Dominated Accumulation Regime**. University of Massachusetts Amherst, Political Economy Research Institute, 2007.

STRANGE, S. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge University Press, 1996. 219 pp.

SWYNGEDOUW, E. **Globalisation or 'Glocalisation'?** Networks, Territories And Re-Scaling, Oxford: Oxford University Press, 2003.

TAVARES, O. Megaeventos Esportivos. In: **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul/set de 2011.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas Sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, Otília, Vainer, Carlos, Maricato, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**, desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

_____. Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: Arantes, Otília; Maricato, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**, desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000b.

_____. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Em: Anais dos Encontros Nacionais da Anpur, 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874>

WACQUANT, L. Três Etapas para uma Antropologia Histórica do Neoliberalismo Realmente Existente. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, Set./Dez. 2012

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001

WOOD, E. M. **Empire of Capital**. New York: Verso, 2003.

XAVIER, B. O. **Cidades e Globalização**: Geminar urbanidades, solidarizar os espaços. Anais do IV Congresso Português de Sociologia, 2000. Disponível em: <http://www.aps.pt/?area=102&mid=005&idpub=PUB460a50b168fd1>